

RELATÓRIO DE CARACTERIZAÇÃO DA FILEIRA FLORESTAL 2014





A AIFF – Associação para a Competitividade da Indústria da Fileira Florestal é a entidade dinamizadora do Pólo de Competitividade e Tecnologia das Indústrias de Base Florestal, que representa desde 2009 pela primeira vez na história destas indústrias, os três principais subsetores, designadamente, a indústria da Cortiça, a indústria da Madeira de Pinheiro e a indústria da Pasta e Papel. Temos por objetivos, a promoção e o exercício de iniciativas e de atividades tendentes à criação de um centro nacional de competitividade, inovação e tecnologia, de vocação internacional, promover e incentivar a cooperação entre empresas, organizações, universidades e entidades públicas, com vista ao aumento do respetivo volume de negócios, das exportações e do emprego qualificado, nas áreas económicas associadas à Fileira Florestal Portuguesa.

Relatório de Caracterização da Fileira Florestal 2014



Sede: Av. Comendador Henrique Amorim, 580
4535-342 Santa Maria de Lamas,
Portugal
Tel.: +351 227 474 040
Fax.: +351 227 474 049
E-mail: info@aiff.pt

Índice Geral

Índice de Tabelas	7
Índice de Figuras	15
Siglas e Acrónimos	18
Nota Prévia	21
Agradecimentos	22
Sumário Executivo	23
1 Enquadramento económico 2011–2013	25
2 Caracterização da fileira florestal	31
2.1 Desempenho florestal	32
2.1.1 Recursos florestais	32
2.1.2 Incêndios florestais	36
2.1.3 Sanidade florestal	41
2.1.4 Gestão do Território	45
2.1.5 Gestão florestal	49
2.1.6 Certificação da gestão	50
2.1.7 Floresta na Rede Nacional de Áreas Protegidas	53
2.1.8 Floresta em Rede Natura 2000	53
2.2 Desempenho económico	56
2.2.1 Indicadores macroeconómicos da silvicultura	56
2.2.2 Indicadores macroeconómicos das indústrias da fileira florestal	60
2.2.3 Balança comercial	69
2.2.4 Valorização das externalidades	72
2.3 Desempenho ambiental	74
2.3.1 Recuperação e reciclagem	74
2.3.2 Mitigação e adaptação dos efeitos das alterações climáticas	75
2.3.3 Business & Biodiversity	78
2.3.4 Certificações da Qualidade, do Ambiente e da Segurança Alimentar	79
2.3.5 Registo no EMAS	80

2.4 Desempenho social	81
2.4.1 Emprego	81
2.4.2 Acidentes de trabalho	82
2.5 Contributo energético da fileira florestal	85
2.5.1. Estrutura energética da fileira florestal no contexto nacional	85
3 Empresas e mercados	87
3.1 Caracterização empresarial por subfileira	90
3.2 Principais mercados e quotas de mercado por tipos de produto	93
3.2.1 Subfileira da cortiça	93
3.2.2 Subfileira da madeira	96
3.2.3 Subfileira do mobiliário de madeira	99
3.2.4 Subfileira do papel e cartão	103
3.2.5 Subfileira da pasta de papel	106
4 A investigação no domínio da fileira florestal	111
4.1 Unidades de investigação e desenvolvimento (I&D)	112
4.2 Investimento global em I&D	114
4.3 Áreas de I&D	116
4.4 Desempenho em inovação	122
4.4.1 Investimento em inovação	122
4.4.2 Rede PME Inovação COTEC	123
5 A fileira florestal e as políticas públicas	125
5.1 Esforço financeiro do Estado e fundos comunitários na fileira	126
5.2 Principais medidas de política	134
5.2.1 Iniciativas de Política Florestal entre 2011–2014	134
6 Considerações finais	149
6.1 Considerações prospetivas para a fileira florestal	151
Bibliografia	153

Índice de Tabelas

Tabela 1	28
PIB e principais componentes de despesa (Taxa de Variação Real)	
Tabela 2	32
Áreas por tipo de uso do solo (un. 1.000 ha) nos IFN de 1995, 2005 e 2010	
Tabela 3	33
Áreas por tipo de floresta (un. 1.000ha) nos IFN de 1995, 2005 e 2010	
Tabela 4	34
Áreas Florestais por espécies (un. 1.000 ha) nos IFN de 1995, 2005 e 2010	
Tabela 5	35
Ações de (re)arborização autorizadas ou validadas, segundo a ocupação florestal (IFN), por tipo e origem no período de 17.10.2013 a 17.06.2014	
Tabela 6	36
Número de ocorrências e área ardida (ha), por tipo e por ano (2003–2013)	
Tabela 7	37
Caracterização dos incêndios com dimensão entre 100 e 500 ha (2003–2013)	
Tabela 8	38
Caracterização dos incêndios com dimensão superior a 500 (2003–2013)	
Tabela 9	38
Caracterização dos incêndios com dimensão superior a 1.000 ha (2003–2013)	
Tabela 10	39
Porcentagem de incêndios segundo a causa determinada por ano (2006–2012)	
Tabela 11	39
Número e proporção de ocorrências investigadas (2006–2012)	
Tabela 12	40
Número e proporção de ocorrências decorrentes de causas indeterminadas (2006–2012)	
Tabela 13	40
Perdas em euros resultantes de incêndios florestais (2002–2012)	
Tabela 14	41
Agentes bióticos nocivos introduzidos em Portugal	
Tabela 15	42
Dados de Prospeção Nacional de NMP – 2008 a 2013 (valores preliminares)	

Tabela 16	43	Tabela 31	52
N.º de árvores com sintomas de declínio erradicados no âmbito dos Programas de Controlo		Número de certificados cadeia de custódia emitidos, segundo o sistema de certificação florestal, por ano	
Tabela 17	45	Tabela 32	53
Evolução do número de Organizações de Produtores Florestais		Número de certificados cadeia de custódia emitidos, segundo o sistema de certificação florestal, por subfileira da fileira florestal	
Tabela 18	46	Tabela 33	53
Distribuição das OPF por Região e Tipo		Principais espécies florestais na RNAP	
Tabela 19	46	Tabela 34	54
Número, área (ha) e fase de constituição das zonas de intervenção florestal		Principais Espécies Florestais na Rede Natura 2000	
Tabela 20	46	Tabela 35	55
Entidades promotoras e gestoras de zonas de intervenção florestal		Estado de conservação dos habitats florestais da Rede Natura 2000	
Tabela 21	47	Tabela 36	56
Número de zonas de intervenção florestal por região e ano de criação		Valor Acrescentado Bruto e Produção da Silvicultura (a preços correntes) (milhões de euros)	
Tabela 22	47	Tabela 37	57
Distribuição das zonas de intervenção florestal		Produção de Bens Silvícolas (a preços correntes) (milhões de euros)	
Tabela 23	47	Tabela 38	58
Representatividade regional das zonas de intervenção florestal		Consumos Intermédios, Produção Silvícola (a preços correntes) (milhões de euros) e Taxa de Incorporação de <i>Inputs</i> por Unidade de Produção (%)	
Tabela 24	48	Tabela 39	60
Investimento no âmbito do PRODER (€) realizado através de entidades gestoras das zonas de intervenção florestal		Valor acrescentado bruto (milhões de euros) nacional e das empresas das indústrias da fileira florestal por atividade económica (Subclasse – CAE Rev. 3)	
Tabela 25	49	Tabela 40	61
Número e área (ha) dos Planos de Gestão Florestal		Valor Acrescentado Bruto (Milhões de euros) das empresas das subfileiras da fileira florestal por atividade económica (Subclasse – CAE Rev. 3)	
Tabela 26	49	Tabela 41	61
Evolução do Número de Planos de Gestão Florestal		Valor Acrescentado Bruto (milhões de euros) das empresas da subfileira da indústria da cortiça por atividade económica (Subclasse – CAE Rev. 3)	
Tabela 27	50	Tabela 42	62
Evolução da Área (ha) dos Planos de Gestão Florestal		Valor Acrescentado Bruto (milhões de euros) das empresas da subfileira da indústria da madeira e do mobiliário por atividade económica (Subclasse – CAE Rev. 3)	
Tabela 28	50	Tabela 43	63
Número e Área (ha) dos Planos de Gestão Florestal e dos Planos Específicos de Intervenção Florestal em ZIF		Valor Acrescentado Bruto (milhões de euros) das empresas da subfileira da indústria da pasta, papel e cartão por atividade económica (Subclasse – CAE Rev. 3)	
Tabela 29	51	Tabela 44	63
Área (ha) e número de aderentes segundo o sistema de certificação florestal, por âmbito		Volume de negócios (milhões de euros) das empresas das indústrias da fileira florestal por atividade económica (Subclasse – CAE Rev. 3)	
Tabela 30	51		
Número de certificados GF emitidos, segundo o sistema de certificação florestal, por ano			

Tabela 45	64	Tabela 57	73
Volume de negócios (milhões de euros) das empresas das subfileiras da fileira florestal por atividade económica (Subclasse – CAE Rev. 3)		Balanco líquido (emissor/sumidouro) da floresta	
Tabela 46	64	Tabela 58	74
Volume de negócios (milhões de euros) das empresas da subfileira da indústria da cortiça por atividade económica (Subclasse – CAE Rev. 3)		Resíduos de embalagens de papel, de cartão e de madeira (ton)	
Tabela 47	65	Tabela 59	75
Volume de negócios (milhões de euros) das empresas da subfileira da indústria da madeira e do mobiliário por atividade económica (Subclasse – CAE Rev. 3)		Embalagens de papel e cartão e de madeira colocadas no mercado (ton) e reciclagem e valorização energética de resíduos de embalagem	
Tabela 48	66	Tabela 60	77
Volume de negócios (milhões de euros) das empresas da subfileira da indústria da pasta, papel e cartão por atividade económica (Subclasse – CAE Rev. 3)		Medidas Florestais do Programa Nacional para as Alterações Climáticas	
Tabela 49	66	Tabela 61	78
Formação bruta de capital fixo (milhões de euros) das empresas das indústrias da fileira florestal por atividade económica (Subclasse – CAE Rev. 3)		Empresas da fileira florestal aderentes à iniciativa Business & Biodiversity	
Tabela 50	67	Tabela 62	81
Formação bruta de capital fixo (milhões de euros) das empresas das subfileiras da fileira florestal por atividade económica (Subclasse – CAE Rev. 3)		Número total de pessoas ao serviço no total de empresas em Portugal, nas indústrias transformadoras e na fileira florestal (un. 1000 pessoas)	
Tabela 51	67	Tabela 63	83
Formação bruta de capital fixo (milhões de euros) das empresas da subfileira da indústria da cortiça por atividade económica (Subclasse – CAE Rev. 3)		Acidentes de trabalho (mortais e não mortais) por actividade económica	
Tabela 52	68	Tabela 64	83
Formação bruta de capital fixo (Milhões de €) das empresas da subfileira da indústria da madeira e do mobiliário de madeira por atividade económica (Subclasse – CAE Rev. 3)		Acidentes de trabalho mortais por actividade económica	
Tabela 53	69	Tabela 65	84
Formação bruta de capital fixo (milhões de euros) das empresas da subfileira da indústria da pasta, papel e cartão por atividade económica (Subclasse – CAE Rev. 3)		Dias de Trabalho Perdido (un. 1000)	
Tabela 54	69	Tabela 66	86
Balança comercial (preços correntes, milhões de euros) nacional e da fileira florestal em 2009–2013		Produção Anual de Energia Renovável (ktep)	
Tabela 55	70	Tabela 67	88
Balança comercial das subfileiras florestais (preços correntes, Milhões de Euros) em 2009–2013		Centros eletroprodutores em cogeração	
Tabela 56	72	Tabela 68	89
Ranking Global das 100 maiores empresas a nível mundial das Indústrias Florestais, de Papel e de Embalagem		Centros eletroprodutores termoelétricos	
		Tabela 69	90
		Distribuição do número de empresas segundo a dimensão da empresa (em classes de número de trabalhadores)	
		Tabela 70	90
		Distribuição do número de empresas de silvicultura e de exploração florestal segundo a dimensão da empresa (em classes de número de trabalhadores)	
		Tabela 71	91
		Distribuição do número de empresas da subfileira da cortiça segundo a dimensão da empresa (em classes de número de trabalhadores)	

Tabela 72	91	Tabela 84	109
Distribuição do número de empresas da subfileira da madeira segundo a dimensão da empresa (em classes de número de trabalhadores)		Importações por tipo de produto na subfileira da pasta de papel, em 2011, 2012 e 2013 em massa (milhares de toneladas) e em valor (milhões de euros)	
Tabela 73	92	Tabela 85	113
Distribuição do número de empresas da subfileira do mobiliário segundo a dimensão da empresa (em classes de número de trabalhadores)		Unidades de I&D da área científica Engenharia Florestal/Silvicultura	
Tabela 74	92	Tabela 86	113
Distribuição do número de empresas da subfileira da pasta, papel e cartão segundo a dimensão da empresa (em classes de número de trabalhadores)		Unidade de I&D da área científica Engenharia Florestal/Silvicultura sob a tutela do Estado	
Tabela 75	94	Tabela 87	115
Exportações por tipo de produto de cortiça em 2011, 2012 e 2013 em massa (milhares de toneladas) e em valor (milhões de euros)		Despesas em I&D, a preços correntes, no setor empresas da fileira florestal (CAE 02, 16, 17 e 31) (milhares de euros), por ano	
Tabela 76	95	Tabela 88	115
Importações por tipo de produto de cortiça em 2011, 2012 e 2013 em massa (milhares de toneladas) e em valor (milhões de euros)		Despesas em I&D, a preços correntes, no setor empresas da fileira florestal (CAE 02, 16, 17 e 31) (milhares de euros), por tipo de investigação	
Tabela 77	97	Tabela 89	116
Exportações por tipo de indústria da madeira em 2011, 2012 e 2013 em massa (milhares de toneladas) e em valor (milhões de euros)		Projetos I&DT QREN aprovados, em número e em valor (euros)	
Tabela 78	99	Tabela 90	117
Importações por tipo de indústria da madeira em 2011, 2012 e 2013 em massa (milhares de toneladas) e em valor (milhões de euros)		Valor global (Euros) dos projetos I&DT QREN da fileira florestal aprovados	
Tabela 79	100	Tabela 91	117
Exportações por tipo de produto da subfileira do mobiliário em 2011, 2012 e 2013, em massa (milhares de toneladas) e em valor (milhões de euros)		Investimento em I&D da subfileira do eucalipto (euros)	
Tabela 80	102	Tabela 92	118
Importações por tipo de produto da subfileira do mobiliário em 2011, 2012 e 2013 em massa (milhares de toneladas) e em valor (milhões de euros)		Número de projetos FCT, distribuição por área científica e montante (euros)	
Tabela 81	104	Tabela 93	118
Exportações por tipo de produto na subfileira do papel e cartão, em 2011, 2012 e 2013 em massa (milhares de toneladas) e em valor (milhões de euros)		Projetos FCT aprovados (2003–2013), em número e em valor (euros)	
Tabela 82	105	Tabela 94	119
Importações por tipo de produto na subfileira do papel e cartão, em 2011, 2012 e 2013 em massa (milhares de toneladas) e em valor (milhões de euros)		Valor global (euros) dos projetos FCT da fileira florestal aprovados (2003–2013)	
Tabela 83	107	Tabela 95	121
Exportações por tipo de produto na subfileira da pasta de papel, em 2011, 2012 e 2013 em massa (milhares de toneladas) e em valor (milhões de euros)		Projetos AGRO 8.1 aprovados, em número e em valor (euros)	
		Tabela 96	121
		Valor global (euros) dos projetos AGRO 8.1 da fileira florestal aprovados	
		Tabela 97	122
		Projetos da fileira florestal aprovados no QREN para a área Inovação	
		Tabela 98	123
		Projetos das subfileiras florestais aprovados no QREN para a área Inovação	
		Tabela 99	124
		Representatividade da fileira florestal na Rede PME Inovação COTEC	

Tabela 100	126
Projetos aprovados e executados (n.º) e investimentos total aprovado e privado (euros) dos programas de apoio ao investimento à produção florestal (2000–2013)	
Tabela 101	128
Investimento (euros) em arborização e beneficiação nos programas de apoio ao investimento à produção florestal (2000–2013)	
Tabela 102	128
Projetos aprovados e executados (n.º) e investimentos total aprovado e privado (euros) nos programas de apoio ao investimento aos prestadores de serviços florestais (2000–2013)	
Tabela 103	130
Projetos aprovados e executados (n.º) e investimentos total aprovado e privado (euros) nos programas de apoio ao investimento à indústria da fileira florestal (2000–2014)	
Tabela 104	131
Número e investimento (euros) dos projetos da fileira florestal aprovados no QREN para a Qualificação PME	
Tabela 105	131
Investimentos total e privado (euros) projetos das subfileiras florestais aprovados no QREN para a Qualificação PME	
Tabela 106	131
Número e investimento (euros) dos projetos da fileira florestal aprovados no QREN–SIAC	
Tabela 107	132
Investimentos total e privado (euros) dos projetos das subfileiras florestais aprovados no QREN–SIAC	
Tabela 108	132
Despesas e Receitas (euros) do Fundo Florestal Permanente (2004–2011)	
Tabela 109	133
Projetos e protocolos aprovados no Fundo Florestal Permanente (2004–2011)	
Tabela 110	141
Principais Medidas Legislativas no 1.º Semestre de 2014	
Tabela 111	143
Principais Medidas Legislativas em 2013	
Tabela 112	145
Principais Medidas Legislativas em 2012	

Tabela 113	146
Principais Medidas Legislativas em 2011	

Tabela 114	152
Enquadramento das iniciativas de Política Florestal 2001–2014 nos eixos complementares de <i>O Estudo prospetivo para o Setor Florestal</i> (AIFF, 2013)	

Índice de figuras

Figura 1	27
Taxa de variação real (%) do PIB	
Figura 2	28
Taxa de variação (%) do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor	
Figura 3	29
Índice de Sentimento Económico em Portugal	
Figura 4	29
Indicador de confiança na indústria em Portugal	
Figura 5	30
Taxas de desemprego (%)	
Figura 6	30
Taxa de câmbio mensal do euro face ao dólar (EUR/USD)	
Figura 7	34
Evolução da Área Florestal por Espécie (103 ha) segundo os diversos IFN	
Figura 8	52
Área certificada (ha), segundo o sistema de certificação florestal, por ano	
Figura 9	58
Consumos Intermédios/Produção (%)	
Figura 10	59
Rendimento empresarial líquido (a preços correntes) (milhões de euros)	
Figura 11	59
Transferências de Capital (a preços correntes) (milhões de euros)	
Figura 12	79
Empresas da Fileira Florestal com certificação de Sistemas de Gestão Ambiental (NP EN ISO 14001:2012)	
Figura 13	80
Empresas da Fileira Florestal com certificação de Sistemas de Gestão da Qualidade (NP EN ISO 9001:2008)	

Figura 14	85	Figura 27	103
Produção elétrica por cogeração por setor (tep)		Exportações portuguesas de papel e cartão 2003–2013 em massa (milhares de toneladas) e em valor (milhões de euros)	
Figura 15	93	Figura 28	104
Exportações portuguesas de cortiça em massa (milhares de toneladas) e em valor (milhões de Euros) no período 2003–2013		Exportações portuguesas de papel e cartão por país de destino em 2013 (milhões de euros)	
Figura 16	94	Figura 29	105
Exportações portuguesas de cortiça por país de destino em 2013 (milhões de euros)		Importações portuguesas de papel e cartão 2003–2013 em massa (milhares de toneladas) e em valor (milhões de euros)	
Figura 17	95	Figura 30	106
Importações Portuguesas de cortiça 2003–2013 em massa (milhares de toneladas) e em valor (milhões de euros)		Importações portuguesa de papel e cartão por país de destino em 2013 (milhões de euros)	
Figura 18	96	Figura 31	106
Importações Portuguesas de cortiça por país de destino em 2013 (milhões de euros)		Exportações portuguesas de pasta de papel 2003–2013 em massa (milhares de toneladas) e em valor (milhões de euros)	
Figura 19	96	Figura 32	108
Exportações Portuguesas de madeira em 2003–2013, em massa (milhares de toneladas) e em valor (milhões de euros)		Exportações portuguesas de pasta de papel por país de destino em 2013 (milhões de Euros)	
Figura 20	98	Figura 33	108
Exportações Portuguesas de madeira por país de destino em 2013 (milhões de euros)		Importações portuguesas de pasta 2003–2013 em massa (milhares de toneladas) e em valor (milhões de euros)	
Figura 21	98	Figura 34	109
Importações portuguesas de madeira em 2003–2013, em massa (milhares de toneladas) e em valor (milhões de euros)		Importações Portuguesas de pasta por país de origem em 2013 (milhões de euros)	
Figura 22	99	Figura 35	119
Importações Portuguesas de madeira por país de origem em 2013 (milhões de euros)		Valor anual, em euros, dos projetos FCT da Fileira Florestal aprovados (2003–2013)	
Figura 23	100		
Exportações portuguesas de mobiliário de madeira 2003–2013, em massa (milhares de toneladas) e em valor (milhões de euros)			
Figura 24	101		
Exportações Portuguesas de mobiliário de madeira por país de destino em 2013 (milhões de euros)			
Figura 25	102		
Importações portuguesas de mobiliário de madeira 2003–2013, em massa (milhares de toneladas) e em valor (milhões de euros)			
Figura 26	103		
Importações portuguesas de mobiliário de madeira por país de origem em 2013 (milhões de euros)			

Siglas e Acrónimos

AGRIS: Medida Agricultura e Desenvolvimento Rural

APA: Agência Portuguesa do Ambiente

APCOR: Associação Portuguesa de Cortiça

BEKP: Bleached Eucalyptus Kraft Pulp

CAE: Código de Atividade Económica

CCDRN: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

CCDRN: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

CCDRNVT: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

CCDRALT: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

CCDRALG: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

CdR: Cadeia de Responsabilidade

CE: Comissão Europeia

CELPA: Associação da Indústria Papeleira

CFFP: Conselho da Fileira Florestal Portuguesa

CI: Consumo intermédio

CIVA: Código do IVA

CO₂eq: Dióxido de carbono equivalente

COS: Carta de Ocupação do Solo

COTEC Portugal: Associação Empresarial para a Inovação

CTCOR: Centro Tecnológico da Cortiça

EUR: Euros

DFCI: Defesa da Floresta Contra Incêndios

DGEG: Direção Geral de Energia e Geologia

DGEEC: Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

DG SANCO: Direção Geral da Saúde e dos Consumidores

EMAS: Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria

FBCF: Formação Bruta de Capital Fixo

FCT: Fundação para a Ciência e Tecnologia

FEADER: Fundo Europeu Agrícola e de Desenvolvimento Rural

FER: Fontes de Energia Renováveis

FFP: Fundo Florestal Permanente

FMI: Fundo Monetário Internacional

FPC: Fundo Português de Carbono

FSC: Forest Stewardship Council

GEE: Gabinete de Estratégia e Estudos

GEE: Gases com efeito de estufa

GNR/SEPNA: Serviço da Proteção da Natureza e do Ambiente da GNR (Guarda Nacional Republicana)

ICNF: Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, I.P.

INIAV: Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P.

ha: hectare

IFAP: Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.

IFN6: 6.º Inventário Florestal Nacional

IGCP, E.P.E.: Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E.

IHPC: Índice Harmonizado de Preços no Consumidor

INE: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

IPAC: Instituto Português de Acreditação, I.P.

IPCTN: Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional

LULUCF: Land Use, Land Use Change and Forests

MA: Medidas adicionais

MA: Millenium Ecosystem Assessment

MAM: Ministério da Agricultura e do Mar

MAMAOT: Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

MR: Medidas de referência

NMP: Nemátodo da Madeira do Pinheiro

NUT: Nomenclatura de unidade territorial

OEPP/EPPO: Organização Europeia e Mediterrânica para a Proteção das Culturas

PARF: Plataforma de Acompanhamento das Relações nas Fileiras Florestais

PAEF: Programa de Assistência Económica e Financeira

PEFC: Programme for the Endorsement of Forest Certification
PEIF: Planos Específicos de Intervenção Florestal
PGF: Plano de Gestão Florestal
PIB: Produto Interno Bruto
OPF: Organização de Produtores Florestais
PME: Pequena e média empresa
PNAC: Programa Nacional para as Alterações Climáticas
PNALE: Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão
POAGRO: Programa Operacional de Agricultura e Desenvolvimento Rural
PRIME: Programa de Incentivos à Modernização da Economia
PROF: Planos Regionais de Ordenamento Florestal
PRODER: Programa de Desenvolvimento Rural
POSF: Programa Operacional de Sanidade Florestal
QCA: Quadro Comunitário de Apoio
QREN: Quadro de Referência Estratégica Nacional
RAIZ: Instituto de Investigação da Floresta e Papel
RE: Resíduos de embalagens
REL: Rendimento empresarial líquido
RJAAR: Regime Jurídico aplicável às Ações de Arborização e Rearborização
RNAP: Rede Nacional de Áreas Protegidas
RNBC: Roteiro Nacional de Baixo Carbono
RSU: Resíduos sólidos urbanos
RURIS: Plano de Desenvolvimento Rural
SIAC: Sistema de Incentivos de Ações Coletivas
TEEB: The Economics of Ecosystems and Biodiversity
tep: tonelada equivalente de petróleo
TIC: Tecnologias de informação e comunicação
UE: União Europeia
USD: Dólar americano
ZPE: Zonas de Proteção Especial
ZEC: Zonas Especiais de Conservação
ZIF: Zona de Intervenção Florestal

Nota Prévia

Passados quatro anos desde a publicação do 1º Relatório de Caracterização da Fileira Florestal, objeto, entretanto, de uma atualização posterior, a AIFF apresenta agora o 2º Relatório, elaborado com base na informação mais recente que se encontra disponível.

É entendimento da AIFF que é da maior importância, quer para as empresas industriais, quer para os produtores florestais, quer para as entidades governamentais, dispor de informação que torne possível encarar a floresta e a produção das indústrias que utilizam matérias primas originadas na floresta segundo uma ótica de fileira.

Só o conceito de fileira permite fazer justiça à enorme complexidade do setor, constituindo uma ferramenta muito útil para a elaboração de estratégias empresariais e para o desenho de políticas públicas adequadas ao desenvolvimento da floresta e respetivas indústrias.

É por isso que, ao publicar o presente Relatório, a AIFF considera estar a prestar um bom serviço a todos aqueles que se interessam pela floresta e seus derivados, em particular pela sua vertente económica, que é já hoje de grande importância nacional e que apresenta promissoras potencialidades de desenvolvimento, como ficou explícito no estudo prospectivo recentemente publicado pela nossa Associação.

João Ferreira do Amaral
Presidente da Direção da AIFF

Agradecimentos

A AIFF – Associação para a Competitividade da Indústria da Fileira Florestal expressa os seus agradecimentos a toda a estrutura associada, sem a qual não teria sido possível elaborar este Relatório.

Manifesta-se um particular agradecimento à Eng^a Mafalda Evangelista, no que constitui o contributo essencial para o resultado final aqui apresentado.

Agradece-se, ainda, às diferentes entidades que cederam informação relevante para a elaboração deste estudo, designadamente a APCOR-Associação Portuguesa de Cortiça, a CELPA – Associação da Indústria Papeleira, o CFFP/PEFC Portugal – Conselho da Fileira Florestal Portuguesa e o INE – Instituto Nacional de Estatística.

E por fim agradece-se a colaboração de todas as personalidades e entidades que de alguma forma contribuíram para o relatório apresentado.

Sumário Executivo

O “Relatório de Caracterização da Fileira Florestal” é promovido pela AIFF – Associação para a Competitividade da Indústria da Fileira Florestal e pretende dar continuidade ao processo de caracterização integrada da fileira florestal iniciado em 2010 e atualizado com um aditamento em 2011.

Este segundo relatório tem como período temporal de referência o triénio 2011–2013, mantendo, tal como no anterior relatório e no seu aditamento, um período de enquadramento de forma a totalizar um horizonte de dez anos, possibilitando uma visão mais completa da caracterização da fileira florestal e da sua evolução.

De acordo com os resultados preliminares do 6.º Inventário Florestal Nacional (IFN6), relativos à evolução das áreas dos usos do solo e das espécies florestais de Portugal continental para os anos de 1995, 2005 e 2010, o uso florestal do solo é o uso dominante do território continental (3,15 milhões de hectares, cerca de 35,4% em 2010). A análise das dinâmicas da evolução dos usos do solo entre 1995 e 2010, permite constatar que a Floresta apresentou uma redução da sua área, cerca de -4,6% (151.000 hectares). As principais espécies florestais em Portugal Continental são, por ordem decrescente, o eucalipto (25,8%), o sobreiro (23,4%) e o pinheiro bravo (22,7%), que representam cerca de 72% das áreas florestais existentes. Na evolução das áreas florestais por espécie entre 1995 e 2010 destaca-se a importante redução de área do pinheiro bravo (-26,9%, correspondendo a uma redução de 263.000 ha).

O elevado número de ocorrências e a correspondente elevada área ardida fazem com que os incêndios florestais sejam uma das principais ameaças à fileira florestal. Os anos de 2012 (110.232 hectares) e 2013 (153.058 hectares) reforçam essa constatação com aumentos consecutivos da área ardida. No entanto, a par dos incêndios florestais, o problema da sanidade florestal tem vindo a ganhar uma relevância cada vez mais importante. Efetivamente, ao longo dos últimos anos tem vindo a ser identificado em Portugal um conjunto diverso de agentes bióticos nocivos, alguns dos quais obrigaram à adoção de planos e programas específicos de prospeção, controlo e erradicação.

A balança comercial referente às indústrias da fileira florestal apresenta um saldo positivo de 2.474 milhões de euros em 2013, representando 9,1% do total das exportações nacionais de bens e 3,4% do total das importações nacionais de bens.

A fileira florestal representa 12,1% do número total de pessoas ao serviço nas empresas das indústrias transformadoras, 2,2% do total de pessoas ao serviço das empresas em Portugal e 1,7% da população empregada total. A análise aos acidentes de trabalho na indústria da fileira florestal revela um desempenho globalmente positivo até 2007, com uma clara tendência de redução, que se inverteu nos últimos três anos. Em 2010, o número de acidentes de trabalho ocorridos na indústria da fileira florestal (9.448) representava 16,5% do total da indústria transformadora e 4,4% do total nacional.

A análise à distribuição do número de empresas (entidade jurídica, pessoa singular ou

coletiva) segundo a dimensão da empresa para a totalidade da fileira florestal evidencia que a grande maioria das empresas (cerca de 91%) possui menos de 10 pessoas ao serviço.

As iniciativas em inovação da fileira florestal concretizadas através do Sistema de Incentivos à Inovação do QREN (2007–2013) representam 5,8% do número total de projetos aprovados e 10,8% do volume total de investimento aprovado no âmbito deste programa de apoio do QREN, o que constituem valores muito significativos.

No âmbito da Investigação e Desenvolvimento Tecnológico nas empresas da fileira florestal os resultados são menos expressivos, representando cerca de 2,4% do número total de projetos aprovados e 2,7% do volume total de investimento aprovado no programa SI I&DT – Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico do QREN.

A análise ao investimento florestal direcionado para a produção florestal realizado através de programas de apoio no período 2000–2013 revela um total de 901.389.910 euros. Cerca de 50% deste investimento foi realizado já através do PRODER.

Relativamente aos programas de apoio ao investimento à indústria da fileira florestal no período 2000–2014 estes totalizaram um investimento global de 2.473.154.136 euros, do qual cerca de 50% foi executado através do QREN. A análise por subfileira revela que o maior volume de investimento foi realizado pela subfileira da pasta e papel (1.165 milhões de euros, 47% do total), seguindo-se a subfileira da madeira e mobiliário (780 milhões de euros, 32% do total) e a subfileira da cortiça (525 milhões de euros, 21% do total).

De entre as principais iniciativas de Política Florestal entre 2011–2014 é possível salientar a Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2012, de 5 de julho, que aprovou as Linhas Orientadoras e Estratégicas para o Cadastro e a Gestão Rural, com o objetivo de proceder a uma revisão integrada das estratégias e das medidas de política atinentes à gestão e ao uso das terras agrícolas e florestais, a criação da Bolsa Nacional de Terras através da Lei n.º 62/2012, de 10 de dezembro, o Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho que aprovou o Regime Jurídico aplicável às Ações de Arborização e Rearborização (RJAAR), o Decreto-Lei n.º 27/2014, de 18 de fevereiro, que procedeu à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de agosto, que estabelece o regime de criação das Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), assim como o Programa Operacional de Sanidade Florestal (POSF), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 28/2014, de 7 de abril.

Destaca-se ainda, a criação do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF, I. P.), por fusão da Autoridade Florestal Nacional com o Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P., assim como a introdução de algumas alterações no âmbito da fiscalidade florestal, são também elementos de destaque ao nível das iniciativas de Política Florestal.

1 Enquadramento económico 2011–2013



O enquadramento económico para o período 2011-2013 fica marcado de forma indelével pela execução do Programa de Assistência Económica e Financeira acordado em maio de 2011 entre as autoridades portuguesas e a Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional.

Esta crise foi o resultado da acumulação de desequilíbrios macroeconómicos e de debilidades estruturais durante mais de uma década. Estes desequilíbrios e debilidades tornaram-se visíveis, em toda a sua extensão, no contexto da crise global e europeia, que começou em 2007. A economia portuguesa é uma das mais afetadas pela crise soberana da área do euro. A perceção de risco de crédito relativamente à dívida portuguesa deteriorou-se progressivamente desde o final de 2009, num quadro de receio crescente, por parte dos investidores internacionais, sobre a sustentabilidade das finanças públicas e do endividamento externo, em associação com um baixo crescimento do produto potencial. Deste modo, observou-se um agravamento significativo das condições de financiamento da economia, quer em termos de custo quer de acesso ao crédito (Documento de Estratégia Orçamental 2011-2015, 2011). Face a esta perturbação grave da actividade económica e financeira, Portugal pediu oficialmente assistência financeira à União Europeia, aos Estados-Membros da zona do euro e ao Fundo Monetário Internacional (FMI) em 7 de abril de 2011.

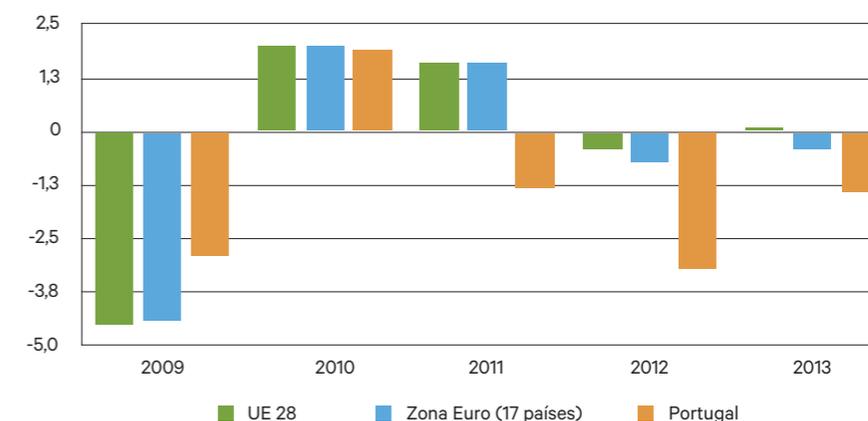
Este programa, executado entre 2011 e 2014, define um conjunto de medidas acordadas e a implementar no âmbito da assistência financeira a conceder ao Estado Português pelo Fundo Europeu de Estabilidade Financeira, designadamente:

- reformas estruturais para aumentar o potencial de crescimento, criar empregos e melhorar a competitividade;
- uma estratégia de consolidação orçamental, apoiada por medidas estruturais de carácter orçamental e o seu melhor controlo sobre as parcerias público-privadas e as empresas estatais, visando colocar o rácio da dívida pública bruta/PIB numa trajetória descendente, a médio prazo, e reduzir o défice para valores inferiores a 3% do PIB em 2013;
- uma estratégia para o setor financeiro com base na recapitalização e na desalavancagem, com esforços para salvaguardar o setor financeiro contra a falta de apoios, através de mecanismos de mercado apoiados por instrumentos de assistência.

O pacote foi financiado pela UE através do Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira (26.000 milhões de euros) e do Fundo Europeu de Estabilização Financeira (26.000 milhões de euros), bem como pelo FMI (26.000 milhões de euros), totalizando um montante global de € 78 mil milhões de euros.

As implicações económicas e sociais deste ajustamento foram significativas, ainda que mitigadas face a uma situação de ajustamento abrupto e desordenado dos desequilíbrios. Em particular, a contração do rendimento interno e a subida do desemprego foram especialmente acentuadas neste período (Banco de Portugal, 2014).

Figura 1 – Taxa de variação real (%) do PIB



Fonte: EUROSTAT (2014)

Após a recuperação verificada em 2010 em que o PIB alcançou um crescimento real de 1,9 %, o ano de 2011 revelou-se recessivo, com uma quebra do PIB de 1,3 %, acentuando o processo de divergência iniciado em 2002. O ano de 2011 fica marcado, não só pelo agudizar da crise da dívida soberana na Área do Euro, como pela terceira intervenção do FMI em Portugal através do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF).

Em 2012, o impacto recessivo das condições financeiras adversas e das medidas de correção dos desequilíbrios macroeconómicos resultou numa queda expressiva da procura interna, acentuado pela deterioração da conjuntura macroeconómica internacional, em particular na área do euro, que se traduziu num menor contributo da procura externa líquida. O PIB registou uma quebra de 3,2 % em 2012, depois de -1,3 % no ano anterior.

Em Portugal, o ano de 2013 continuou a ser marcado pelos efeitos do programa de ajustamento, verificando-se, no entanto, alguns sinais de recuperação da atividade económica desde o segundo trimestre. Com efeito, o PIB interrompeu uma série de 10 trimestres consecutivos de queda em cadeia nesse período, registando em seguida 3 trimestres de crescimento em cadeia positivo, com a taxa de variação homóloga a subir de um mínimo de -4,0% no primeiro trimestre, para 1,5% no quarto trimestre (IGCP, 2014). Em termos médios anuais o PIB contraiu 1,4%, ainda assim 1,8 pontos percentuais menos do que o observado em 2012. A contribuição da procura externa líquida foi menos expressiva (1,1 pontos percentuais, face a 3,7 em 2012), enquanto o contributo da procura interna, ainda que negativo, apresentou uma inversão da tendência de agravamento observada em anos anteriores (fixou-se em -2,6 pontos percentuais em 2013, face a -6,9 em 2012).

O ano de 2013 fica ainda marcado de forma positiva pelo regresso de Portugal ao mercado internacional de dívida de médio e longo prazo, após quase 2 anos sem qualquer emissão em mercado primário. Com efeito, o IGCP realizou duas emissões, em nome da República Portuguesa, no mercado de dívida de médio e longo prazo: uma em janeiro, com um montante de 2,5 mil milhões de euros, e outra em maio, com um montante de 3 mil milhões de euros (IGCP, 2014).

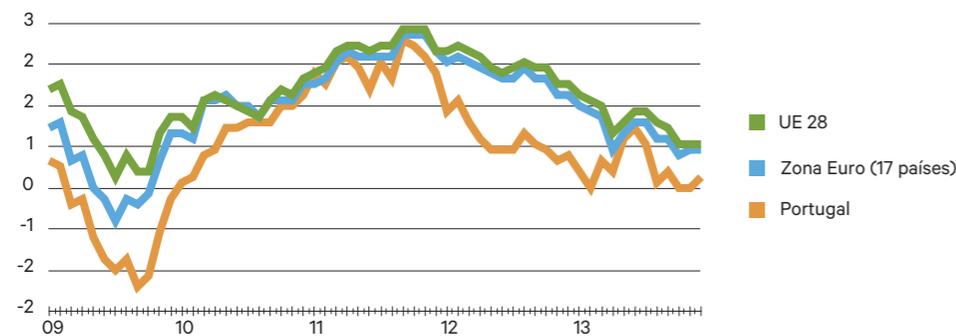
Tabela 1 – PIB e principais componentes de despesa (Taxa de Variação Real)

Componentes de Despesa	2009	2010	2011 Po	2012 Pe	2013 Pe
PIB	-2,9	1,9	-1,3	-3,2	-1,4
Consumo Privado	-2,3	2,5	-3,3	-5,3	-1,7
Consumo Público	4,7	0,1	-5,0	-4,7	-1,8
FBCF	-8,6	-3,1	-10,5	-14,4	-6,3
Variação de existências	-185,8	-178,9	-44,8	58,7	-20,8
Procura Interna	-3,3	1,8	-5,1	-6,6	-2,5
Exportações	-10,9	10,2	6,9	3,2	6,1
Importações	-10,0	8,0	-5,3	-6,6	3,1
Contributo da procura interna para crescimento real PIB (%)	-3,6	2,0	-5,5	-6,9	-2,5
Contributo da procura externa líquida para crescimento real PIB (%)	0,6	-0,1	4,4	3,7	1,1

Fonte: GEE (2014)

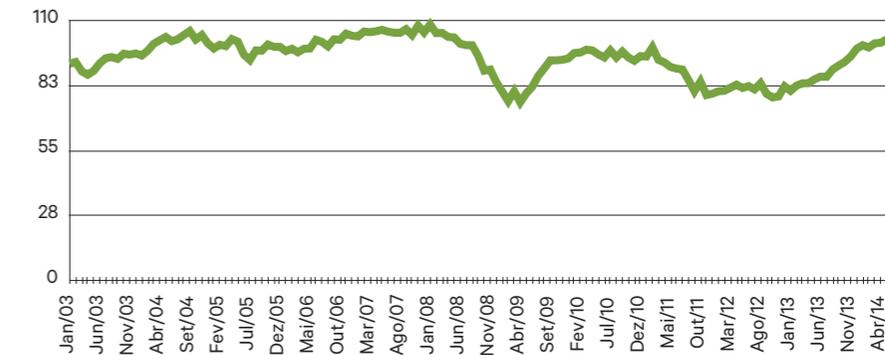
Notas: Po – dados provisórios; Pe – dados preliminares

O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) português registou, em termos globais, uma tendência de descida, com valores inferiores à Zona Euro e a UE28, traduzindo a redução da taxa de inflação ao logo do período 2011-2013. Com uma taxa de variação média de 3,6% em 2011 (1,4% no ano anterior), verifica-se um decréscimo para uma taxa de variação média de 2,8% em 2012. A queda da procura, embora menos acentuada que nos anos precedentes, levou a uma diminuição das pressões inflacionistas, principalmente no final de 2013, com a taxa de inflação média anual medida pelo IHPC a reduzir-se de 2,8% em 2012 para 0,4% em 2013, um valor inferior ao observado na área do euro (IGCP, 2014).

Figura 2 – Taxa de variação (%) do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor


Fonte: EUROSTAT (2014)

Face a esta conjuntura, na sequência do acordo para o Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), estabelecido em maio de 2011, o indicador de sentimento económico agravou uma tendência negativa iniciada em fevereiro de 2011. Só a partir de novembro de 2012 (18 meses depois, quando estava decorrido metade do prazo estabelecido para o PAEF), ocorreu uma inversão, com o indicador de sentimento económico a manter uma tendência de recuperação desde então.

Figura 3 – Índice de Sentimento Económico em Portugal


Fonte: Banco de Portugal (2014)

Da mesma forma, o indicador de confiança na indústria estava a recuperar da forte recessão da economia portuguesa ocorrida em 2008 e 2009, caiu de forma abrupta entre fevereiro de 2011 e novembro de 2012, mês a partir do qual iniciou uma recuperação gradual que se mantém e que traduz os sinais de recuperação da atividade económica.

Figura 4 – Indicador de confiança na indústria em Portugal

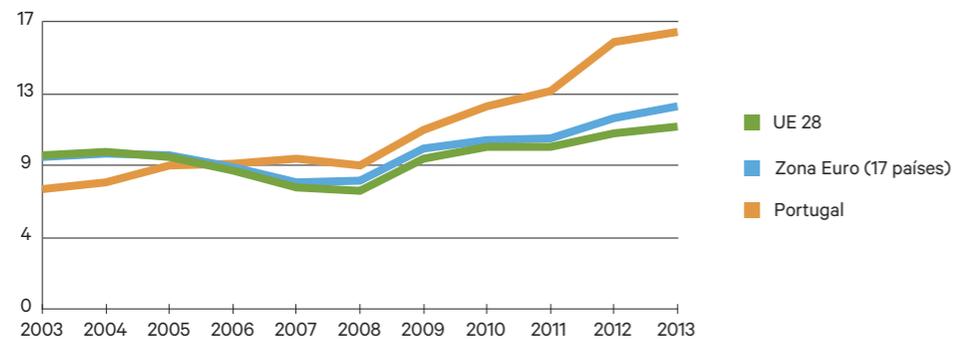

Fonte: Banco de Portugal (2014)

O abrupto ajustamento introduzido na economia portuguesa contribuiu para o agravamento da tendência de aumento da taxa de desemprego, iniciada no 2.º semestre de 2008, a qual atingiu níveis muito elevados e superiores à média da EU28 e da Zona Euro.

A forte contração da procura interna fez com que o desemprego registado atingisse em 2013 cerca de 16,4% da população ativa (valor mais elevado em termos históricos), um aumento de 0,6 % face a 2012 e de 4,4 % face a 2010.

No entanto, já em 2013 o mercado de trabalho deu também sinais de recuperação, com a taxa de desemprego a diminuir de forma consistente a partir do segundo trimestre, passando de 17,7% da população ativa no primeiro trimestre para 15,3% no quarto trimestre. Esta evolução foi em parte motivada por uma descida na taxa de participação, mas também por um aumento do emprego, que aumentou de forma sustentada desde o segundo trimestre, num total de 128,3 mil indivíduos (IGCP, 2014).

Figura 5 – Taxas de desemprego (%)

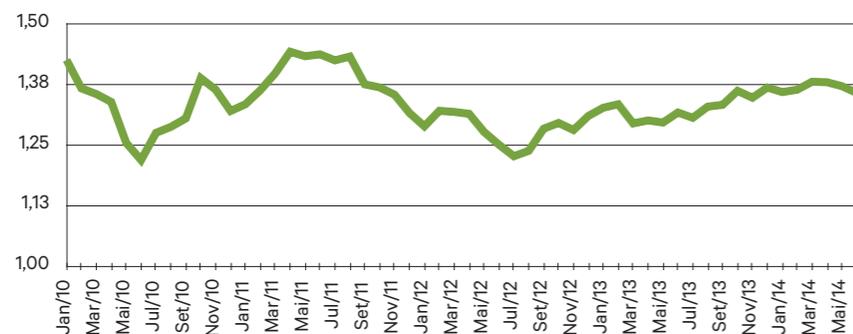


Fonte: EUROSTAT (2014)

As receitas das empresas do Setor Florestal (principalmente as de cariz exportador) são significativamente afetadas por variações da taxa cambial do euro face a outras divisas, em particular face ao USD. Essas variações da taxa cambial podem fazer sentir-se de diferentes formas:

- Produtos cujos preços no mercado mundial são estabelecidos em USD (por exemplo, o preço da BEKP), com impactos potenciais nas vendas, variáveis em função da evolução do euro face ao USD;
- Vendas em moedas diferentes do Euro, por exemplo USD, com impactos potenciais nas vendas, variáveis em função da evolução do euro face ao USD.

Figura 6 – Taxa de câmbio mensal do euro face ao dólar (EUR/USD)



Fonte: Banco de Portugal (2014)

O período 2011-2013 apresentou variações da taxa do câmbio do euro face ao dólar que tiveram impactos distintos na competitividade das empresas:

- O ano de 2011, com uma evolução gradual da cotação do euro face ao dólar;
- O primeiro semestre de 2012, com uma tendência de valorização do dólar face ao euro, atenuando a quebra no valor das exportações registada;
- Retoma da evolução gradual da cotação do euro face ao dólar, penalizando o valor das exportações.

2 Caracterização da fileira florestal



2.1 Desempenho florestal

2.1.1 Recursos florestais

De acordo com os resultados preliminares do 6.º Inventário Florestal Nacional (IFN6), relativos à evolução das áreas dos usos do solo e das espécies florestais de Portugal continental para os anos de 1995, 2005 e 2010, o uso florestal do solo (correspondente a superfícies arborizadas – povoamentos florestais – e a superfícies temporariamente desarborizadas, como as superfícies ardidas, cortadas e em regeneração), é o uso dominante do território continental (3,15 milhões de hectares, cerca de 35,4% em 2010).

Os matos e pastagens são a segunda classe de uso do solo com maior área, com cerca de 32%, seguindo-se a agricultura, com 23,7%.

Tabela 2 – Áreas por tipo de uso do solo (un. 1.000 ha) nos IFN de 1995, 2005 e 2010

Áreas por uso do solo (Un. 1.000 ha)	1995	2005	2010
Floresta	3.305	3.212	3.155
Agricultura	2.408	2.205	2.114
Matos e Pastagens	2.539	2.720	2.853
Águas interiores	151	177	183
Urbanos	315	399	426
Improdutivos	190	196	178

Fonte: ICNF (2014)

A análise das dinâmicas da evolução dos usos do solo entre 1995 e 2010, permite constatar diferentes tendências:

- Floresta com uma tendência de perda, correspondente a -4,6% (cerca de 151.000 hectares);
- Agricultura também com tendência de perda, mas de magnitude superior sendo o uso do solo com maior redução no período em análise, cerca de -12,2% (293.000 hectares);

- Com tendência de aumento identificam-se os Matos e Pastagens (+ 12,4%, cerca de 314.000 hectares), as Águas Interiores (+ 21,2%, cerca de 32.000 hectares) e os Urbanos (+ 34,9%, cerca de 110.000 hectares);

A tendência de diminuição no uso do solo floresta, de acordo com os dados dos IFN de 1995, 2005 e 2010, deve-se especialmente à redução ocorrida nas áreas temporariamente não arborizadas (áreas ardidas, cortadas e em regeneração). Efetivamente, ainda que entre 1995 e 2005 as áreas ardidas e cortadas tenham aumentado, muito provavelmente em resultado das elevadas áreas ardidas ocorridas em 2003 e 2005, entre 2005 e 2010 todas as áreas não arborizadas apresentaram uma tendência de redução, justificando a redução global da área florestal. No entanto, é também de salientar o aumento da área arborizada entre 1995 e 2010.

Tabela 3 – Áreas por tipo de floresta (un. 1.000ha) nos IFN de 1995, 2005 e 2010

Áreas por Tipo de Floresta (Un. 1.000 ha)	1995	2005	2010
Em regeneração	459	180	146
Ardida	27	53	41
Cortada	33	81	25
Arborizada	2.787	2.899	2.943
Total	3.305	3.212	3.155

Fonte: ICNF (2014)

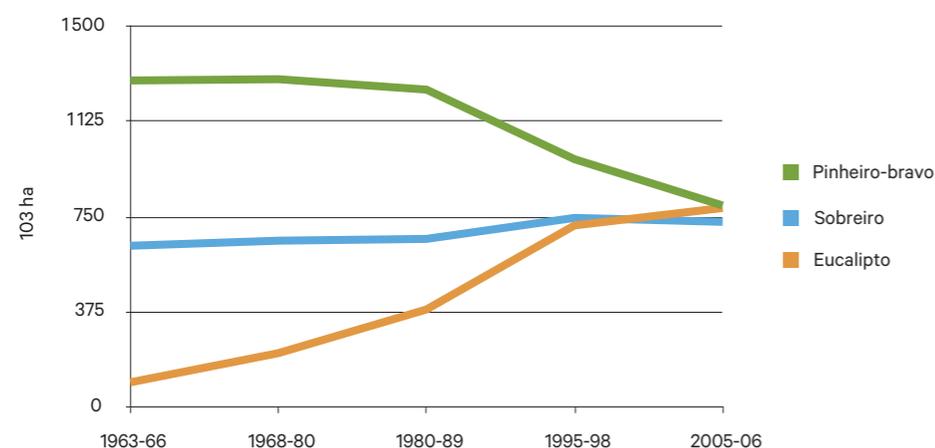
As principais espécies florestais em Portugal Continental são, por ordem decrescente, o eucalipto (25,8%), o sobreiro (23,4%) e o pinheiro bravo (22,7%), que representam cerca de 72% das áreas florestais existentes. A evolução das áreas florestais por espécie entre 1995 e 2010 apresentou padrões distintos de variação:

- Com uma variação positiva, originando aumentos assinaláveis de área em valor absoluto e valor relativo num período de 15 anos destacam-se o eucalipto (+13,2%, cerca de 95.000 ha) e o pinheiro manso (+46,3%, cerca de 56.000 ha). Destaque também para o castanheiro com um aumento de 27% (cerca de 9.000 ha), embora menos expressivo em valor absoluto;
- A única espécie que apresentou uma tendência de alguma estabilização em área absoluta foi o sobreiro, ainda que com uma variação negativa de cerca de -1,3% (uma redução de cerca de 10.000 ha);
- Com uma variação negativa, originando reduções de área importantes, destacam-se o pinheiro bravo (-26,9%, correspondendo a uma redução de 263.000 ha) e a azinheira (9,7%, correspondendo a uma redução de cerca de 36.000 ha). Também pela negativa destacam-se ainda os carvalhos, que, a par do pinheiro bravo, apresentam a maior redução em valor relativo (-27,0%).

Tabela 4 – Áreas Florestais por espécies (un. 1.000 ha) nos IFN de 1995, 2005 e 2010

Áreas Florestais por Espécies (Un. 1.000 ha) (Povoamentos puros, mistos dominantes e jovens)	1995	2005	2010
Pinheiro-bravo	978	795	714
Eucalipto	717	786	812
Sobreiro	747	731	737
Azinheira	367	335	331
Carvalhos	92	66	67
Pinheiro-manso	120	173	176
Castanheiro	33	38	41
Outras Folhosas	170	186	195
Outras Resinosas	61	73	73
Total	3.285	3.184	3.147

Fonte: ICNF (2014)

Figura 7 – Evolução da Área Florestal por Espécie (10³ ha) segundo os diversos IFN


No relatório dos resultados preliminares do 6.º Inventário Florestal Nacional (IFN6) são também analisadas as alterações em áreas para as principais espécies florestais face à situação existente em 1995. Os resultados indicam:

- A redução de 263 mil ha de pinheiro-bravo ocorrida entre 1995 e 2010 decorre maioritariamente da sua transformação em matos e pastagens (165 mil ha) e em eucalipto (70 mil ha);
- O aumento da área de eucalipto em cerca de 95.000 ha decorre principalmente da sua expansão em áreas ocupadas por pinheiro-bravo (70.000 ha), matos e pastagens (13.500 ha) e áreas agrícolas (12.000 ha). Saliente-se também que cerca de 8.000 ha de eucalipto foram convertidos para uso urbano;

- A área de sobreiro, apesar de ter apresentado uma variação pouco expressiva, sofreu diversos processos de arborização e desarborização. Salienta-se a perda de área para matos e pastagens de cerca de 28 mil ha e o ganho de área por arborização de terrenos agrícolas de cerca de 18 mil ha.

Efetivamente, a concretização das intenções de investimento em arborizações e rearborizações comprova estas tendências. De acordo com a Nota Informativa sobre o Regime Jurídico aplicável às Ações de Arborização e Rearborização (RJAAR) para o período de 17.10.2013 a 17.06.2014 (ICNF, 2013), o resultado conjunto da aplicação do Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, quer no tocante aos artigos 4.º e 5.º (“RJAAR”), quer no respeitante às ações aprovadas no âmbito de programas públicos de apoio à floresta (artigo 6.º, n.º 2, referidos como “programas”) quer, ainda, as já realizadas nas áreas sob gestão do ICNF (“ICNF”), o eucalipto representa 51% das intenções de (re)arborização autorizadas ou validadas, seguido do sobreiro, com 21%, e do pinheiro-manso, com 17%, para um total de 10.537 hectares.

Tabela 5 – Ações de (re)arborização autorizadas ou validadas, segundo a ocupação florestal (IFN), por tipo e origem no período de 17.10.2013 a 17.06.2014

Povoamento	RJAAR		Programas		ICNF		Totais		
	Arboriz.	Rearb.	Arboriz.	Rearb.	Arboriz.	Rearb.	Arboriz.	Rearb.	Total
Pinheiro-bravo	10,5	32,3	68,0	114,6	62,0	87,3	140,5	234,2	374,7
Pinheiro-manso	147,7	29,3	377,6	1.217,4	0,0	0,0	525,3	1.246,7	1.772,0
Outras resinosas	6,3	13,8	61,4	0,0	18,0	0,0	85,7	13,8	99,5
Sobreiro	2,2	23,0	403,9	1.763,0	23,2	2,8	429,3	1.788,8	2.218,1
Azinheira	0,0	4,3	21,0	15,9	2,2	0,6	23,2	20,8	44,0
Carvalhos	12,7	100,3	81,9	0,0	48,2	41,7	142,8	142,0	284,8
Castanheiro	1,6	5,1	14,4	30,2	0,0	0,0	16,0	35,3	51,3
Eucalipto	878,0	4.363,7	0,0	138,8	0,0	0,0	878,0	4.502,5	5.380,5
Outras folhosas	19,0	37,5	94,9	98,5	42,2	19,6	156,1	155,6	311,7
Total	1.078,0	4.609,3	1.123,1	3.378,4	195,8	152,0	2.396,9	8.139,7	10.536,6

Fonte: ICNF (2014)

A área referente às rearborizações é predominante (cerca de 8.139,7 hectares, 77,3% do total), sendo o eucalipto e o sobreiro as espécies com maior área neste tipo de intervenção, respetivamente 4.502,5 ha e 1.788,8 ha.

Relativamente à arborização de novas áreas, as espécies mais utilizadas são o eucalipto (878 ha), o pinheiro-manso (525,3 ha) e o sobreiro (429,3 ha), que concentram 76,5% do total das intenções de arborização.

De acordo com o disposto nas alíneas a) e c) do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 96/2013 a (re)constituição dos povoamentos florestais por regeneração natural não é abrangida pelo RJAAR, pelo que o aproveitamento da regeneração natural de pinheiro bravo não estará aqui contabilizada. Em qualquer caso não deixa de ser relevante salientar que as arborizações e rearborizações com pinheiro bravo representam 3,6% do total.

Tal como referido no Relatório de Caracterização da Fileira Florestal 2010 (AIFF, 2010), e reforçado pelos resultados preliminares do IFN6, da utilização dos programas de apoio ao investimento e da aplicação do RJAAR, os padrões de variação das espécies demonstram de alguma forma as motivações económicas dos produtores florestais, a gestão do risco do investimento (considerando o efeito dissuasor dos incêndios, das pragas e doenças florestais) e a rentabilidade de cada espécie florestal:

- Eucalipto e pinheiro manso, espécies com perceção de rentabilidade superior e prazos de retorno de investimento inferiores registam aumentos de áreas consideráveis;
- Pinheiro bravo e azinheira, espécies com uma perceção de baixa e muito baixa rentabilidade e prazos de retorno de investimento superiores registam reduções de áreas consideráveis;
- Sobreiro, espécie com rentabilidade mas com prazos de retorno de investimento muito superiores, regista uma estabilização/estagnação das áreas.

2.1.2 Incêndios florestais

O elevado número de ocorrências e a correspondente elevada área ardida fazem com que os incêndios florestais sejam uma das principais ameaças à Fileira Florestal. Os anos de 2012 e 2013 reforçam essa constatação com os aumentos consecutivos da área ardida.

Tabela 6 – Número de ocorrências e área ardida (ha), por tipo e por ano (2003–2013)

Ano	N.º de Ocorrências			Área Ardida (ha)		
	Incêndios Florestais	Fogachos	Total	Povoamentos	Matos	Total
2003	5.309	20.886	26.195	286.055	139.671	425.726
2004	5.020	16.950	21.970	56.109	73.430	129.539
2005	8.179	27.519	35.698	213.517	124.745	338.262
2006	3.455	16.466	19.921	36.320	39.189	75.509
2007	3.566	15.166	18.732	9.638	21.812	31.450
2008	2.557	11.275	13.832	5.463	11.781	17.244
2009	5.776	20.563	26.339	24.094	61.923	86.017
2010	3.970	18.056	22.026	46.079	87.011	133.090
2011	5.042	20.179	25.221	20.043	53.770	73.813
2012	4.425	16.751	21.176	48.067	62.165	110.232
2013	3.845	15.446	19.291	55.673	97.085	152.758
Média (2003–2013)	4.647	18.130	22.777	72.770	70.315	143.085

Fonte: ICNF (2013)

Relativamente aos dois últimos anos, 2012 e 2013, constata-se que o número de ocorrências apresenta valores ligeiramente abaixo da média observada no período 2003–2013 (22.777). A mesma tendência é constatada quando se analisa só o número de incêndios florestais.

No período em análise, verifica-se uma grande disparidade de situações: o ano de 2008 foi o único que apresentou um valor inferior a 18.000 ocorrências; três anos (2006, 2007 e 2013) apresentam valores entre as 18.000 e as 20.000 ocorrências; os restantes anos apresentam valores superiores a 20.000 ocorrências, destacando-se 2003, 2005, 2009 e 2011 com valores acima das 25.000 ocorrências.

O período 2011 a 2013 evidencia um aumento crescente da área ardida tendo, inclusive, o ano de 2013 atingido valores (152.758 ha) superiores à média do período 2003–2013 (143.085 ha). Se excluirmos os valores extremos dos anos de 2003 e 2005, 2013 foi também o valor mais elevado do período 2003–2013.

De acordo com o Relatório Anual de Áreas Ardidas e Incêndios Florestais de 2012 (ICNF), desde 2001 que o pinheiro bravo e o eucalipto são as duas espécies mais afetadas anualmente pelos incêndios. O ano de 2012 não foi exceção e a espécie mais afectada, no conjunto dos povoamentos, foi o pinheiro bravo seguido do eucalipto e do sobreiro, com 34%, 30% e 14% da área ardida por espécie, respetivamente.

Os grandes incêndios continuam a causar um impacto muito expressivo no somatório global das áreas ardidas. Se atendermos aos incêndios com dimensão de área ardida entre 100 ha e 500 ha, constata-se que estes foram responsáveis por cerca de 18% da área total ardida no período 2003–2013.

Importa salientar que a área total ardida neste período, 1.573.940 ha (povoamentos e matos) não corresponde a áreas ardidas na íntegra pela primeira vez, mas pelo contrário, tem-se assistido a uma redução do intervalo de tempo entre incêndios recorrentes nas mesmas áreas por motivos sociais, ambientais e económicos.

Tabela 7 – Caracterização dos incêndios com dimensão entre 100 e 500 ha (2003–2013)

Ano	100 a 500 ha		
	N.º de Ocorrências	Área Ardida (ha)	Área Ardida (%Total)
2003	134	30.893	7%
2004	115	24.883	19%
2005	220	57.090	17%
2006	102	22.814	30%
2007	30	6.105	19%
2008	16	3.490	20%
2009	110	22.376	26%
2010	135	28.565	21%
2011	103	21.527	29%
2012	117	25.270	23%
2013	160	35.372	23%
Média (2003–2013)	113	25.308	21%
Total	1.242	278.385	18%

Fonte: ICNF (2013)

Considerando os incêndios com dimensão de área ardida entre 500 ha e 1.000 ha, constata-se que um total de 447 ocorrências (0,9% do total) é responsável por cerca de 952.054 ha (61% da área total ardida no período 2003–2013).

Tabela 8 – Caracterização dos incêndios com dimensão superior a 500 (2003–2013)

Ano	» 500 ha		
	N.º de Ocorrências	Área Ardida (ha)	Área Ardida (%Total)
2003	88	365.284	86%
2004	53	76.464	59%
2005	98	209.273	62%
2006	25	31.959	42%
2007	6	7.510	24%
2008	2	1.157	7%
2009	23	28.152	33%
2010	51	73.244	55%
2011	19	17.392	24%
2012	26	53.006	48%
2013	56	88.613	58%
Média (2003–2013)	41	86.550	45%
Total	447	952.054	61%

Fonte: ICNF (2013)

Fazendo uma análise conjunta aos grandes incêndios no período 2008–2013, e que exclui o forte impacto dos anos de 2003 e 2005, é perceptível a dimensão do impacto que estes possuem para a floresta portuguesa e no quanto é determinante a sua rápida extinção, uma vez que 0,3% dos incêndios florestais (com uma dimensão superior a 1.000 ha) originaram 33% da área ardida total, um valor de cerca de 189.861 hectares.

Tabela 9 – Caracterização dos incêndios com dimensão superior a 1.000 ha (2003–2013)

Ano	» 1000 ha		
	N.º de Ocorrências	Área Ardida (ha)	Área Ardida (%Total)
2008	0	0	0%
2009	9	18.018	21%
2010	25	54.901	41%
2011	6	8.694	12%
2012	11	41.885	38%
2013	26	66.363	43%
Média (2003–2013)	13	31.644	26%
Total	77	189.861	33%

Fonte: ICNF (2013)

Quanto às causas dos incêndios, os resultados apurados com base nas ignições com investigação concluída pela GNR/SEPNA evidenciam que a principal causa dos incêndios é o uso do fogo, muito em particular as queimadas, responsáveis por 43% do total das ignições com investigação concluída em 2012. De acordo com a análise dos resultados obtidos para o total das causas determinadas entre 2006 e 2012, as ocorrências associadas à acção humana (uso do fogo, acidental e incendiário) constituem a esmagadora maioria das ocorrências (98% no ano de 2012).

Tabela 10 – Percentagem de incêndios segundo a causa determinada por ano (2006–2012)

Causa	Ocorrências c/ Causa Determinada (%)						
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Uso do Fogo	36,2%	52,7%	49,6%	51,0%	41,7%	51,7%	56,8%
Acidentais	10,5%	5,3%	5,1%	3,2%	8,8%	4,3%	4,7%
Estruturais*	n.d.	n.d.	5,2%	3,9%	2,0%	7,5%	1,3%
Incendiário	45,5%	40,4%	39,4%	40,7%	45,5%	35,4%	36,5%
Naturais	7,9%	1,7%	0,7%	1,2%	2,0%	1,1%	0,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: ICNF (2013)

O incendiário, que em 2006 e 2010 foi a principal causa, tem também um impacto muito relevante, com uma média no período 2006–2012 de cerca de 39% do total das ignições com causas determinadas, destacando-se as motivações imputáveis como a principal causa associada a esta sub-categoria.

Relativamente à evolução do número de ignições com investigação concluída pela GNR/SEPNA é de salientar o aumento sistemático em valor absoluto (com exceção do ano de 2012) e em valor relativo ao longo do período 2006–2012, tendo sido investigadas as causas em 74,1%, correspondendo a um valor total de 21.176 ocorrências (para o ano de 2012).

Tabela 11 – Número e proporção de ocorrências investigadas (2006–2012)

Ocorrências	Ocorrências Investigadas						
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
N.º	2.234	6.344	6.981	12.176	13.515	16.232	15.694
% Total	11,2%	33,9%	50,5%	46,2%	61,4%	64,4%	74,1%

Fonte: ICNF (2013)

Merece também destaque, a partir de 2010, a tendência de redução do n.º de ocorrências com causas indeterminadas.

Tabela 12 – Número e proporção de ocorrências decorrentes de causas indeterminadas (2006–2012)

Ocorrências	Causas Indeterminadas						
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
N.º	1.432	3.136	3.124	3.913	6.392	6.574	4.796
% Total	64,1%	49,4%	44,8%	31,3%	47,3%	40,5%	34,8%

Fonte: ICNF (2013)

Numa análise global ao período 2003–2013 a análise revela valores muito preocupantes: uma área total ardida de 1.573.940 ha, em que cerca de 51% são povoamentos florestais (800.470 ha), uma média de 22.777 ocorrências/ano, das quais 95,1% estão associadas à acção humana.

A dimensão do impacto dos incêndios florestais fica ainda mais evidente quando se avalia o valor dos prejuízos. O ano de 2012 apresenta uma estimativa de prejuízos ambientais e materiais da ordem dos 158 milhões de euros, valor este que se situa cerca de 44 milhões de euros abaixo do valor médio dos últimos dez anos (ICNF, 2012).

Efetivamente, entre 2002–2012 estima-se um prejuízo médio anual com os incêndios florestais de cerca de 202 milhões de euros e um valor total de 2.224 milhões de euros.

Tabela 13 – Perdas em euros resultantes de incêndios florestais (2002–2012)

Ano	Área Ardida (ha)	Perdas (Euros)
2002	124.409	178.828.265 €
2003	425.726	611.078.965 €
2004	129.539	186.703.545 €
2005	338.262	486.592.715 €
2006	75.509	109.143.230 €
2007	31.450	46.773.825 €
2008	17.244	25.204.340 €
2009	86.017	125.447.700 €
2010	133.090	190.984.150 €
2011	73.813	105.944.615 €
2012	110.232	158.182.920 €
Média (2002–2012)	140.481	202.262.206 €
Total	1.545.291	2.224.884.270 €

Fonte: ICNF (2012)

2.1.3 Sanidade florestal

Relativamente à sanidade florestal, ainda não existem resultados do IFN6 que permitam analisar a evolução global de uma forma sistematizada entre 2005 e 2010.

No entanto, a par dos incêndios florestais, o problema da sanidade florestal tem vindo a ganhar uma relevância cada vez mais importante, o que foi reconhecido através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 28/2014, de 7 de abril, que aprovou o Programa Operacional de Sanidade Florestal (POSF). O POSF, aplicável apenas ao território continental, apresenta um diagnóstico genérico da situação atual em termos de proteção fitossanitária, definindo as entidades com competências na implementação de medidas e ações de prevenção e controlo, perspetivadas para os vários grupos de agentes bióticos nocivos e para os diferentes sistemas florestais, estabelecendo as bases de intervenção para a redução de riscos de introdução, de dispersão e de danos. Este Programa determina a necessidade de envolver as diversas entidades com atuação e responsabilidades nas várias vertentes da sanidade florestal, da estratégia ao planeamento e operacionalização, englobando, num esforço comum, os vários agentes do setor as instituições públicas e privadas, incluindo as Organizações de Produtores Florestais, os prestadores de serviços e a indústria florestal.

Efetivamente, ao longo dos últimos anos tem vindo a ser identificados em Portugal um conjunto diverso de agentes bióticos nocivos, alguns dos quais obrigaram à adoção de planos e programas específicos de prospeção, controlo e erradicação.

Tabela 14 – Agentes bióticos nocivos introduzidos em Portugal

Ano	Espécie	Nome Comum	Tipo
1995	<i>Gonipterus platensis</i> Marelli	Gorgulho do eucalipto	Organismo Não de Quarentena
1999	<i>Bursaphelenchus xylophilus</i>	Nemátodo da madeira do pinheiro	Organismo de Quarentena
2001	<i>Phoracantha recurva</i>	Broca do eucalipto	Organismo Não de Quarentena
2002	<i>Ctenarytaina spatulata</i>	Psila das folhas adultas do eucalipto	Organismo Não de Quarentena
2003	<i>Leptocybe invasa</i>	Vespa da galha do eucalipto	Organismo Não de Quarentena
2005	<i>Rhombacis eucalypti</i>	Vespa da galha do eucalipto	Organismo Não de Quarentena
2006	<i>Ophelimus maskelli</i>	n.d.	Organismo Não de Quarentena
2007	<i>Glycaspis brimblecombei</i>	n.d.	Organismo Não de Quarentena
2008	<i>Fusarium circinatum</i>	Cancro resinoso do pinheiro	Organismo de Quarentena
2010	<i>Leptoglossus occidentalis</i> Heidemann	Sugador das pinhas	Organismo Não de Quarentena
2011	<i>Blastopsylla occidentalis</i>	n.d.	Organismo Não de Quarentena
2012	<i>Thaumastocoris peregrinus</i>	Percevejo bronzeado do eucalipto	Organismo Não de Quarentena
	<i>Ophelimus sp</i>	n.d.	Organismo Não de Quarentena
2014	<i>Dryocosmus kuriphilus</i> Yasumatsu	Vespa das galhas do castanheiro	Organismo de Quarentena

Fonte: ICNF (2014)

O impacto económico (real ou potencial) ou o facto de estar sujeito a restrições legais na União Europeia (Organismo de Quarentena) fez com que fossem implementados 4 planos de atuação para prospeção, controlo e erradicação:

- Plano de Acção Nacional para o controlo do nemátodo da madeira do pinheiro;
- Plano de Prospeção e Erradicação do cancro resinoso do pinheiro;
- Plano de Controlo do gorgulho do eucalipto;
- Plano de Prospeção e Monitorização do sugador das pinhas.

Além disso, existem também procedimentos de monitorização e controlo de outros organismos de quarentena (cancro resinoso do pinheiro, vespa das galhas do castanheiro, morte súbita dos carvalhos, *Anoplophora chinensis* e murchidão do freixo).

Nemátodo da madeira do pinheiro

Relativamente ao nemátodo da madeira do pinheiro (*Bursaphelenchus xylophilus*), a doença foi detetada em Portugal, em maio de 1999, na região de Setúbal. É um verme microscópico considerado uma das doenças mais perigosas para as coníferas a nível mundial, estando classificado como organismo de quarentena para a União Europeia, que se faz transportar por um inseto vetor e que havia demonstrado noutras regiões do globo ter um elevado potencial de mortalidade para o pinhal. Em Portugal, o nemátodo da madeira do pinheiro (NMP) foi encontrado unicamente em pinheiro bravo.

O seu estatuto de organismo de quarentena faz com que o Estado Membro onde a sua presença é identificada tenha de assegurar medidas de controlo que salvaguardem o território dos outros Estados-Membros contra o NMP e protejam os interesses comerciais da União Europeia relativamente a países terceiros. Apesar do Estado Português ter assegurado, desde 1999, a execução de programas de controlo e erradicação, a doença tem vindo a expandir-se em Portugal de forma gradual, tendo surgido em 2008 novos focos na região Centro que conduziram à classificação da totalidade de Portugal Continental como zona afectada e de restrição.

De acordo com o Relatório de Prospeção, Monitorização e Controlo de Organismos de Quarentena (ICNF, 2013) desde 2008 até abril de 2013, foram monitorizadas 22.656 parcelas, tendo sido recolhidas 16.545 amostras compostas (máximo de 5 árvores por amostra), das quais 934 positivas para a presença de NMP (resultado provisório uma vez que estão ainda pendentes alguns resultados laboratoriais).

Tabela 15 – Dados de Prospeção Nacional de NMP – 2008 a 2013 (valores preliminares)

Parcelas Prospectadas	Amostras Recolhidas	Positivos (n.º)	Positivos (%)
22.656	16.545	934	5,6%

Fonte: ICNF (2013)

De acordo com o Relatório final da auditoria realizada em Portugal entre 8 e 18 de abril de 2013 para avaliar a situação do *Bursaphelenchus xylophilus* (CE/DG SANCO, 2013), os resultados da prospeção de 2012 para Portugal Continental, onde foram prospectadas 5.776 parcelas em toda a zona demarcada e recolhidas 4.222 amostras, revelam que 254 amostras apresentaram resultados positivos: 191 nos locais de intervenção e 63 no resto da zona afectada. Apresentaram resultados positivos amostras recolhidas em 35 novas freguesias, elevando para 372 o número de freguesias em locais de intervenção.

Desde que o NMP foi identificado em Portugal tem-se constatado um aumento das populações de escolitídeos os quais têm sido responsáveis por uma parte considerável da mortalidade ocorrida. Salienta-se também que não existe uma sintomatologia específica do NMP, já que outros fatores, como ataques de insetos ou a seca, provocam sintomas iguais levando à morte das árvores. A reduzida percentagem de amostras com presença de NMP vem confirmar a existência de uma grande variedade de agentes de declínio, o que evidencia a importância de uma gestão ativa e de boas práticas fitossanitárias.

Tabela 16 – N.º de árvores com sintomas de declínio erradicados no âmbito dos Programas de Controlo

Ano	Árvores Erradicadas
1999/2000	53.487
2000/2001	63.212
2001/2002	50.542
2002/2003	61.458
2003/2004	85.086
2004/2005	107.817
2005/2006	288.985
2006/2007	218.895
2007/2008*	273.795
2009/2010	438.522
2010/2011	n.d
2011/2012	898.511
Total	2.540.310

Fonte: ICNF (2012)

*A partir de 2008 os dados já incluem a Zona Centro.

Relativamente às ações de eliminação de árvores com declínio, foram identificadas e eliminadas, na campanha 2011/2012, perto de 900 mil árvores com declínio, cerca de 55% das quais na Zona Tampão.

A monitorização da presença do inseto vetor do NMP e de outros agentes bióticos de declínio tem vindo a ser efetuada por via da instalação de armadilhas no território continental e identificação dos insetos capturados.

De acordo com o Relatório final da auditoria realizada em Portugal entre 8 e 18 de abril de 2013 para avaliar a situação do *Bursaphelenchus xylophilus* (CE/DG SANCO, 2013), em

2012, foram colhidas 4.666 amostras e capturados 262.310 insetos, dos quais 577 eram *Monochamus galloprovincialis*, que foram enviados para laboratório para serem analisados; 61 – todos capturados na zona afectada – estavam infestados com o nemátodo da madeira do pinheiro.

Gorgulho do Eucalipto

O aumento da severidade das ocorrências de gorgulho do eucalipto (*Gonipterus platensis*) tem sido um problema que tem preocupado a fileira do eucalipto. A desfolha causada por esta praga tem um efeito muito significativo na produtividade dos povoamentos desta espécie, podendo provocar perdas de produção com grande significado económico, estimando-se cerca de 40% a 90% de perdas de volume de madeira utilizável, para desfolhas médias a severas, respetivamente (Reis, A., et al).

Têm vindo a ser realizadas ações específicas de monitorização do gorgulho do eucalipto, essencialmente conduzidas pelas empresas associadas da CELPA, tendo-se constatado que os ataques mais intensos sucederam essencialmente, em zonas de montanha (acima dos 500m), nas regiões Norte e Centro, pese embora se tenham igualmente verificado em zonas mais baixas onde o controlo biológico da praga não tem sido efectivo, para onde têm vindo a ser direccionadas e reforçadas as ações de controlo.

Está em execução a segunda fase de um plano de controlo (Plano de Controlo para o inseto *Gonipterus platensis*, 2.ª fase 2014–2015), integrado nos objetivos e linhas de atuação previstas no POSF que tem como principal objetivo o estabelecimento das bases estratégicas de atuação para controlar as populações de *Gonipterus platensis* no território continental, instituindo um conjunto de ações de monitorização, sensibilização e de aplicação de meios de luta assentes em eixos estratégicos de intervenção, a serem concretizadas por várias entidades.

Sugador das pinhas

O sugador das pinhas (*Leptoglossus occidentalis*), cuja primeira captura e identificação em Portugal ocorreu em outubro de 2010), dadas as suas características, pode ter impacto na reprodução das coníferas (regeneração natural, sementes para florestação e sementes para fruto – pinhão), sendo potencialmente gravosa para a produção de pinhão de pinheiro manso.

A prospeção deste inseto possibilitou, tendo por base a informação recolhida nas prospeções de campo e nos insetos capturados na rede de armadilhas instalada pelo ICNF para monitorização do inseto vetor do NMP, a identificação de uma distribuição de Norte a Sul do país, com alguma predominância na região Centro (ICNF, 2013).

Vespa-das-galhas-do-castanheiro

Salienta-se ainda a recente (junho de 2014) deteção em Portugal do inseto vespa-das-galhas-do-castanheiro (*Dryocosmus kuriphilus* Yasumatsu), que consta da Lista A2 da Organização Europeia e Mediterrânica para a Proteção das Culturas como organismo de quarentena (OEPP/EPPO, 2012), e que ataca os vegetais do género *Castanea*. Este inseto é considerado uma das pragas mais prejudiciais para os castanheiros em todo o mundo, uma vez que, ao atacar os gomos foliares e formar galhas, vai reduzir o crescimento dos ramos e a frutificação, podendo diminuir drasticamente a produção e a qualidade da castanha e conduzir mesmo ao declínio dos castanheiros (ICNF, 2014).

2.1.4 Gestão do Território

Ao longo dos últimos 36 anos os produtores e proprietários florestais têm-se agrupado em Organizações de Produtores Florestais (OPF), visando, em particular, assegurar assistência técnica aos produtores florestais, promover uma gestão florestal sustentável, o desenvolvimento de ações de formação específicas e o fomento e promoção do investimento florestal.

A tipologia das OPF encontra-se definida na Portaria n.º 118-A/2009, de 29 de janeiro, que aprova o Regulamento de Enquadramento e Apoio às Organizações de Produtores Florestais, e que tem como objeto definir o enquadramento e as formas de apoios às OPF para efeitos de representação e de financiamento de atividades que sejam objeto de protocolos de gestão com o ICNF. Este regulamento define quatro tipos de OPF (nacional, regional, municipal e complementar), encontrando-se atualmente reconhecidas e registadas 177 OPF junto do ICNF. Na análise da sua evolução salienta-se em particular o período entre 1998 e 2005, onde foram constituídas 96 OPF, cerca de 54% do total.

Tabela 17 – Evolução do número de Organizações de Produtores Florestais

Ano	Número
1977	16
1998	67
2002	130
2004	141
2005	163
2010	168
2013	177

Fonte: ICNF (2014)

A distribuição das OPF por Região identifica as regiões Norte e Centro como as que possuem maior concentração de OPF, cerca 30,5% e 53,1% do total, respetivamente. Quanto ao tipo, as OPF registadas são maioritariamente da tipologia “Municipal”.

Tabela 18 – Distribuição das OPF por Região e Tipo

Tipo de OPF	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	Total
Nacional	1	1	2	0	0	4
Regional	2	2	1	0	1	6
Municipal	41	76	8	9	7	141
Complementar	10	15	0	0	1	26
Total	54	94	11	9	9	177

Fonte: ICNF (2014)

Desde 2005, com a publicação do Decreto – Lei n.º 127/2005, de 5 de agosto, que estabelece o regime de criação de zonas de intervenção florestal (ZIF¹), bem como os princípios reguladores do seu funcionamento e extinção, que o processo de constituição das ZIF sofreu uma enorme evolução.

Atualmente, a área coberta pelas 162 ZIF já constituídas atinge os 847.712 hectares, existindo ainda mais 4 ZIF (8.520 hectares) em processo de constituição.

Tabela 19 – Número, área (ha) e fase de constituição das zonas de intervenção florestal

ZIF	Número	Área (ha)
Constituídas	162	847.712
Em constituição	4	8.520
Total	166	856.232

Fonte: ICNF (2013)

Relativamente ao tipo de entidades promotoras e gestoras de ZIF constata-se que são as OPF as entidades predominantes, com 85% e 88%, respetivamente.

Tabela 20 – Entidades promotoras e gestoras de zonas de intervenção florestal

Tipo de Entidade	Entidades Promotoras	Entidades Gestoras
Organizações de Produtores Florestais	84	52
Empresas	12	7
Autarquias	3	0
Total	99	59

Fonte: ICNF (2013)

A evolução da criação do número de ZIF mostra uma evolução contínua até 2009, ano em que foram criadas mais ZIF. Também a nível regional esta foi a tendência predominante, com exceção do Algarve que apresentou o maior número de ZIF criadas em 2008. Os anos de 2012 e de 2013 (até março) evidenciam de forma clara um abrandamento nos processos de constituição das ZIF.

¹ A área territorial contínua e delimitada constituída maioritariamente por espaços florestais, submetida a um plano de gestão florestal e a um plano específico de intervenção florestal e administrada por uma única entidade, que se denomina Entidade Gestora da ZIF.

Tabela 21 – Número de zonas de intervenção florestal por região e ano de criação

NUT II	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Norte	0	1	4	15	7	10	2	0
Centro	1	7	21	25	11	10	0	1
LVT	0	1	5	10	3	6	1	0
Alentejo	0	0	0	2	0	1	1	0
Algarve	0	2	6	4	4	1	0	0
Total	1	11	36	56	25	28	4	1

Fonte: ICNF (2013)

Quanto à distribuição atual das ZIF constata-se que:

- A NUT II do Centro é a região onde existem mais ZIF (75), cerca de 46% do número total;
- A NUT II de Lisboa e Vale do Tejo (LVT) é a que possui maior área de ZIF relativamente à área total da respectiva NUT (26%);
- As NUT II do Norte e do Alentejo são as regiões que apresentam menor proporção de área ZIF (6,8% e 1,0%, respetivamente).

Tabela 22 – Distribuição das zonas de intervenção florestal

NUT II	Número de ZIF	Área ZIF (ha)	Área ZIF/Área NUT II (%)
Norte	38	145.544	6,8%
Centro	75	299.071	12,6%
LVT	28	306.872	26,0%
Alentejo	4	27.294	1,0%
Algarve	17	68.931	13,8%
Total	162	847.712	9,5%

Fonte: ICNF (2013)

A representatividade regional da área das ZIF permite concluir que a NUT II do Centro e a NUT II de LVT são predominantes, representando em conjunto 71,5% da área total das ZIF. O Alentejo é a região que possui menor área em ZIF (3,2 % do total).

Tabela 23 – Representatividade regional das zonas de intervenção florestal

NUT II	Área ZIF (ha)	Área ZIF na NUT II /Área Total ZIF (%)
Norte	145.544	17,2%
Centro	299.071	35,3%
LVT	306.872	36,2%
Alentejo	27.294	3,2%
Algarve	68.931	8,1%
Total	847.712	100,0%

Fonte: ICNF (2013)

A análise ao investimento florestal realizado através de Entidades Gestoras de ZIF no âmbito do PRODER revela, apesar das dificuldades iniciais, uma dinâmica de investimento considerável, com um volume de investimento contratado de cerca de 73 milhões de euros (16% do investimento total das medidas florestais do PRODER). É também notório um predomínio de investimento em ações de natureza integrada/coletiva (com maior taxa de participação), destacando-se o desempenho nas seguintes subações:

- Subação 2.3.1.1 – Defesa da Floresta Contra Incêndios, com cerca de 27 milhões de euros (48,5% do investimento total deste subação);
- Subação 2.3.2.1 – Recuperação do Potencial Produtivo, com cerca de 6,7 milhões de euros (21,3% do investimento total deste subação);
- Subação 2.3.3.3 – Proteção contra Agentes Bióticos Nocivos, com um investimento de 25 milhões de euros (16,7% do investimento total deste subação).

Tabela 24 – Investimento no âmbito do PRODER (€) realizado através de entidades gestoras das zonas de intervenção florestal

PRODER (a 31/12/2013)	Investimento proposto total (€)	Investimento proposto EG ZIF (€)	Investimento EG ZIF em % Total da Sub-ação
Acção 1.3.1 – Melhoria Produtiva dos Povoamentos	169.083.000 €	12.181.000 €	7,2%
Subação – 2.3.1.1 Defesa da Floresta Contra Incêndios	55.533.000 €	26.916.000 €	48,5%
Subação – 2.3.1.2 Minimização de Riscos Bióticos Após Incêndios	346.000 €	0 €	0,0%
Subação – 2.3.2.1 Recuperação do Potencial Produtivo	31.832.000 €	6.783.000 €	21,3%
Subação – 2.3.2.2 Instalação de Sistemas Florestais e Agroflorestais	21.325.000 €	402.000 €	1,9%
Subação – 2.3.3.1 Promoção do Valor Ambiental dos Espaços Florestais	28.548.000 €	1.903.000 €	6,7%
Subação – 2.3.3.2 Reconversão de Povoamentos com Fins Ambientais	3.405.000 €	23.000 €	0,7%
Subação – 2.3.3.3 Proteção contra Agentes Bióticos Nocivos	149.842.000 €	25.029.000 €	16,7%
Total	459.914.000 €	73.237.000 €	16%

Fonte: PRODER (2013)

Salienta-se ainda a criação da Bolsa Nacional de Terras (Lei nº 62/2012, de 10 de dezembro), que tem como objetivo facilitar o acesso à terra através da sua disponibilização, designadamente quando as mesmas não sejam utilizadas, bem como uma melhor identificação e promoção da sua oferta. A bolsa de terras disponibiliza para arrendamento, venda ou para outros tipos de cedência, as terras com aptidão agrícola, florestal e silvopastoril do domínio privado do Estado, das autarquias locais e de quaisquer outras entidades públicas,

ou pertencentes a entidades privadas. A Bolsa de Terras, em 31 de maio de 2014, disponibilizava e publicitava uma oferta total de terras que totalizava 13.582 ha, das quais cerca de 79% possuíam natureza florestal.

2.1.5 Gestão florestal

O Plano de Gestão Florestal (PGF) é um instrumento de planeamento previsto no enquadramento legal proporcionado pela Lei de Bases da Política Florestal (Lei n.º 33/96 de 17 de agosto) e, posteriormente, no Decreto-Lei n.º 16/2009 de 14 de janeiro, que aprova o regime jurídico dos planos de ordenamento, de gestão e de intervenção de âmbito florestal (que revoga o Decreto-Lei n.º 205/99 de 9 de junho, que regulava o processo de elaboração, aprovação, execução e alteração dos PGF a aplicar nos espaços florestais).

A dinâmica dos processos de elaboração dos PGF e dos PEIF² (Planos Específicos de Intervenção Florestal) de uma forma mais generalizada aos espaços florestais privados e públicos é ainda recente, tendo-se iniciado com a aprovação dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF), no período 2006–2007, e reforçado com a condição de PGF aprovado como critério de elegibilidade no acesso aos programas de apoio ao investimento florestal no âmbito do PRODER, a par do desenvolvimento dos processos de certificação florestal.

Em abril de 2013 (data da última informação disponível), existiam 2.266 PGF aprovados (1.522.195 hectares), representando 44% da área florestal em Portugal Continental.

Tabela 25 – Número e área (ha) dos Planos de Gestão Florestal

Planos de Gestão Florestal	Número	Área (ha)
Aprovados	2.266	1.522.195
Elaboração/Análise	n.d.	n.d.
Total	2.266	1.522.195

Fonte: ICNF (2013)

A evolução do número de PGF aprovados em cerca de três anos é elucidativa quanto ao elevado crescimento registado (número de PGF aprovados multiplicou-se por cinco).

Tabela 26 – Evolução do Número de Planos de Gestão Florestal

	outubro 2010	julho 2011	abril 2013
Aprovados	433	1.232	2.266
Elaboração/Análise	426	568	n.d.
Total	859	1800	2.266

Fonte: ICNF (2010); ICNF (2011); ICNF (2013)

² PEIF são instrumentos de resposta a constrangimentos específicos da gestão florestal. Correspondem a um nível de planeamento operacional, podendo incidir sobre territórios com significativo risco de incêndio florestal, no controlo de pragas e doenças florestais, no controlo ou erradicação de espécies invasoras, na recuperação de áreas percorridas por incêndios, entre outras.

Da mesma forma, a área abrangida pelos PGF aprovados teve também um aumento notável, 1,135 milhões de hectares, cerca de 294% face a outubro de 2010.

Tabela 27 – Evolução da Área (ha) dos Planos de Gestão Florestal

Planos de Gestão Florestal	outubro 2010	julho 2011	abril 2013
Aprovados	386.300	788.460	1.522.195
Elaboração/Análise	322.163	375.618	n.d.
Total	708.463	1.164.078	1.522.195

Fonte: ICNF (2010); ICNF (2011); ICNF (2013)

O processo evolutivo das ZIF fez com que também para as suas entidades gestoras fosse necessário desenvolver os instrumentos de planeamento exigidos, designadamente o PGF e o PEIF. Em abril de 2013 existiam 84 PGF e 93 PEIF aprovados em ZIF, que correspondiam a 490.039 hectares e 496.928 hectares respetivamente.

Tabela 28 – Número e Área (ha) dos Planos de Gestão Florestal e dos Planos Específicos de Intervenção Florestal em ZIF

Tipo de Planos	Número	Área (hectares)
PGF	84	490.039
PEIF	93	496.928

Fonte: ICNF (2013)

2.1.6 Certificação da gestão

As iniciativas de certificação florestal existentes em Portugal, designadamente o FSC – Forest Stewardship Council e o PEFC – Programme for the Endorsement of Forest Certification, apresentam resultados ainda distantes dos registados noutros países, e das necessidades de resposta às exigências dos mercados internacionais onde o setor florestal português, de cariz exportador, opera.

Ainda assim, o período 2005–2014 regista, dadas as características do setor florestal português, uma evolução importante com a certificação da gestão florestal (GF) de vários grupos e de iniciativas de âmbito regional, assim como aumentos significativos no número de certificados da cadeia de custódia.

Certificação da Gestão Florestal

À data da consulta estavam emitidos 29 certificados de GF, dos quais 69% eram relativos ao sistema FSC (dados referentes a consulta online em www.fsc.org e www.pefc.org a 10/06/2014).

Tabela 29 – Área (ha) e número de aderentes segundo o sistema de certificação florestal, por âmbito

Sistema de Certificação	Âmbito				Área (ha)	Aderentes (n.º)
	Individual	Grupo	Regional	Total		
PEFC	2	5	2	9	247.683	365
FSC	7	13	n.a.	20	344.784	502
Total	9	18	2	29	592.466	867

Fonte: PEFC (2014) e FSC (2014)

Considerando os dois sistemas verifica-se que existe um total de área certificada de 592.466 ha. No entanto, conhece-se a existência de uma elevada percentagem de áreas com dupla certificação, estimando-se que só cerca de 104.453 ha possuem uma única certificação.

O sistema FSC é o que possui mais área certificada (344.784 ha) e proprietários florestais envolvidos (502). Não obstante a existência de duas certificações PEFC de âmbito regional, o âmbito de certificação mais utilizado nos dois sistemas é o grupo.

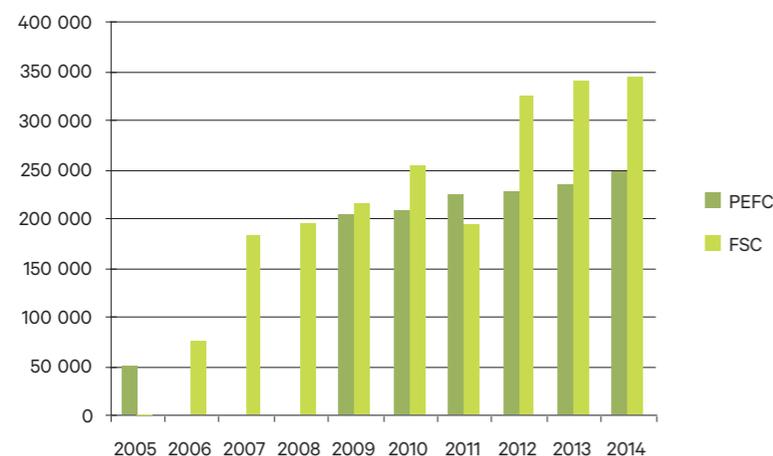
A análise da evolução do número de certificados de GF por ano indica um elevado crescimento entre 2008 e 2011, período em que um maior número de certificados foi emitido.

Tabela 30 – Número de certificados GF emitidos, segundo o sistema de certificação florestal, por ano

Sistema de Certificação	N.º de Certificados GF emitidos									
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
PEFC	1	0	0	0	3	6	8	8	8	9
FSC	0	3	4	9	11	16	16	17	20	20
Total	1	3	4	9	14	22	24	25	28	29

Fonte: PEFC (2014) e FSC (2014)

A evolução da área florestal certificada no período 2005 a 2014, mostra uma taxa de crescimento mais elevada do sistema FSC, não obstante a quebra registada em 2011 decorrente da suspensão de um certificado. Efetivamente, e comparando os dois sistemas no mesmo período (2009–2014), constata-se que o PEFC aumentou cerca de 42.000 hectares (+21%), e que o FSC aumentou cerca de 129.000 hectares (+60%).

Figura 8 – Área certificada (ha), segundo o sistema de certificação florestal, por ano


Fonte: PEFC (2014) e FSC (2014)

Certificação da Cadeia de Custódia

Muito provavelmente pelo facto da certificação florestal ser cada vez mais uma condição de acesso aos mercados, questão determinante em empresas de um setor predominantemente exportador, a certificação da cadeia de custódia apresenta crescimentos muito significativos, em particular a partir de 2009 (crescimento global de 48 certificados em 2009 para 219 certificados, com dados referentes a consulta online em www.fsc.org e www.pefc.org a 10/06/2014).

Pela análise por sistema de certificação (Tabela 31) constata-se a manutenção de uma escolha predominante pelo FSC, o qual, com 147 certificados, representa cerca de 67% do total de certificados emitidos.

Tabela 31 – Número de certificados cadeia de custódia emitidos, segundo o sistema de certificação florestal, por ano

Sistema de Certificação	N.º de Certificados CR emitidos									
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
PEFC	2	2	4	6	13	23	30	56	65	72
FSC	0	15	16	21	35	58	75	103	128	147
Total	2	17	20	27	48	81	105	159	193	219

Fonte: PEFC (2014) e FSC (2014)

A análise por subfileira revela que é a Madeira e Mobiliário que apresenta um maior número de certificados de cadeia de custódia emitidos (111), representando cerca de 51% do total. Destaca-se também o facto de existirem já cerca de 21 certificados para empresas da área da exploração e comercialização da madeira.

Tabela 32 – Número de certificados cadeia de custódia emitidos, segundo o sistema de certificação florestal, por subfileira da fileira florestal

Sistema de Certificação	N.º de Certificados emitidos/Sub-fileira					Total
	Exploração e Comercialização de madeira	Cortiça	Madeira e Mobiliário	Pasta e Papel	Gráfica	
PEFC	10	3	37	13	9	72
FSC	11	18	74	20	24	147
Total	21	21	111	33	33	219

Fonte: PEFC (2014) e FSC (2014)

2.1.7 Floresta na Rede Nacional de Áreas Protegidas

A Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) é uma das áreas nucleares de conservação da natureza e da biodiversidade que integra o Sistema Nacional de Áreas Classificadas. A ocupação florestal possui uma importância muito relevante nas áreas protegidas, abrangendo, de acordo com os dados disponibilizados pelo IFN5, 174.722 ha, o que corresponde a 5,5% da área florestal nacional.

Relativamente à ocupação florestal, destaca-se o pinheiro bravo como a espécie florestal com maior predominância na RNAP (6,5% da área total nacional de pinheiro bravo está em área protegida).

Tabela 33 – Principais espécies florestais na RNAP

Área Florestal na RNAP (ha)	Espécies Florestais					
	Sobreiro		Pinheiro Bravo		Eucalipto	
	(ha)	(%)*	(ha)	(%)*	(ha)	(%)*
174.722	21.547	3,0%	57.758	6,5%	20.635	2,8%

* em % do total para a espécie a nível nacional
 Fonte: ICNF (2014)

2.1.8 Floresta em Rede Natura 2000

A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica para o espaço Comunitário da União Europeia resultante da aplicação das Diretivas Aves (Diretiva nº 79/409/CEE) e Habitats (Diretiva nº 92/43/CEE), que identificam um conjunto de espécies da fauna, flora e habitats naturais para os quais devem ser classificadas Zonas de Proteção Especial (ZPE) e Zonas Especiais de Conservação (ZEC), com o objetivo de assegurar a sua gestão e conservação. A superfície terrestre classificada como Rede Natura 2000 atinge já 20,9% de Portugal Continental, o que é elucidativo quanto à sua importância.

Tabela 34 – Principais Espécies Florestais na Rede Natura 2000

REDE NATURA 2000	Área Total (ha)	Área Florestal (ha)	Área Florestal (em % da área total)	Espécies Florestais					
				Sobreiro		Pinheiro Bravo		Eucalipto	
				(ha)	(%)*	(ha)	(%)*	(ha)	(%)*
ZPE	714.768	247.982	34,7%	32.859	4,6%	42.040	4,8%	29.552	4,0%
ZEC	1.573.225	738.319	46,9%	142.405	19,9%	211.483	23,9%	107.639	14,6%

* Em percentagem do total para a espécie a nível nacional
Fonte: ICNB (2007)

Ao nível da Rede Natura 2000 a floresta possui um peso particularmente relevante, ocupando cerca de 35% da superfície das ZPE e 47% das ZEC. Estas últimas, através da sua dimensão territorial, possuem cerca de 23,3% da área florestal nacional (738.319 ha), o que é esclarecedor quanto à importância da floresta e da sua gestão para assegurar a conservação dos habitats e da biodiversidade. Ao nível das espécies florestais, e tal como sucede na RNAP, é o pinheiro bravo que ocupa a maior parte da área florestal, seguindo-se o sobreiro.

Em Portugal continental estão registados 88 tipos de habitats, ocorrendo 42 na Região Atlântica, 87 na Região Mediterrânica e 41 em ambas as regiões. Destes 88 habitats, 17 são florestas.

Os resultados do 3º Relatório Nacional de Aplicação da Diretiva Habitats (2007–2012), que pretende avaliar o contributo da Rede Natura 2000 para a concretização dos objetivos visados pela Diretiva Habitats (assegurar a biodiversidade, através da conservação, num estado favorável, dos valores protegidos por esta diretiva), revelam que os habitats naturais, nos quais se encontram os de tipo florestal, apresentam, na sua maioria, um estado de conservação desfavorável/inadequado (58%), classificação que aumentou ligeiramente face ao período de avaliação anterior (52% para 2001–2006).

Relativamente à avaliação global dos habitats de tipo florestal também se verificou a mesma tendência: só 16% dos habitats de tipo florestal apresentam um estado de conservação favorável (eram 20% no período de avaliação 2001–2006).

Embora nos habitats florestais não se verifiquem situações de avaliação global «desfavorável/má», um número significativo destes habitats naturais encontram-se em situação «desfavorável/inadequada».

Tabela 35 – Estado de conservação dos habitats florestais da Rede Natura 2000

Código	Habitat	Estado de Conservação
6310	Montados de <i>Quercus</i> spp. de folha perene	Desfavorável/inadequado
9160	Carvalhais pedunculados ou florestas mistas de carvalhos e carpas subatlânticas e médio-europeias da <i>Carpinion betuli</i>	Desfavorável/inadequado
9230	Carvalhais galaico-portugueses de <i>Quercus robur</i> e <i>Quercus pyrenaica</i>	Desfavorável/inadequado
9240	Carvalhais ibéricos de <i>Quercus faginea</i> e <i>Quercus canariensis</i>	Desfavorável/inadequado
9260	Florestas de <i>Castanea sativa</i>	n.d.
9320	Florestas de <i>Olea</i> e <i>Ceratonia</i>	Desfavorável/inadequado
9330	Florestas de <i>Quercus suber</i>	Desfavorável/inadequado
9340	Florestas de <i>Quercus ilex</i> e <i>Quercus rotundifolia</i>	Desfavorável/inadequado
9380	Florestas de <i>Ilex aquifolium</i>	Desfavorável/inadequado na Região MED Favorável na Região ATL
9560	Florestas endémicas de <i>Juniperus</i> spp. *	Desfavorável/inadequado
9580	Florestas mediterrânicas de <i>Taxus baccata</i> *	Desfavorável/inadequado
91B0	Freixiais termófilos de <i>Fraxinus angustifolia</i>	Desfavorável/inadequado
91E0	Florestas aluviais de <i>Alnus glutinosa</i> e <i>Fraxinus excelsior</i> (<i>Alno-Padion</i> , <i>Alnion incanae</i> , <i>Salicion albae</i>) *	Favorável
91F0	Florestas mistas de <i>Quercus robur</i> , <i>Ulmus laevis</i> , <i>Ulmus minor</i> , <i>Fraxinus excelsior</i> ou <i>Fraxinus angustifolia</i> das margens de grandes rios (<i>Ulmion minoris</i>)	Desfavorável/inadequado
92A0	Florestas-galerias de <i>Salix alba</i> e <i>Populus alba</i>	Desfavorável/inadequado
92B0	Florestas-galerias junto aos cursos de água intermitentes mediterrânicos com <i>Rhododendron ponticum</i> , <i>Salix</i> e outras espécies	Favorável
92D0	Galerias e matos ribeirinhos meridionais (<i>Nerio-Tamaricetea</i> e <i>Securinegion tinctoriae</i>)	Desfavorável/inadequado

Fonte: ICNF (2013)

Apenas registam uma avaliação global favorável os seguintes tipos de habitats naturais:

- Florestas aluviais de *Alnus glutinosa* e *Fraxinus Excelsior* (*Alno-Padion*, *Alnion incanae*, *Salicion albae*) (91E0);
- Florestas-galerias junto aos cursos de água intermitentes mediterrânicos com *Rhododendron ponticum*, *Salix* e outras espécies (92B0).

2.2 Desempenho económico

2.2.1 Indicadores macroeconómicos da silvicultura

Mantendo a tendência ocorrida nos anos 2010 e 2011, em 2012 o Valor Acrescentado Bruto (VAB) da silvicultura registou um aumento de 3,9% em volume e 2,4% em termos nominais, relativamente ao ano anterior. Após um período de decréscimo entre 2002 e 2009 (variação média anual de -3,2% em volume e -4,5% em valor), o VAB da silvicultura aumentou, desde 2009, em termos médios anuais, 4,7% em volume e 5,7% em valor (INE, 2014).

Relativamente à Produção da Silvicultura, esta apresentou um aumento de 4,3% em volume e de 3,6% em valor relativamente a 2011, refletindo o aumento registado na produção de madeira.

Tabela 36 – Valor Acrescentado Bruto e Produção da Silvicultura (a preços correntes) (milhões de euros)

Indicadores	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012P
VAB	771,72	727,68	719,61	678,85	692,61	685,03	677,91	632,23	684,50	729,13	746,82
Produção da Silvicultura	958,81	910,17	911,45	895,29	917,73	958,28	948,82	879,61	947,57	978,99	1 014,17

Fonte: INE/Contas Económicas da Silvicultura (2014)

Nota: P – Dados provisórios

Analisando a evolução da estrutura da Produção da Silvicultura verifica-se uma diminuição da importância relativa da cortiça nos últimos anos, determinando, em contrapartida, um aumento do peso relativo da madeira. Esta evolução é sobretudo justificada pelo grande incremento da madeira para trituração (matéria-prima da indústria de pasta de papel) (INE, 2014). Uma decomposição da Produção de Bens Silvícolas (Tabela 37) pelas três principais subfileiras permite observar tendências distintas:

- A produção de cortiça com uma clara tendência de decréscimo (quebra de 7,9% em valor face a 2011 e, relativamente ao ano 2002, uma quebra de 41,4%, menos cerca de 131 milhões de euros). Com efeito, o volume de produção diminuiu continuamente até 2005, ano a partir do qual se verificou uma recuperação, interrompida em 2012 (-2,0%). A série de preços correntes registou

um decréscimo mais prolongado (até 2009), retomando o crescimento em 2010 e 2011. Em 2012 a produção decresceu novamente devido à conjugação da diminuição em volume e do decréscimo de 6,0% nos preços (INE, 2014);

- A produção de pinheiro bravo (madeira de resinosas para fins industriais) apresenta um decréscimo de 3,6% em valor face a 2011 e, relativamente ao ano 2002, uma quebra de 4,5%. Em 2012, o valor da produção da madeira para serrar foi inferior ao do ano anterior (-2,3%), em consequência da descida do preço (-2,6%), uma vez que o volume registou um aumento (+0,4%), pelo terceiro ano consecutivo (INE, 2014);
- A produção de eucalipto (madeira de folhosas para trituração) manteve a tendência de crescimento (só interrompida em 2009), apresentando um aumento de 9,2% face ao ano anterior, e um aumento de 63,4%. Este elevado crescimento na produção de madeira de folhosas para uso industrial faz com que este seja o principal bem silvícola (representa 36,8%), 6% acima da cortiça e cerca de 17% superior à produção de madeira de resinosas para fins industriais.

Tabela 37 – Produção de Bens Silvícolas (a preços correntes) (milhões de euros)

Produção de Bens Silvícolas	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012P
Madeira de Resinosas para Fins Industriais	124,81	125,47	163,73	141,66	144,70	138,72	120,04	111,55	119,03	123,69	119,19
Madeira de Resinosas para Serrar	104,53	100,40	117,34	114,67	121,77	115,84	98,38	91,77	96,88	101,73	99,08
Madeira de Resinosas para Triturar	13,49	18,45	38,61	19,63	15,30	16,00	15,13	14,18	16,56	16,49	14,88
Outra Madeira de Resinosas	6,80	6,62	7,79	7,36	7,64	6,88	6,53	5,61	5,59	5,46	5,23
Madeira de Folhosas para Fins Industriais	138,45	155,46	179,24	166,11	159,42	173,49	193,93	169,93	195,67	203,43	221,87
Madeira de Folhosas para Serrar	4,05	9,30	5,26	5,12	3,37	3,48	3,46	3,36	3,70	3,81	4,03
Madeira de Folhosas para Triturar	132,56	144,40	172,27	159,38	154,73	168,85	189,26	165,31	190,69	198,39	216,60
Outra Madeira de Folhosas	1,84	1,76	1,72	1,61	1,31	1,16	1,21	1,26	1,29	1,23	1,23
Cortiça	319,92	297,51	255,87	200,49	223,14	209,95	195,51	171,79	182,24	204,61	188,48

Fonte: INE/Contas Económicas da Silvicultura (2014)

Nota: P – Dados provisórios

Em 2012 e contrariamente ao ano anterior, o Consumo intermédio (CI) de bens e serviços na silvicultura registou um acréscimo em valor (7,0%), decorrente de aumentos no consumo de Serviços Silvícolas, Energia e Lubrificantes e Plantas. Com efeito, em 2012 o aumento do valor do Consumo intermédio (7,0%) foi superior ao da Produção (3,6%), tendo contrariado a tendência de decréscimo do peso relativo do CI na produção verificada nos últimos três anos, atingindo 26,4% da produção (INE, 2014).

Tabela 38 – Consumos Intermédios, Produção Silvícola (a preços correntes) (milhões de euros) e Taxa de Incorporação de Inputs por Unidade de Produção (%)

Taxa de Incorporação de Inputs/Unidade de Produção	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012P
Consumos Intermédios (M€)	187,09	182,49	191,84	216,44	225,12	273,25	270,91	247,38	263,07	249,86	267,35
Produção Silvícola (M€)	958,81	910,17	911,45	895,29	917,73	958,28	948,82	879,61	947,57	978,99	1 014,17
Consumos Intermédios/Produção	19,5%	20,1%	21,0%	24,2%	24,5%	28,5%	28,6%	28,1%	27,8%	25,5%	26,4%

Fonte: INE/Contas Económicas da Silvicultura (2014)

Nota: P – Dados provisórios

O rácio CI/Produção revela que, entre 2002 e 2012 (Figura 9) verificou-se um aumento do peso relativo do CI na Produção de cerca de 6,8%, o que traduz uma situação adversa para a atividade florestal. Em 2012 este rácio aumentou 0,8% face a 2011.

Este aumento da taxa de incorporação de inputs por unidade de produção revela um enquadramento desfavorável para a produção florestal, com aumentos dos preços das despesas correntes (consumos intermédios, como plantas, energia, adubos, serviços silvícolas, etc.) superiores aos preços na produção.

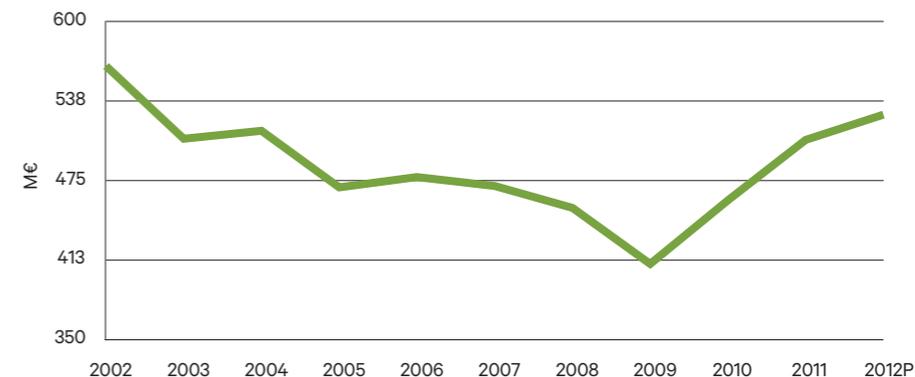
Figura 9 – Consumos Intermédios/Produção (%)



Fonte: INE (2014)

Refletindo os acréscimos do VAB e dos Outros subsídios à produção, o Rendimento empresarial líquido (REL) da atividade silvícola aumentou 3,9% face a 2011, mantendo a inversão da tendência de decréscimo contínuo ocorrida em 2009 (que já existia desde 2000).

Figura 10 – Rendimento empresarial líquido (a preços correntes) (milhões de euros)

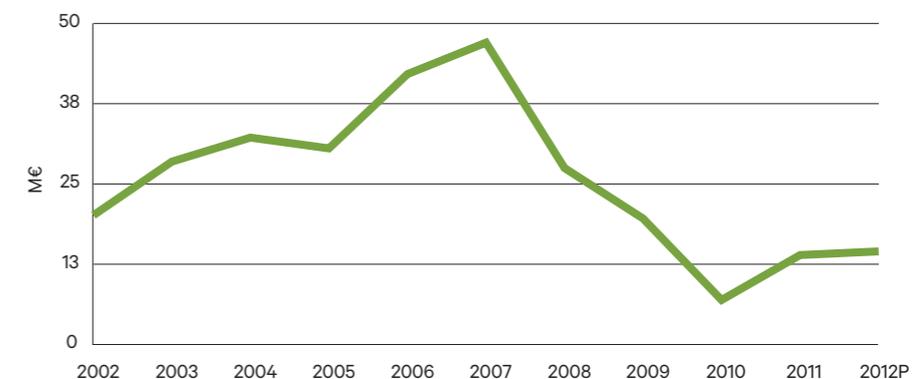


Fonte: INE (2014)

As Transferências de Capital estão relacionadas com os programas de apoio ao investimento florestal (Figura 11), e a sua evolução está diretamente associada aos momentos de transição entre os mesmos:

- Aumento crescente do valor de transferências de capital entre 2002 e 2007 relacionado com a execução e o encerramento financeiro do QCA III (2000–2006);
- Quebra acentuada de 2007 para 2009 (-58,4%) relacionada com o encerramento do QCA III e os elevados atrasos no início do PRODER (2007–2013);
- Retoma do aumento gradual do valor de transferências de capital entre 2010 e 2012, o que se justifica com o início da execução dos projetos de apoio ao investimento florestal no âmbito do PRODER (os primeiros contratos só foram assinados em maio de 2010).

Figura 11 – Transferências de Capital (a preços correntes) (milhões de euros)



Fonte: INE (2014)

2.2.2 Indicadores macroeconómicos das indústrias da fileira florestal

A evolução macroeconómica recente das indústrias da fileira florestal está muito influenciada pela deterioração da evolução da atividade económica devido à escassez e ao elevado custo do financiamento das empresas, bem como à contração da procura interna, agravada pelo impacto do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF). Na sequência de alguma recuperação (ano de 2010) após o impacto da crise económica e financeira de 2008 e 2009, nos últimos anos observou-se uma queda do valor acrescentado bruto (VAB) na generalidade dos setores da economia, e que também afetou as indústrias da fileira florestal:

- VAB das indústrias transformadoras com uma redução de 6,2% face a 2011;
- VAB das indústrias da fileira florestal com uma redução de 5,4% face a 2011;

No entanto, e ainda que com algumas oscilações, o VAB das indústrias da fileira florestal manteve um peso significativo na totalidade das indústrias transformadoras, cerca de 11%. A nível global, o VAB das indústrias da fileira florestal representa 1,2% do VAB nacional.

Tabela 39 – Valor acrescentado bruto (milhões de euros) nacional e das empresas das indústrias da fileira florestal por atividade económica (Subclasse – CAE Rev. 3)

VAB	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Nacional	130.345	133.365	138.350	146.208	149.311	148.716	151.426	149.391	144.509
Indústrias transformadoras	18.265,9	18.022,1	18.235,6	19.461,5	18.953,7	16.790,0	18.009,2	17.106,4	16.049,0
Indústrias da fileira florestal	1.984,3	2.053,8	2.109,6	2.272,6	1.943,5	1.707,6	2.045,8	1.846,8	1.746,3
Indústrias da fileira florestal / Indústrias transformadoras	10,9%	11,4%	11,6%	11,7%	10,3%	10,2%	11,4%	10,8%	10,9%
Indústrias da fileira florestal / Nacional	1,5%	1,5%	1,5%	1,6%	1,3%	1,1%	1,4%	1,2%	1,2%

Fonte: INE (2014)

A análise do VAB por subfileira revela um especial impacto negativo para as indústrias da madeira e mobiliário nos últimos anos, agravado pelos problemas atrás referidos, com o VAB a apresentar uma redução de cerca de 40% entre 2007 e 2012 (-429 milhões de euros), muito superiores aos valores registados para a subfileira da cortiça (-18%) e para a subfileira da pasta, de papel, de cartão e seus artigos (-4%). Na globalidade do período considerado (2004–2012) só a subfileira da pasta, de papel, de cartão e seus artigos apresenta crescimento do VAB.

Tabela 40 – Valor Acrescentado Bruto (Milhões de euros) das empresas das subfileiras da fileira florestal por atividade económica (Subclasse – CAE Rev. 3)

Indústrias	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Indústrias da Madeira e Mobiliário	985,9	1.002,0	990,5	1.080,0	985,1	856,7	840,5	731,1	650,7
Indústria da Cortiça	316,8	322,5	317,2	340,7	280,9	205,5	280,8	280,9	278,0
Fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos	681,6	729,4	802,0	851,8	677,6	645,4	924,5	834,9	817,6
Total	1.984,3	2.053,8	2.109,6	2.272,6	1.943,5	1.707,6	2.045,8	1.846,8	1.746,3

Fonte: INE (2014)

O VAB da subfileira da cortiça, apresentando um valor global estabilizado nos últimos três anos (cerca de 280 milhões de euros), apresenta dinâmicas distintas em função do tipo de indústria, com a indústria de preparação da cortiça a apresentar uma tendência de quebra, acentuada a partir de 2008. Em sentido inverso, o fabrico de rolhas de cortiça e de outros produtos de cortiça apresenta crescimento do VAB para a globalidade do período (2004–2012), ainda que com oscilações, assim como no ano de 2012 comparativamente a 2011.

Tabela 41 – Valor Acrescentado Bruto (milhões de euros) das empresas da subfileira da indústria da cortiça por atividade económica (Subclasse – CAE Rev. 3)

Atividade económica	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Indústria da Cortiça									
Indústria de preparação da cortiça	174,8	177,6	169,1	178,2	115,8	57,3	60,1	129,7	82,0
Fabricação de rolhas de cortiça	100,8	104,0	105,5	119,9	127,7	92,5	159,0	92,5	131,1
Fabricação de outros produtos de cortiça	41,2	40,8	42,6	42,7	37,4	55,7	61,7	58,6	64,9
Subtotal	316,8	322,5	317,2	340,7	280,9	205,5	280,8	280,9	278,0

Fonte: INE (2014)

Relativamente à subfileira da madeira e do mobiliário, identificam-se as seguintes tendências:

- Quebra acentuada do valor do VAB de 2007 para 2012, com uma redução global de 239 milhões de euros (42%) para a indústria da madeira e de 190 milhões de euros (37%) para a indústria do mobiliário;
- Na indústria da madeira, só a indústria de fabricação de embalagens de madeira apresenta uma clara tendência de aumento do VAB, um aumento de 41,6% do VAB entre 2004 e 2012 (ainda que em 2012 tenha registado um decréscimo face a 2011);
- Serração, aplainamento e impregnação da madeira, a fabricação de folheados e painéis à base de madeira e a fabricação de outras obras de carpintaria

para a construção são as tipologias de empresas da indústria da madeira que apresentam quebras de VAB muito acentuadas ao longo do período;

- Na indústria do mobiliário destaca-se a fabricação de mobiliário de madeira para outros fins, com uma quebra muito acentuada do valor do VAB entre 2004 e 2012 (146 milhões de euros), embora de valor relativo equivalente à fabricação de mobiliário de cozinha.

Tabela 42 – Valor Acrescentado Bruto (milhões de euros) das empresas da subfileira da indústria da madeira e do mobiliário por atividade económica (Subclasse – CAE Rev. 3)

Atividade económica	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Indústria da Madeira									
Serração, aplainamento e impregnação da madeira	125,7	132,5	132,3	141,0	132,8	107,7	110,2	102,1	84,4
Fabricação de folheados e painéis à base de madeira	102,1	104,3	119,3	145,7	92,8	65,2	69,5	57,6	60,3
Parqueteria	9,6	9,3	9,2	10,3	8,1	5,2	6,6	3,0	2,0
Fabricação de outras obras de carpintaria para a construção	190,9	192,7	196,4	207,5	201,6	176,7	161,9	137,6	120,1
Fabricação de embalagens de madeira	16,2	17,6	17,9	22,2	23,2	22,4	22,8	24,3	22,9
Fabricação de outras obras de madeira	38,4	36,4	37,5	39,9	44,2	41,6	38,5	32,2	37,7
Subtotal	482,9	492,9	512,7	566,7	502,8	418,9	409,5	356,7	327,4
Indústria do Mobiliário									
Fabricação de mobiliário para escritório e comércio	61,6	66,0	68,7	76,5	81,8	72,3	70,8	67,4	55,8
Fabricação de mobiliário de cozinha	63,5	63,2	64,8	65,6	64,1	58,8	54,3	43,4	36,4
Fabricação de mobiliário de madeira para outros fins	371,4	373,2	337,2	363,7	328,4	298,9	297,8	256,6	225,2
Atividades de acabamento de mobiliário	6,4	6,7	7,0	7,6	8,1	7,7	8,1	7,0	5,9
Subtotal	503,0	509,1	477,7	513,4	482,3	437,8	431,0	374,4	323,4

Fonte: INE (2014)

O VAB da indústria da pasta, papel e cartão, como já foi referido anteriormente, é o único das subfileiras da indústria florestal que apresenta crescimento do VAB, um aumento de 136 milhões de euros (+20%) entre 2004 e 2012. Como principais responsáveis por este crescimento do VAB destacam-se a fabricação de pasta (+ 90,9 milhões de euros) e a fabricação de papel e de cartão (36,8 milhões de euros).

Saliente-se que só a fabricação de artigos de papel para papelaria apresenta uma redução do valor do VAB entre 2004 e 2012.

Tabela 43 – Valor Acrescentado Bruto (milhões de euros) das empresas da subfileira da indústria da pasta, papel e cartão por atividade económica (Subclasse – CAE Rev. 3)

Atividade económica	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Indústria da Pasta, Papel e Cartão									
Fabricação de pasta	188,7	246,1	298,2	283,1	171,6	107,0	297,8	243,4	279,6
Fabricação de papel e de cartão (exceto canelado)	283,3	288,4	309,8	362,4	300,5	257,2	394,1	381,9	320,0
Fabricação de papel e de cartão canelados e de embalagens de papel e cartão	158,7	148,4	149,4	163,4	162,3	175,8	168,0	157,2	160,4
Fabricação de artigos de papel para uso doméstico e sanitário	14,9	11,9	13,0	11,3	12,5	78,2	36,6	29,7	35,9
Fabricação de artigos de papel para papelaria	19,7	18,6	16,5	15,1	15,0	11,3	12,7	8,8	8,1
Fabricação de outros artigos de pasta de papel, de papel e de cartão	16,5	16,1	15,1	16,5	15,8	16,0	15,2	13,9	13,5
Subtotal	681,6	729,4	802,0	851,8	677,6	645,4	924,5	834,9	817,6

Fonte: INE (2014)

Relativamente ao volume de negócios das indústrias da fileira florestal evidencia-se um paralelismo com o volume de negócios das indústrias transformadoras: uma tendência de crescimento interrompida em 2008/2009 (impacto da crise económica e financeira) e em 2012 (impacto do PAEF). Em 2012, as indústrias da fileira florestal representaram 9,4% (7.392 milhões de euros) do total do volume de negócios das indústrias transformadoras. Em 2012, o volume de negócios das indústrias da fileira florestal registou uma quebra de 2,4% (- 179 milhões de euros). Na globalidade do período em análise (2004–2012) o referido volume de negócios aumentou 2,9% (+ 210 milhões de euros).

Tabela 44 – Volume de negócios (milhões de euros) das empresas das indústrias da fileira florestal por atividade económica (Subclasse – CAE Rev. 3)

Volume de Negócios	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Indústrias transformadoras	70.196,4	71.472,4	75.989,5	82.053,5	83.248,9	70.622,0	76.551,2	80.979,2	79.018,0
Indústrias da fileira florestal	7.182,1	7.239,9	7.512,8	8.127,1	7.601,2	6.570,6	7.479,7	7.571,8	7.392,6
Indústrias da fileira florestal / Indústrias transformadoras	10,2%	10,1%	9,9%	9,9%	9,1%	9,3%	9,8%	9,4%	9,4%

Fonte: INE (2014)

Esta evolução globalmente positiva do volume de negócios apresenta resultados diferenciados quando a análise incide por subfileira. Efetivamente, foi a subfileira da pasta, de papel, de cartão e seus artigos que contribuiu de forma determinante para o desempenho positivo atrás referido, ao aumentar o seu volume de negócios em cerca de 1.308 milhões de euros (+ 58%). A subfileira da cortiça e a da madeira e mobiliário apresentam quebras de cerca de 278 milhões de euros (-17%) e de 819 milhões de euros (-25%), respetivamente. Em 2012, só a indústria da cortiça aumentou o seu volume de negócios, em cerca de 6,2%.

Tabela 45 – Volume de negócios (milhões de euros) das empresas das subfileiras da fileira florestal por atividade económica (Subclasse – CAE Rev. 3)

Indústrias	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Indústrias da Madeira e Mobiliário	3.316,7	3.374,6	3.367,1	3.716,4	3.451,1	2.818,7	2.907,5	2.695,7	2.497,6
Indústria da Cortiça	1.598,8	1.590,2	1.664,9	1.757,6	1.554,4	1.106,3	1.205,7	1.243,7	1.320,4
Fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos	2.266,6	2.275,1	2.480,9	2.653,1	2.595,7	2.645,6	3.366,5	3.632,4	3.574,6
Total	7.182,1	7.239,9	7.512,8	8.127,1	7.601,2	6.570,6	7.479,7	7.571,8	7.392,6

Fonte: INE (2014)

O volume de negócios da subfileira da cortiça apresenta uma tendência global de crescimento desde 2009. A indústria de rolhas de cortiça e de outros produtos de cortiça contribuíram, ainda que com oscilações, de forma determinante para esta tendência de recuperação.

Tabela 46 – Volume de negócios (milhões de euros) das empresas da subfileira da indústria da cortiça por atividade económica (Subclasse – CAE Rev. 3)

Atividade económica	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Indústria da Cortiça									
Indústria de preparação da cortiça	972,8	967,6	949,2	1.004,3	762,8	325,4	295,1	553,7	399,7
Fabricação de rolhas de cortiça	481,2	477,9	557,7	598,3	650,5	580,4	677,5	448,3	663,9
Fabricação de outros produtos de cortiça	144,8	144,8	158,1	154,9	141,2	200,5	233,0	241,7	256,8
Subtotal	1.598,8	1.590,2	1.664,9	1.757,6	1.554,4	1.106,3	1.205,7	1.243,7	1.320,4

Fonte: INE (2014)

Quanto à subfileira da madeira e do mobiliário, é possível salientar:

- Quebra acentuada do volume de negócios de 2007 para 2012, com uma redução global de 697 milhões de euros (32%) para a indústria da madeira e de 521 milhões de euros (33%) para a indústria do mobiliário;

- A indústria da madeira, a serração, aplainamento e impregnação da madeira e a fabricação de outras obras de carpintaria para a construção apresentam quebras de volume de negócios muito significativas entre 2004 e 2012, 195 milhões de euros e 204 milhões de euros, respetivamente;
- Na indústria do mobiliário destaca-se a fabricação de mobiliário de madeira para outros fins, que apresenta uma redução do volume de negócios muito significativa, cerca de 357 milhões de euros.

Tabela 47 – Volume de negócios (milhões de euros) das empresas da subfileira da indústria da madeira e do mobiliário por atividade económica (Subclasse – CAE Rev. 3)

Atividade económica	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Indústria da Madeira									
Serração, aplainamento e impregnação da madeira	582,7	567,4	575,6	631,4	554,0	420,6	456,8	447,3	388,2
Fabricação de folheados e painéis à base de madeira	457,1	493,2	548,2	627,3	554,9	417,2	437,0	448,1	470,4
Parqueteria	34,5	31,5	31,5	34,1	30,8	17,0	15,6	11,6	7,8
Fabricação de outras obras de carpintaria para a construção	559,4	580,3	595,1	635,9	613,2	503,7	479,2	407,6	355,6
Fabricação de embalagens de madeira	65,8	70,7	69,7	82,0	84,7	70,8	78,2	82,7	77,4
Fabricação de outras obras de madeira	118,7	121,5	119,5	140,0	159,3	157,2	157,6	157,2	153,7
Subtotal	1.818,1	1.864,6	1.939,6	2.150,7	1.997,0	1.586,4	1.624,4	1.554,5	1.453,1
Indústria do Mobiliário									
Fabricação de mobiliário para escritório e comércio	176,9	187,5	202,2	223,8	236,0	193,7	194,2	193,4	158,9
Fabricação de mobiliário de cozinha	198,7	204,0	203,6	210,7	205,4	175,6	168,5	136,6	119,3
Fabricação de mobiliário de madeira para outros fins	1.107,2	1.100,7	1.002,8	1.109,8	990,8	840,0	898,1	791,5	750,3
Atividades de acabamento de mobiliário	15,8	17,8	18,9	21,4	22,0	23,0	22,2	19,6	16,0
Subtotal	1.498,6	1.510,0	1.427,5	1.565,7	1.454,1	1.232,3	1.283,1	1.141,1	1.044,5

Fonte: INE (2014)

Na análise da evolução do volume de negócios da indústria da pasta, papel e cartão, a fabricação de pasta, a fabricação de papel e de cartão (exceto canelado), a fabricação de papel e de cartão canelados e de embalagens de papel e cartão e a fabricação de artigos de papel para uso doméstico e sanitário destacam-se pelos elevados crescimentos, quer em valor nominal quer em valor relativo. Salienta-se a importância da fabricação de pasta e da fabricação de papel e de cartão (exceto canelado), que apresentaram crescimentos superiores a 500 milhões de euros cada entre 2004 e 2012.

Tabela 48 – Volume de negócios (milhões de euros) das empresas da subfileira da indústria da pasta, papel e cartão por atividade económica (Subclasse – CAE Rev. 3)

Atividade económica	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Indústria da Pasta, Papel e Cartão									
Fabricação de pasta	650,5	676,5	739,8	812,2	739,1	712,0	1.101,9	1.240,6	1.214,4
Fabricação de papel e de cartão (exceto canelado)	906,0	888,5	1.013,3	1.042,6	1.032,7	904,0	1.317,0	1.433,7	1.424,6
Fabricação de papel e de cartão canelados e de embalagens de papel e cartão	535,2	525,9	547,0	616,9	630,5	584,5	645,6	669,9	646,1
Fabricação de artigos de papel para uso doméstico e sanitário	61,5	73,0	71,9	67,5	77,3	336,4	192,3	195,8	200,8
Fabricação de artigos de papel para papelaria	61,5	59,5	55,1	55,6	56,5	51,1	48,7	34,0	33,1
Fabricação de papel de parede*	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fabricação de outros artigos de pasta de papel, de papel e de cartão	51,9	51,7	53,7	58,5	59,7	57,6	61,0	58,4	55,5
Subtotal	2.266,6	2.275,1	2.480,9	2.653,1	2.595,7	2.645,6	3.366,5	3.632,4	3.574,6

Fonte: INE (2014)

* O Sistema de Contas Integrado das Empresas (INE, 2014) apresenta os valores desta atividade como sendo zero.

Quanto à evolução da formação bruta de capital fixo (FBCF) entre 2004–2012, salientam-se as principais constatações relativamente ao desempenho das indústrias da fileira florestal:

- Investimento de 142,9 milhões de euros em 2012 (redução de cerca de 44% face a 2011), que representou cerca de 6% da FBCF para a totalidade das indústrias transformadoras. No âmbito do período em análise é também o ano com menor valor de FBCF;
- Os anos de 2008 e 2009 registaram elevados valores de FBCF.

Tabela 49 – Formação bruta de capital fixo (milhões de euros) das empresas das indústrias da fileira florestal por atividade económica (Subclasse – CAE Rev. 3)

FBCF	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Indústrias transformadoras	2.410,7	3.078,8	3.513,0	3.488,2	4.854,3	3.754,2	3.039,5	3.380,0	2.310,6
Indústrias da fileira florestal	250,1	279,0	340,0	358,8	742,3	620,0	184,1	256,7	142,9
Indústrias da fileira florestal / Indústrias transformadoras	10%	9%	10%	10%	15%	17%	6%	8%	6%

Fonte: INE (2014)

A análise por subfileira permite evidenciar o forte investimento que as indústrias da pasta e papel têm realizado, que representa cerca de 52% da FBCF das indústrias da fileira florestal entre 2004 e 2012. Em 2012, e traduzindo, como noutros indicadores, o forte impacto do PAEF, todas as subfileiras apresentam reduções nos valores de FBCF face a 2011, ainda que com intensidades diferentes (indústria da cortiça com quebra em valor relativo menos acentuada).

Tabela 50 – Formação bruta de capital fixo (milhões de euros) das empresas das subfileiras da fileira florestal por atividade económica (Subclasse – CAE Rev. 3)

Indústrias	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Indústrias da Madeira e Mobiliário	56,0	112,0	145,3	140,7	239,9	167,8	133,5	114,5	59,7
Indústria da Cortiça	38,7	40,4	54,2	55,4	42,2	22,2	23,9	44,2	35,8
Fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos	155,4	126,6	141,1	162,8	460,2	430,0	26,6	97,9	47,4
Total	250,1	279,0	340,6	358,8	742,3	620,0	184,1	256,7	142,9

Fonte: INE (2014)

Relativamente à subfileira da indústria da cortiça é de salientar que, para o ano de 2012, só as indústrias de fabricação de rolhas de cortiça aumentaram o valor de FBCF face a 2011, mantendo a tendência crescente de investimento retomada em 2010.

Tabela 51 – Formação bruta de capital fixo (milhões de euros) das empresas da subfileira da indústria da cortiça por atividade económica (Subclasse – CAE Rev. 3)

Atividade económica	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Indústria da Cortiça									
Indústria de preparação da cortiça	18,4	25,6	21,4	26,6	7,9	1,4	7,4	17,2	9,4
Fabricação de rolhas de cortiça	10,2	9,5	16,7	21,8	19,3	9,4	7,0	9,3	15,1
Fabricação de outros produtos de cortiça	10,1	5,2	16,1	7,0	15,0	11,4	9,5	17,7	11,3
Subtotal	38,7	40,4	54,2	55,4	42,2	22,2	23,9	44,2	35,8

Fonte: INE (2014)

Quanto à indústria da madeira, saliente-se que à exceção da fabricação de embalagens de madeira, todas as restantes tipologias apresentam uma redução do valor da FBCF em 2012.

A serração, aplainamento e impregnação da madeira, a fabricação de outras obras de carpintaria para a construção e a fabricação de outras obras de madeira, são as principais responsáveis pelos valores da FBCF.

A fabricação de mobiliário de madeira para outros fins é a atividade que mais investimento realiza, com investimentos que em 2012, representaram 65% do total da FBCF da indústria do mobiliário.

Tabela 52 – Formação bruta de capital fixo (Milhões de €) das empresas da subfileira da indústria da madeira e do mobiliário de madeira por atividade económica (Subclasse – CAE Rev. 3)

Atividade económica	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Indústria da Madeira									
Serração, aplainamento e impregnação da madeira	-17,8	15,7	20,7	23,0	35,0	58,5	21,5	22,5	14,9
Fabricação de folheados e painéis à base de madeira	17,4	0,6	9,8	-2,5	6,1	0,0	2,0	6,3	3,4
Parqueteria	1,0	0,2	1,5	0,9	0,6	1,0	0,4	0,1	0,0
Fabricação de outras obras de carpintaria para a construção	22,6	27,0	35,3	35,6	27,5	13,7	15,5	14,6	1,8
Fabricação de embalagens de madeira	3,3	2,8	6,2	5,8	4,5	4,7	2,5	2,0	3,7
Fabricação de outras obras de madeira	3,0	5,5	9,0	26,0	29,8	10,7	6,5	8,2	5,6
Subtotal	29,4	51,8	82,5	88,8	103,5	88,6	48,3	53,8	29,4
Indústria do Mobiliário de Madeira									
Fabricação de mobiliário para escritório e comércio	4,5	9,5	10,0	11,6	11,7	13,6	8,5	4,8	7,2
Fabricação de mobiliário de cozinha	7,6	10,2	11,7	11,7	4,1	5,2	7,9	0,8	2,3
Fabricação de mobiliário de madeira para outros fins	14,3	40,2	40,2	27,1	118,8	59,4	67,4	54,7	19,8
Atividades de acabamento de mobiliário	0,2	0,4	0,9	1,5	1,9	0,9	1,4	0,4	1,1
Subtotal	26,5	60,2	62,9	51,8	136,4	79,2	85,3	60,7	30,3

Fonte: INE (2014)

A indústria da pasta e papel, não obstante apresentar para 2012 uma clara redução de investimentos – a FBCF teve uma quebra de cerca de 52% (-50,5 milhões de euros) – é a subfileira que mais investimento tem realizado.

Salientam-se pela sua dimensão os anos de 2008 e 2009, onde a fabricação de pasta e a fabricação de papel e de cartão (exceto canelado), respetivamente, realizaram elevados investimentos.

Tabela 53 – Formação bruta de capital fixo (milhões de euros) das empresas da subfileira da indústria da pasta, papel e cartão por atividade económica (Subclasse – CAE Rev. 3)

Atividade económica	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Indústria da Pasta, Papel e Cartão									
Fabricação de pasta	75,7	59,9	30,3	82,0	299,8	-168,3	68,7	33,0	18,8
Fabricação de papel e de cartão (exceto canelado)	50,0	19,4	76,1	38,4	143,3	556,5	-90,2	30,7	0,4
Fabricação de papel e de cartão canelados e de embalagens de papel e cartão	20,6	42,0	41,8	29,3	22,8	38,4	31,7	25,5	23,2

Fabricação de artigos de papel para uso doméstico e sanitário	6,4	2,8	-6,3	6,5	-7,3	3,3	13,5	12,8	9,5
Fabricação de artigos de papel para papelaria	0,0	0,8	-4,1	2,9	0,0	-0,8	-0,2	-6,2	-6,1
Fabricação de papel de parede	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fabricação de outros artigos de pasta de papel, de papel e de cartão	2,7	1,6	3,3	3,7	1,6	0,9	3,3	2,1	1,6
Subtotal	155,4	126,6	141,1	162,8	460,2	430,0	26,6	97,9	47,4

Fonte: INE (2014)

2.2.3 Balança comercial

A balança comercial referente às indústrias da fileira florestal (Tabela 54) é extremamente vantajosa para Portugal, com um saldo positivo de 2.474 milhões de euros em 2013. Neste ano, esta fileira representou 9,1% do total das exportações nacionais de bens e 3,4% do total das importações nacionais de bens.

Tabela 54 – Balança comercial (preços correntes, milhões de euros) nacional e da fileira florestal em 2009–2013

	2009	2010	2011	2012	2013
Nacional					
Exportações	48 339	54 981	62 233	64 535	68 218
Exportações de Bens	32 021	37 394	43 073	45 437	47 653
Importações	60 148	67 498	68 741	64 683	65 373
Importações de Bens	49 815	56 580	57 278	54 272	54 733
Fileira Florestal					
Exportações	3 025	3 684	3 987	4 094	4 324
Exportações da Fileira Florestal/Exportações Totais Portuguesas (%)	6,3%	6,7%	6,4%	6,3%	6,3%
Exportações da Fileira Florestal/Exportações de Bens (%)	9,4%	9,9%	9,3%	9,0%	9,1%
Importações	1 846	2 095	2 090	1 755	1 850
Importações da Fileira Florestal/Importações Totais Portuguesas (%)	3,1%	3,1%	3,0%	2,7%	2,8%
Importações da Fileira Florestal/Importações Bens (%)	3,7%	3,7%	3,6%	3,2%	3,4%

Fonte: INE (2014)

O período em análise 2009–2013 agrega dois momentos particularmente difíceis para a economia portuguesa, a crise económica mundial, com impacto direto nos anos de 2008 e 2009, e o Programa de Assistência Económica e Financeira (2011–2014). Não obstante este enquadramento adverso, o crescimento das exportações da fileira florestal no período 2009–2013 (43%), tem sido bastante significativo, próximo do crescimento das exportações globais de bens para Portugal (48,8%), traduzindo um saldo líquido sempre positivo.

A análise específica da variação de 2013 face a 2012 revela também que o aumento do valor das exportações florestais (+5,6%) foi superior ao aumento das exportações globais de bens para Portugal (+4,9%).

Tabela 55 – Balança comercial das subfileiras florestais (preços correntes, Milhões de Euros) em 2009–2013

	2009	2010	2011	2012	2013
Subfileira da Cortiça					
Exportações	698	754	817	837	835
Exportações de Cortiça/Exportações Totais Portuguesas (%)	1,4%	1,4%	1,3%	1,3%	1,2%
Exportações de Cortiça/Exportações de Bens (%)	2,2%	2,0%	1,9%	1,8%	1,8%
Importações	83	95	136	132	136
Importações de Cortiça/Importações Totais Portuguesas (%)	0,1%	0,1%	0,2%	0,2%	0,2%
Importações de Cortiça/Importações de Bens (%)	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%
Subfileira da Madeira e do Mobiliário de Madeira					
Exportações	853	956	1 048	1 121	1 249
Exportações de Madeira/Exportações Totais Portuguesas (%)	1,8%	1,7%	1,7%	1,7%	1,8%
Exportações de Madeira/Exportações de Bens (%)	2,7%	2,6%	2,4%	2,5%	2,6%
Importações	719	842	806	637	690
Importações de Madeira/Importações Totais Portuguesas (%)	1,2%	1,2%	1,2%	1,0%	1,1%
Importações de Madeira/Importações de Bens (%)	1,4%	1,5%	1,4%	1,2%	1,3%
Subfileira da Pasta, do Papel e Cartão					
Exportações	1 474	1 974	2 122	2 135	2 240
Exportações de Pastas, Papel e Cartão/Exportações Totais Portuguesas (%)	3,0%	3,6%	3,4%	3,3%	3,3%
Exportações de Pastas, Papel e Cartão/Exportações de Bens (%)	4,6%	5,3%	4,9%	4,7%	4,7%
Importações	1 044	1 159	1 148	986	1 025
Importações de Pastas, Papel e Cartão/Importações Totais Portuguesas (%)	1,7%	1,7%	1,7%	1,5%	1,6%
Importações de Pastas, Papel e Cartão/Importações de Bens (%)	2,1%	2,0%	2,0%	1,8%	1,9%

Fonte: INE (2014)

Na Tabela 55 estão agrupadas as balanças comerciais referentes às subfileiras florestais, sendo possível salientar relativamente a 2013:

- todas as subfileiras apresentaram um saldo positivo (exportações – importações);
- com exceção de uma ligeira diminuição na subfileira da cortiça (-0,2%), as restantes subfileiras apresentaram um aumento do valor das exportações;
- a subfileira da pasta, papel e cartão é a que possui o maior saldo em valor absoluto (1.215 milhões de euros), assim como o maior valor de exportações (2.240 milhões de euros), representando 51,8% do total das exportações florestais e 4,7% das exportações nacionais de bens.

No período 2009–2013, é de salientar que:

- as subfileiras da cortiça, madeira e mobiliário de madeira e da pasta, papel e cartão apresentam sempre, em todos os anos, um balanço positivo (exportações – importações);
- comparativamente a 2009, todas as subfileiras apresentam ganhos no valor das exportações, que em 2013 correspondem a 19,6% no caso da subfileira da cortiça, 46,5% na madeira e mobiliário de madeira e 52,0% na subfileira da pasta, papel e cartão.

A relevância da fileira florestal para as exportações globais de Portugal (9,1% do total das exportações nacionais de bens), depende em larga medida do desempenho dos agentes e entidades que a constituem, no âmbito de um mercado global extremamente competitivo.

De acordo com o Inquérito Global às Indústrias Florestais, de Papel e de Embalagem realizado pela PricewaterhouseCoopers (edição de 2013, com base nos dados de 2012), os resultados obtidos pelas principais empresas da fileira florestal são extremamente relevantes. O ranking obtido refere-se às 100 maiores empresas mundiais em 2012, e é definido tendo em conta o total das vendas que as empresas declararam.

Desde 2011 que quatro empresas da fileira florestal, grupo Portucel Soporcel, grupo Sonae Indústria, grupo Corticeira Amorim e o grupo Altri, representando cada uma das principais subfileiras, constam deste ranking.

Refira-se que ainda que duas empresas, EUROPAC e ENCE, que ainda que não sendo portuguesas são relevantes no contexto florestal português, pela atividade industrial (EUROPAC) e pela aquisição de matéria-prima (ENCE), constam também deste ranking, ficando classificadas na 77.^a e 83.^a posição, respetivamente.

Tabela 56 – Ranking Global das 100 maiores empresas a nível mundial das Indústrias Florestais, de Papel e de Embalagem

Empresa/Grupo	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Grupo SONAE INDÚSTRIA, SGPS, S.A.	47	34	38	52	56	52	60
Grupo PORTUCEL SOPORCEL	67	58	58	59	54	50	52
Grupo CORTICEIRA AMORIM SGPS S.A.		96	97	99	98	97	94
ALTRI						99	96

Fonte: PricewaterhouseCoopers

2.2.4 Valorização das externalidades

De acordo com o Millenium Ecosystem Assessment (MA) os serviços dos ecossistemas são os benefícios que as pessoas obtêm dos ecossistemas e que são descritos pelo MA como serviços de suporte (formação do solo, ciclo dos nutrientes e produção primária), de produção (alimentos, água potável, combustível, produtos lenhosos, fibras, etc.), de regulação (regulação do clima, regulação da água, purificação da água, controlo de doenças) e culturais (espirituais e religiosos, recreio e ecoturismo, educacionais, herança cultural, etc.). Alterações nestes serviços afetam o bem-estar humano de diversas formas, com impactos na segurança, nos recursos materiais básicos para uma vida com qualidade, na saúde e nas relações sociais e culturais.

Todos os setores de atividade dependem, direta ou indiretamente, de produtos fornecidos pelos ecossistemas e causam impacto nos serviços que estes prestam, contribuindo para a sua degradação ou para a sua melhoria. Em 2010, o relatório TEEB – The Economics of Ecosystems and Biodiversity evidenciou as consequências económico-financeiras da degradação da biodiversidade e dos ecossistemas, que poderá representar uma perda económica da ordem dos 20%, entre 2010 e 2050 (BCSD Portugal, 2013).

Os ecossistemas florestais asseguram um conjunto alargado de serviços, destacando-se a fixação de carbono, biodiversidade, proteção da paisagem, retenção da água no solo, proteção contra a erosão, acumulação de matéria orgânica, entre outros. Muitos destes serviços não possuem ainda valor de mercado, no entanto, e muito devido ao impulso gerado por iniciativas como o Millenium Ecosystem Assessment, o relatório TEEB – The Economics of Ecosystems and Biodiversity e a Natural Capital Coalition, entre outras, começam a existir muitos processos de valorização dos serviços dos ecossistemas.

Contrariamente ao que sucede para outros serviços ambientais, a existência de um mercado de emissões (ou redução) de CO₂ através da criação de um sistema internacional de comércio de licenças e de créditos de emissão, do aparecimento de fundos de carbono que financiam projetos de redução de emissões valorizados financeiramente nos mercados internacionais, permite atribuir valor económico à redução de GEE. Efetivamente, a retenção anual de carbono pelas florestas tem um efeito ambiental benéfico, contribuindo para a neutralização do efeito de estufa.

Tabela 57 – Balanço líquido (emissor/sumidouro) da floresta

Floresta	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Floresta que se mantém como floresta	-5.933	-9.110	-5.521	-9.751	-8.634	-9.890	-10.594	-10.307	-12.165	-10.439
Área convertida em floresta	-2.743	-3.725	-3.011	-3.774	-7.252	-7.037	-6.434	-5.748	-5.319	-4.606
Total	-8.676	-12.835	-8.532	-13.526	-15.885	-16.926	-17.028	-16.055	-17.483	-15.046

Fonte: APA (2014)³

Para efeitos do cumprimento do Protocolo de Quioto, é necessário determinar o desempenho líquido de um conjunto de setores, nos quais se inclui a Floresta, enquanto emissores e/ou sumidouros de GEE. A análise a este balanço líquido desde o ano de 2003 (Tabela 57) demonstra que a Floresta Portuguesa tem sido um sumidouro de carbono.

A aplicação do valor no mercado da tonelada de dióxido de carbono equivalente (CO₂eq), 5,94 € (preço médio do mês de julho de 2014 obtido através de consulta online realizada na SendeCO₂), ao balanço líquido das emissões e sequestro de CO₂eq pela Floresta em 2012, permite uma quantificação do seu valor: 89,3 milhões de euros.

Salienta-se ainda, pela sua dimensão, o projeto “Promoção do Sequestro por Alteração da Técnica de Controlo de Matos”, financiado pelo Fundo Português de Carbono, que promove o sequestro de carbono no solo em áreas sob coberto florestal, por utilização de corta-matos ou destróador no controlo da vegetação arbustiva, sem qualquer mobilização do solo. Enquadrado no conceito de “Projetos Domésticos” (instrumento para financiar emissões adicionais às que seriam obtidas pela aplicação das restantes políticas e medidas setoriais), não gera créditos mas reduz a necessidade de o País comprar créditos no estrangeiro. Prevê um pagamento até 40,00 €/hectare para os cerca de 78.000 hectares contratualizados para o período de compromisso (2011–2014), o que gerará uma receita estimada para estes produtores de cerca de 3,12 milhões de euros.

³ As estimativas do setor LULUCF (Land Use, Land Use Change and Forests), no qual se inclui a Floresta, sofreram uma revisão da metodologia de contabilização com base na informação cartográfica da COS (Carta de Ocupação do Solo), e nos dados adicionais de carbono no solo provenientes do projeto europeu LUCAS.

2.3 Desempenho ambiental

2.3.1 Recuperação e reciclagem

A Diretiva n.º 94/62/CE, de 20 de dezembro, alterada pela Diretiva 2004/12/CE, de 11 de fevereiro abrange todas as embalagens colocadas no mercado da Comunidade e todos os resíduos de embalagens (RE), sejam eles utilizados ou produzidos a nível da indústria, do comércio, de escritórios, lojas ou serviços, a nível doméstico ou a qualquer outro nível, e independentemente do material utilizado (APA, 2011).

Desde 2004, a produção de resíduos de embalagens de papel e cartão e de madeira teve um crescimento significativo até 2008 (anos de maior produção de resíduos de embalagens), apresentando uma tendência de decréscimo até 2012.

Tabela 58 – Resíduos de embalagens de papel, de cartão e de madeira (ton)

Ano	Resíduos de embalagens produzidas	
	Papel & Cartão	Madeira
2004	519.909	91.370
2005	525.108	124.503
2006	762.000	87.348
2007	697.227	116.891
2008	717.700	137.778
2009	710.695	110.294
2010	710.695	106.000
2011	687.267	110.276
2012	646.701	80.348

Fonte: APA (2011), INTERFILEIRAS (2013, 2014)

Fazendo uma análise comparativa relativamente à reciclagem e à valorização das embalagens de papel e cartão e de madeira, é possível concluir que as embalagens de papel e cartão possuem taxas de reciclagem (66,1% em 2012) e de valorização (68,2% em 2012) muito superiores às embalagens de madeira, 13,5% e 13,6%, respetivamente, em 2012.

Tabela 59 – Embalagens de papel e cartão e de madeira colocadas no mercado (ton) e reciclagem e valorização energética de resíduos de embalagem

ANO	2011		2012	
	Papel & Cartão	Madeira	Papel & Cartão	Madeira
[1] Quantidade estimada de Embalagens colocadas no mercado	687.267	561.745	646.701	415.918
[2] Embalagens Reutilizáveis	n.a.	451.469	n.a.	335.570
[3] Embalagens Não Reutilizáveis [1] - [2]	687.267	110.276	n.a.	80.348
[4] Reciclagem de Resíduos de Embalagens	489.679	54.950	427.147	56.000
[5] Valorização Energética de Resíduos de Embalagens	27.105	215	13.612	380
[6] Valorização Total [4] + [5]	516.784	55.165	440.759	56.380
Taxa de Reciclagem (%) $[(4) / (1)] \times 100$	71,3%	9,8%	66,1%	13,5%
Taxa de Valorização (%) $[(6) / (1)] \times 100$	75,2%	9,8%	68,2%	13,6%

Fonte: INTERFILEIRAS (2013, 2014)

Saliente-se também, no que concerne ao setor da Cortiça, a existência de iniciativas privadas de recolha e reciclagem de rolhas. A título de exemplo, as parcerias e os programas de reciclagem de rolhas dinamizados pela Corticeira Amorim foram responsáveis pela recolha de 151,6 ton de rolhas de cortiça usadas no ano de 2013 (Corticeira Amorim, 2014).

2.3.2 Mitigação e adaptação dos efeitos das alterações climáticas

Atualmente, as alterações climáticas estão identificadas como uma das maiores ameaças ao desenvolvimento da humanidade. O relatório *Global Risks 2014* do World Economic Forum que identifica e analisa riscos globais de maior preocupação para 2014, expressa bem esta perceção ao colocar nos dez principais riscos globais várias referências diretas ou indiretas, às alterações climáticas, tais como, “crises de água” (3.º lugar), “falhas na mitigação e adaptação às alterações climáticas” (5.º lugar), “maior incidência de eventos climáticos extremos (6.º lugar) e “crises alimentares” (8.º lugar).

O Protocolo de Quioto estabelece que a União Europeia tem de reduzir as suas emissões de gases com efeito de estufa (GEE) em 8%, comparativamente às verificadas em 1990. Neste enquadramento, ficou estabelecido que Portugal teria de limitar as suas emissões em 27% acima do valor das emissões verificadas em 1990. O montante de emissões de GEE que Portugal não poderá exceder no período 2008–2012 é de 382 milhões de toneladas de equivalentes de CO₂ (Mt CO₂eq), representando um valor médio anual de 76,39 Mt CO₂eq.

A Convenção-Quadro das Nações Unidas relativa às Alterações Climáticas (CQNUAC) e as negociações em curso sobre o regime climático pós-2012 têm como objetivo de longo prazo a estabilização das concentrações de gases com efeito de estufa (GEE) na atmosfera a um nível que evite uma interferência antropogénica perigosa no sistema climático. Para atingir esse objetivo, a temperatura global anual média da superfície terrestre não deverá ultrapassar 2 °C em relação aos níveis pré-industriais (APA, 2014).

A estimativa mais recente da trajetória de cumprimento nacional da meta de Quioto aponta para uma continuação das reduções de emissões obtidas nos últimos anos, embora menos acentuada.

Após o rápido crescimento verificado durante a década de 90, as emissões nacionais registaram um abrandamento no início dos anos 2000, verificando-se nos anos mais recentes, em especial após 2005, um decréscimo das emissões nacionais. Estas tendências refletem em grande medida a evolução da economia portuguesa que se caracterizou por um forte crescimento associado ao aumento da procura de energia e da mobilidade na década de 90, e à situação recente de estagnação e recessão verificada na economia portuguesa. Nos anos de 2011 e 2012 registou-se uma diminuição do consumo de eletricidade em Portugal, facto que pode ser explicado pelas medidas de austeridade e pela implementação geral do Programa de assistência financeira ao abrigo do FMI e da UE, bem como pela atual crise económica e financeira verificada a nível europeu (APA, 2014).

De acordo com a mais recente atualização do Inventário Nacional de Emissões de 2014 (relativo ao ano 2012), as emissões de GEE, sem contabilização das emissões de alteração do uso do solo e florestas, são estimadas em cerca de 68.8 Mt CO₂eq, representando um aumento de 13,1% face a 1990.

No sentido de combater o problema das alterações climáticas estão definidas duas linhas de atuação principais – mitigação e adaptação. Enquanto a mitigação é o processo que visa reduzir a emissão de GEE para a atmosfera, a adaptação é o processo que procura minimizar os efeitos negativos dos impactos das alterações climáticas nos sistemas biofísicos e socioeconómicos (APA, 2014).

No âmbito das iniciativas de mitigação, e para dar cumprimento aos objetivos nacionais em matéria de alterações climáticas no âmbito do Protocolo de Quioto baseia-se nos seguintes instrumentos:

- O Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC), que define um conjunto de políticas e medidas com o objetivo do cumprimento do Protocolo de Quioto;
- O Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão para o período 2008–2012 (PNALE II) que define as condições a que ficam sujeitas as instalações abrangidas pelo comércio europeu de licenças de emissão de GEE (CELE) e;
- O Fundo Português de Carbono (FPC), que é o instrumento financeiro do Estado para o investimento em carbono, contribuindo assim para o cumprimento de Quioto.

O PNAC está organizado em políticas e medidas de referência (MR) e políticas e medidas adicionais (MA). As medidas de referência consistem nas políticas e medidas já em vigor ou ado-

tadas à data de 1 janeiro de 2005 e com impacte na redução de emissões de GEE, enquanto as medidas adicionais integram aquelas que foram adotadas após essa data. No âmbito da componente florestal o PNAC integrou uma medida de referência e uma medida adicional (Tabela 60).

Tabela 60 – Medidas Florestais do Programa Nacional para as Alterações Climáticas

Medida	Meta
MRf1 – Programa de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa	Área de nova floresta em 2010, relativamente a 31.12.1989: • 492 mil hectares. (Artº3.3)
MAf1 – Promoção da Capacidade de Sumidouro de Carbono da Floresta	Adoção de atividades de Gestão Florestal: • 2,95 Milhões de ha de floresta incluída (Artº 3.4)

Fonte: CECAC (2010)

No âmbito do FPC, e no que concerne ao programa de apoio a projetos no país, é de salientar o financiamento a um projeto florestal (gestão de matos), que contribui simultaneamente para a mitigação, através do aumento do sequestro de carbono no solo, e para a adaptação, melhorando o teor de matéria orgânica do solo, combatendo a erosão e aumentando a resiliência das áreas florestais às novas condições climáticas (APA, 2014).

Como referido anteriormente, prevê um pagamento até 40,00 €/hectare para os cerca de 78.000 hectares contratualizados para o período de compromisso (2011–2014), o que gerará uma receita estimada para estes produtores de cerca de 3,12 milhões de euros e cerca de 600.000 ton CO₂eq sequestrados de forma adicional.

Saliente-se ainda que para o período pós 2012, foram ainda determinadas a realização de um conjunto adicional de instrumentos de política:

- Roteiro Nacional de Baixo Carbono (RNBC) – que estabelece as políticas a prosseguir e as metas nacionais a alcançar em termos de emissões de gases com efeito de estufa;
- Programa Nacional para as Alterações Climáticas para o período 2013–2020 (PNAC 2020) – estabelece as políticas, medidas e instrumentos com o objetivo de dar resposta à limitação de emissões de gases com efeito de estufa para os setores não cobertos pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão, prever as responsabilidades setoriais, o financiamento e os mecanismos de monitorização e controlo.
- Planos Setoriais de Baixo Carbono – a realizar por cada um dos ministérios para as áreas da sua competência.

Relativamente à adaptação às alterações climáticas, salienta-se a elaboração da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, a qual, para a componente florestas, prevê um conjunto de iniciativas articuladas em função de três objetivos estratégicos:

- Aumentar a resiliência, reduzir os riscos e manter a capacidade de produção de bens e serviços;
- Aumentar e transferir o conhecimento entre os agentes dos setores;
- Monitorizar e avaliar.

As estimativas do setor LULUCF (Land Use, Land Use Change and Forests), cuja metodologia de contabilização foi revista nesta submissão com base na informação cartográfica da COS, e nos dados adicionais de carbono no solo provenientes do projeto europeu LUCAS, mostram que este setor é um sumidouro líquido de CO₂ ao longo de todo o período 1990–2012, representando um sequestro de -13.5 Mt CO₂eq em 2012.

2.3.3 Business & Biodiversity

A Iniciativa *Business & Biodiversity* (B&B) é uma iniciativa da União Europeia com o objetivo de incrementar o relacionamento entre as empresas e a biodiversidade, permitindo que se dê um contributo significativo para a proteção da biodiversidade e para a prossecução da Meta de 2010, de parar a perda de biodiversidade a nível local, nacional, regional e global. A Iniciativa procura promover, através de acordos voluntários de longa duração, um campo comum para a colaboração entre estes dois sistemas distintos: *Business & Biodiversity*, que favoreça a introdução da biodiversidade nas estratégias e políticas das empresas. Como se trata de parcerias, é necessário que existam voluntários, ou seja, que os acordos estabelecidos sejam ganhadores para ambas as partes e dirigidas ao *core business* das empresas e ao que é fundamental na defesa da Biodiversidade (Iniciativa B&B da União Europeia – Sumário Executivo, 2007).

Até à data (consulta do portal do ICNF realizada a 12 de junho de 2014) já aderiram à Iniciativa *Business & Biodiversity* 71 empresas e organizações portuguesas. Dentro deste conjunto de empresas e organizações destaca-se o setor florestal que representa 15,5% das adesões (produção florestal, prestação de serviços e indústria da transformação). Os acordos estabelecidos preconizam um conjunto muito diversificado de ações de sensibilização, promoção, apoio, gestão e conservação da biodiversidade, assim como a sua internalização nas políticas e princípios de administração das empresas e organizações.

Tabela 61 – Empresas da fileira florestal aderentes à iniciativa Business & Biodiversity

Entidade
Altri – Altri, S.G.P.S., S.A.
CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal
Companhia das Lezírias – Companhia das Lezírias, S.A.
Corticeira Amorim – Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.
Grupo Portucel Soporcel
Herdade do Pinheiro, S.A.
Herdade dos Fartos
Herdade Freixo do Meio
Quinta do Vale Riacho – Sociedade Agroturística, Lda.
Oryzon Energias
Silvatec

Fonte: ICNF (2014)

2.3.4 Certificações da Qualidade, do Ambiente e da Segurança Alimentar

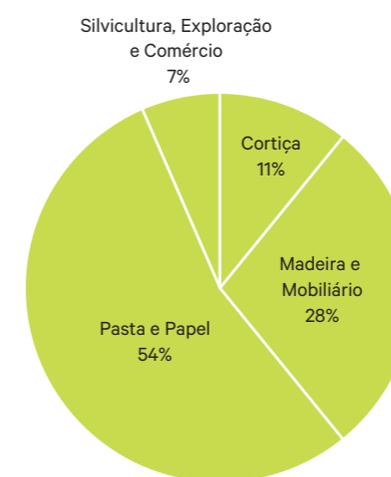
O aumento do número de empresas certificadas demonstra que este é cada vez mais um objetivo estratégico e relevante para o seu desempenho. Diversas razões podem ser identificadas como promotoras deste crescimento, como aumento da quota de mercado, acesso a mercados, reforço da competitividade, melhoria da qualidade dos produtos e/ou serviços, desempenho ambiental, melhoria da imagem organizacional, relação com as partes interessadas, gestão de riscos, responsabilidade social, eficiência energética, segurança alimentar, etc., são alguns exemplos.

As empresas da fileira florestal têm também correspondido a esta tendência e implementado diversos processos de certificação.

No âmbito da certificação de sistemas de gestão ambiental (NP EN ISO 14001:2012), que possibilita a demonstração dos compromissos de melhoria contínua do desempenho ambiental, existem 46 empresas da fileira florestal certificadas (para o universo das entidades cujo sistema de gestão tenha sido certificado no âmbito da acreditação IPAC), o que representa um aumento de 92% face a 2011.

Destacam-se as subfileiras da pasta e papel (58%) e da madeira e mobiliário (28%) com maior número de empresas certificadas. Salienta-se ainda a existência de três empresas da área da exploração florestal.

Figura 12 – Empresas da Fileira Florestal com certificação de Sistemas de Gestão Ambiental (NP EN ISO 14001:2012)

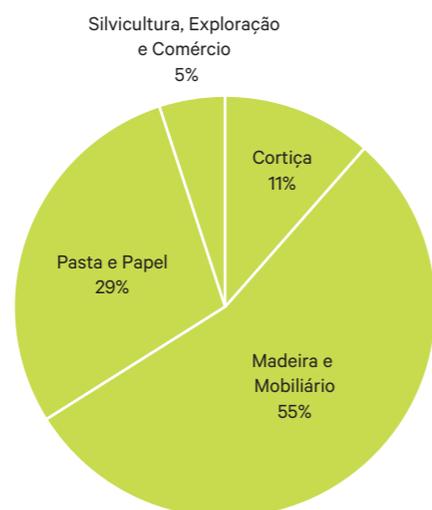


Fonte: IPAC (2014)

Relativamente à certificação de Sistemas de Gestão da Qualidade (NP EN ISO 9001:2008), o número das empresas certificadas na fileira florestal (218) mantém-se muito superior à certificação de sistemas de gestão ambiental, tendo aumentado cerca de 30% desde 2011.

Tal como registado em 2011 mantém-se a preponderância de empresas da subfileira da madeira e mobiliário (55%), seguindo-se a pasta e papel (29%) e a da silvicultura, exploração e comércio (11%).

Figura 13 – Empresas da Fileira Florestal com certificação de Sistemas de Gestão da Qualidade (NP EN ISO 9001:2008)



Fonte: IPAC (2014)

A certificação de Sistemas de Gestão da Segurança Alimentar (NP EN ISO 22000:2005), limitada à subfileira da Cortiça, possui 12 empresas certificadas (aumento de uma empresa face a 2011).

2.3.5 Registo no EMAS

Outro mecanismo para evidenciar perante terceiros a credibilidade dos sistemas de gestão ambiental e do respetivo desempenho ambiental é o Sistema Comunitário de Eco-gestão e Auditoria (EMAS), mecanismo voluntário destinado a empresas e organizações que querem comprometer-se a avaliar, gerir e melhorar o seu desempenho ambiental, possibilitando evidenciar, perante terceiros e de acordo com os respetivos referenciais, a credibilidade do seu sistema de gestão ambiental e do seu desempenho ambiental.

De acordo com a base de dados disponível no portal da APA – Agência Portuguesa do Ambiente (consulta realizada a 16 de maio de 2014), existem 4 registos da fileira florestal no EMAS, representando 6,8% do total de empresas a nível nacional.

2.4 Desempenho social

2.4.1 Emprego

A análise à evolução do número total de pessoas ao serviço nas empresas da fileira florestal mostra uma clara tendência de decréscimo entre 2004 e 2012 (redução de 28,3%, cerca de 31.000 trabalhadores), em consonância com o sucedido para as empresas das indústrias transformadoras (redução de 22,9%, cerca de 192.000 trabalhadores). Portugal, no entanto, apresentou uma tendência de aumento do emprego até 2008, tendo, a partir dessa data e pelas razões atrás referidas, evidenciado uma tendência de queda.

Não obstante a redução referida, a fileira florestal representa 12,1% do número total de pessoas ao serviço nas empresas das indústrias transformadoras, 2,2% do total de pessoas ao serviço das empresas em Portugal e 1,7% da população empregada total.

Tabela 62 – Número total de pessoas ao serviço no total de empresas em Portugal, nas indústrias transformadoras e na fileira florestal (un. 1000 pessoas)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Total de População empregada	5.062	5.047	5.079	5.093	5.117	4.969	4.898	4.740	4.547
Total de Empresas em Portugal	3.670	3.735	3.820	3.973	4.064	3.938	3.843	3.735	3.512
Empresas das Indústrias transformadoras	839	822	795	794	781	724	696	681	646
Fileira Florestal	109	108	104	103	101	91	87	85	78
Silvicultura e exploração florestal	9,1	9,0	10,4	11,1	11,3	10,5	10,2	11,0	10,6
Subfileira Cortiça	13,3	12,5	12,0	11,7	11,3	9,5	9,1	9,4	9,2
Subfileira Madeira	31,8	31,7	30,7	30,3	29,3	26,2	24,4	23,1	20,8
Subfileira Mobiliário	41,8	41,5	38,5	38,4	37,2	33,5	31,9	30,4	27,0
Subfileira Pasta, Papel e Cartão	13,2	13,0	12,2	11,9	11,8	11,7	11,4	11,3	10,6
Indústria da Fileira Florestal em % Ind. Transformadoras	13,0%	13,1%	13,1%	13,0%	12,9%	12,6%	12,5%	12,5%	12,1%
Indústria da Fileira Florestal em % Portugal	3,0%	2,9%	2,7%	2,6%	2,5%	2,3%	2,3%	2,3%	2,2%

Fonte: INE (2014), Estatísticas do Emprego, Pessoal ao serviço (N.º) das Empresas por Localização geográfica (NUTS – 2002) e Atividade económica (Subclasse – CAE Rev. 3); Anual – INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas

Analisando agora as diferentes subfileiras florestais, é de salientar a silvicultura e exploração florestal que, embora apresente algumas oscilações no número total de pessoas ao serviço a partir de 2009, o balanço do período em análise (2004–2012) demonstra um crescimento do emprego (aumento de 17,6%, cerca de 1.600 trabalhadores).

Para as subfileiras industriais, todas, sem exceção, mostram uma tendência contínua de redução do número total de pessoas ao serviço, embora com dimensões bastante diferenciadas:

- subfileira da pasta, papel e cartão com uma redução de 19,5%, cerca de 2.600 trabalhadores;
- subfileira da cortiça com uma redução de 30,9%, cerca de 4.100 trabalhadores;
- subfileira da madeira com uma redução de 34,6%, cerca de 11.000 trabalhadores;
- subfileira do mobiliário com uma redução de 35,5%, cerca de 14.900 trabalhadores.

Saliente-se também a importância da subfileira da madeira e do mobiliário que representa, em 2012, cerca de 61,1% do número total de pessoas ao serviço nas empresas da fileira florestal.

2.4.2 Acidentes de trabalho

A análise aos acidentes de trabalho na indústria da fileira florestal revela um desempenho globalmente positivo até 2007, com uma clara tendência de redução, que se inverteu nos últimos três anos (2008 foi, inclusive, o ano com o número de acidentes de trabalho mais elevado entre 2002 e 2010). Este desempenho menos positivo entre 2007 e 2010 está desarticulado com o desempenho global da indústria transformadora, que manteve a tendência de redução de acidentes de trabalho.

Em 2010, o número de acidentes de trabalho ocorridos na indústria da fileira florestal (9.448) representava 16,5% do total da indústria transformadora e 4,4% do total nacional.

Tabela 63 – Acidentes de trabalho (mortais e não mortais) por actividade económica

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Portugal Total	248.097	237.222	234.109	228.884	237.392	237.409	240.018	217.393	215.632
Indústrias Transformadoras	89.560	82.537	75.795	74.593	74.698	77.423	76.184	58.235	57.327
Indústria da Fileira Florestal (1), (2), (3)	11.098	10.122	9.088	9.101	8.584	8.126	11.419	9.397	9.448
Indústria da Fileira Florestal em % Ind. Transformadora	12,4%	12,3%	12,0%	12,2%	11,5%	10,5%	15,0%	16,1%	16,5%
Indústria da Fileira Florestal em % Portugal Continental	4,5%	4,3%	3,9%	4,0%	3,6%	3,4%	4,8%	4,3%	4,4%

Fonte: GEE/ME (2013), Séries cronológicas Acidentes de Trabalho 2002–2010

(1) 2000–2003: CAE-Rev. 2 (Inclui CAE: DD – Ind. da madeira, da cortiça e suas obras; DE – Ind. pasta, papel, cartão seus art., edição e impressão)

(2) 2004–2007: CAE-Rev. 2.1 (Inclui CAE: DD – Ind. da madeira, da cortiça e suas obras; DE – Ind. pasta, papel, cartão seus art., edição e impressão)

(3) 2008–2010: CAE-Rev. 3.1 (Inclui CAE: 16 – Ind. madeira e cortiça e suas obras, exc. mobiliário; fabr. cestaria e espartaria; 17 – Fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos; 31 – Fabrico de mobiliário e de colchões)

Quanto ao número de acidentes mortais, existe uma tendência de redução global (a nível nacional, nas indústrias transformadoras e na indústria florestal). Em 2010, o número de acidentes mortais ocorridos na indústria da fileira florestal (6) representava 22,2% do total da indústria transformadora, um valor elevado face ao universo e características de outras atividades industriais, e 2,9% do total nacional.

Tabela 64 – Acidentes de trabalho mortais por actividade económica

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Portugal Continental Total	357	312	306	300	253	276	231	217	208
Indústrias Transformadoras	75	52	55	56	43	49	27	29	27
Indústria da Fileira Florestal (não inclui mobiliário) (1), (2), (3)	10	8	9	10	7	10	4	3	6
Indústria da Fileira Florestal (não inclui mobiliário) em % Ind. Transformadora	13,3%	15,4%	16,4%	17,9%	16,3%	20,4%	14,8%	10,3%	22,2%
Indústria da Fileira Florestal (não inclui mobiliário) em % Portugal	2,8%	2,6%	2,9%	3,3%	2,8%	3,6%	1,7%	1,4%	2,9%

Fonte: GEE/ME (2013), Séries cronológicas Acidentes de Trabalho 2002–2010

(1) 2000–2003: CAE-Rev. 2 (Inclui CAE: DD – Ind. da madeira, da cortiça e suas obras; DE – Ind. pasta, papel, cartão seus art., edição e impressão)

(2) 2004–2007: CAE-Rev. 2.1 (Inclui CAE: DD – Ind. da madeira, da cortiça e suas obras; DE – Ind. pasta, papel, cartão seus art., edição e impressão)

(3) 2008–2010: CAE-Rev. 3.1 (Inclui CAE: 16 – Ind. madeira e cortiça e suas obras, exc. mobiliário; fabr. cestaria e espartaria; 17 – Fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos; 31 – Fabrico de mobiliário e de colchões)

Relativamente aos dias de trabalho perdidos na indústria da fileira florestal, e comparando com o ano 2002, estes apresentam uma tendência de decréscimo (34,1%) ligeiramente inferior à totalidade da indústria transformadora (-41%) mas claramente superior ao total nacional (-20,2%).

Em 2010 os dias de trabalho perdidos na Indústria da Fileira Florestal representaram 19,5% do total da indústria transformadora, um valor elevado, e 4,5% do total nacional.

Tabela 65 – Dias de Trabalho Perdido (un. 1000)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Portugal Continental Total (1), (2), (3)	7.625	6.304	6.731	6.812	7.082	7.068	7.156	6.643	6.088
Indústrias Transformadoras (1), (2), (3)	2.401	1.961	1.936	1.965	2.027	2.087	2.108	1.573	1.417
Indústria da Fileira Florestal (não inclui mobiliário) (1), (2), (3)	420	294	266	294	280	255	186	293	277
Indústria da Fileira Florestal (não inclui mobiliário) em % Ind. Transformadora	17,5%	15,0%	13,7%	15,0%	13,8%	12,2%	8,8%	18,7%	19,5%
Indústria da Fileira Florestal (não inclui mobiliário) em % Portugal Continental	5,5%	4,7%	4,0%	4,3%	4,0%	3,6%	2,6%	4,4%	4,5%

Fonte: GEE/ME (2013), Séries cronológicas Acidentes de Trabalho 2002–2010

(1) 2000–2003: CAE-Rev. 2 (Inclui CAE: DD – Ind. da madeira, da cortiça e suas obras; DE – Ind. pasta, papel, cartão seus art., edição e impressão)

(2) 2004–2007: CAE-Rev. 2.1 (Inclui CAE: DD – Ind. da madeira, da cortiça e suas obras; DE – Ind. pasta, papel, cartão seus art., edição e impressão)

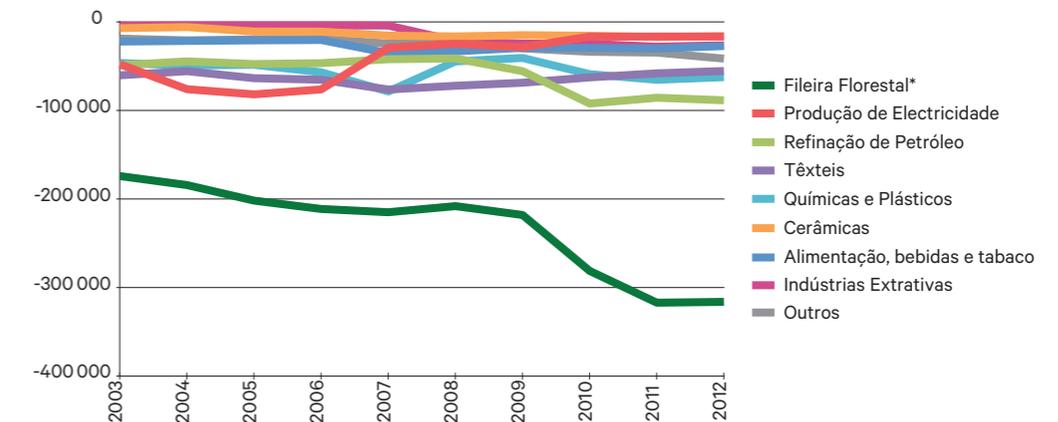
(3) 2008–2010: CAE-Rev. 3.1 (Inclui CAE: 16 – Ind. madeira e cortiça e suas obras, exc. mobiliário; fabr. cestaria e espartaria; 17 – Fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos; 31 – Fabrico de mobiliário e de colchões)

2.5 Contributo energético da fileira florestal

2.5.1 Estrutura energética da fileira florestal no contexto nacional

A fileira florestal, e em particular a subfileira da pasta e papel, possui um papel relevante na estrutura de produção de energia elétrica do País, sendo responsável em 2012, por cerca de 48,6% da energia elétrica produzida em cogeração (produção combinada de calor para uso industrial e de eletricidade, sendo considerada uma das formas mais eficientes de utilização de fontes primárias de energia). A evolução desde 2003 tem sido assinalável, com um aumento da energia elétrica produzida de 82%.

Figura 14 – Produção elétrica por cogeração por setor (tep)



* Inclui papel, artigos de papel, madeira e artigos de madeira

De facto, a biomassa tem um contributo essencial no âmbito da incorporação de Fontes de Energia Renováveis (FER) no consumo final bruto de energia.

3 Empresas e mercados



Tabela 66 – Produção Anual de Energia Renovável (ktep)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Total Renovável	3 392	4 166	4 341	4 241	4 737	5 373	4 817	4 618
Energia elétrica	599	1 245	1 265	1 142	1 456	2 249	1 872	1 501
Biocombustíveis	0	70	162	149	226	284	327	276
Biomassa	2 773	2 829	2 891	2 924	3 019	2 791	2 557	2 772
Lenhas e resíduos vegetais/florestais	1 906	1 942	1 996	1 986	2 035	1 550	1 241	1 293
Licores Sulfitivos	738	760	760	789	825	878	878	921
Pellets e briquetes	nd	nd	nd	nd	nd	221	282	312
Biogás	11	10	16	23	25	32	46	56
Outra biomassa ¹	118	118	120	126	134	110	109	190
Outros renováveis ²	20	22	23	26	36	49	61	69

1 Inclui fração renovável de RSU.

2 Inclui solar térmico e geotermia de baixa entalpia.

Fonte: DGEG (2014)

A diretiva comunitária 2009/28/CE fixa um objetivo para incorporação de FER no consumo final bruto de energia até 2020, que é de 31% para Portugal, cujo contributo provém do setor de produção de eletricidade, no aquecimento e arrefecimento nos setores da indústria, de serviços e doméstico e ainda nos Transportes (10%). A partir de 2011, apenas os biocombustíveis produzidos a partir de matéria residual são considerados no cálculo.

Cerca de 60% da produção renovável provém da biomassa. Em 2012, 57% da biomassa foi transformada em outras formas energéticas, principalmente em centrais térmicas e em centrais de cogeração (DGEG, 2014).

Tabela 67 – Centros eletroprodutores em cogeração

Nome	Potência instalada [MW]	Estado	Ano
Cogeração Celbi	70	Em funcionamento	1987
Cogeração Celtejo	30	Em funcionamento	1992
Cogeração SIAF	4	Em funcionamento	1996
Cogeração Caima	9	Em funcionamento	2001
Cogeração EUROPAC Energia Viana	38,8	Em funcionamento	2002
Cogeração Amorim	1,1	Em funcionamento	2004
Cogeração da Figueira da Foz (Lavos)	95	Em funcionamento	2004
Cogeração de Setúbal	53,9	Em funcionamento	2004
Cogeração de Cacia	35,1	Em funcionamento	2005

Fonte: e2p- Energias Endógenas de Portugal (2014)

Esta capacidade de produção e de aproveitamento da biomassa e de outros subprodutos foi sendo desenvolvida através de centrais de cogeração e termoelétricas, maioritariamente por empresas da fileira florestal.

Tabela 68 – Centros eletroprodutores termoelétricos

Nome	Potência instalada [MW]	Estado	Ano
Termoelétrica Centroliva	6	Em funcionamento	1998
Termoelétrica de Mortágua	9	Em funcionamento	1999
Termoelétrica de Ródão	13	Em funcionamento	2007
Termoelétrica Terras de Sta. Maria	10	Em funcionamento	2008
Termoelétrica de Cacia	12,5	Em funcionamento	2009
Termoelétrica da Figueira da Foz	34,3	Em funcionamento	2009
Termoelétrica de Constância	13,7	Em funcionamento	2009
Termoelétrica de Setúbal	12,5	Em funcionamento	2009
Termoelétrica da PALSER	3	Em funcionamento	2010
Termoelétrica de Belmonte	2	Em funcionamento	2010
Costa Ibérica	0,3	Em funcionamento	2011

Fonte: e²p- Energias Endógenas de Portugal (2014)

3.1 Caracterização empresarial por subfileira

A análise à distribuição do número de empresas (entidade jurídica pessoa singular ou coletiva) segundo a dimensão da empresa para a totalidade da fileira florestal evidencia que a esmagadora maioria das empresas (cerca de 91%) possui menos de 10 pessoas ao serviço.

É também notória uma clara tendência de decréscimo do número de empresas entre 2008 e 2012, com uma redução de cerca de 19%.

Tabela 69 – Distribuição do número de empresas segundo a dimensão da empresa (em classes de número de trabalhadores)

Fileira Florestal	Empresas (%)				
	2008	2009	2010	2011	2012
Menos de 10 pessoas	89,8%	90,1%	90,2%	90,4%	90,9%
10 – 49 pessoas	9,0%	8,7%	8,6%	8,4%	7,9%
50 – 249 pessoas	1,1%	1,1%	1,1%	1,1%	1,1%
250 e mais pessoas	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
n.º					
Total	19.881	18.562	17.583	17.219	16.140

Fonte: INE (2014)

Analisando a subfileira da silvicultura e exploração florestal a caracterização é em tudo semelhante, mas o número de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço é ainda superior, representando cerca de 97% das empresas desta subfileira.

Tabela 70 – Distribuição do número de empresas de silvicultura e de exploração florestal segundo a dimensão da empresa (em classes de número de trabalhadores)

Silvicultura e Exploração Florestal	Empresas (%)				
	2008	2009	2010	2011	2012
Menos de 10 pessoas	97,1%	96,8%	97,1%	97,1%	97,0%
10 – 49 pessoas	2,7%	3,0%	2,8%	2,8%	2,9%
50 – 249 pessoas	0,2%	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%
250 e mais pessoas	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
n.º					
Total	5.261	4.837	4.928	5.095	4.869

Fonte: INE (2014)

Relativamente à subfileira da cortiça, e ainda que o predomínio seja as empresas com menos de 10 pessoas ao serviço (cerca de 87%), é de salientar que as classes de número de trabalhadores entre 10-49 pessoas e 50-249 pessoas possuem um número de empresas ligeiramente superior à globalidade da fileira florestal. É também evidente a tendência de decréscimo do número de empresas entre 2008 e 2012, com uma redução de cerca de 17% (251 empresas).

Tabela 71 – Distribuição do número de empresas da subfileira da cortiça segundo a dimensão da empresa (em classes de número de trabalhadores)

Cortiça	Empresas (%)				
	2008	2009	2010	2011	2012
Menos de 10 pessoas	86,6%	87,9%	86,8%	86,6%	86,8%
10 – 49 pessoas	10,9%	9,8%	10,8%	10,9%	10,7%
50 – 249 pessoas	2,2%	2,0%	2,1%	2,1%	2,1%
250 e mais pessoas	0,3%	0,3%	0,3%	0,41%	0,41%
n.º					
Total	1.459	1.364	1.244	1.224	1.208

Fonte: INE (2014)

As empresas da subfileira da madeira e do mobiliário apresentam valores de distribuição do número de empresas segundo a dimensão da empresa semelhantes à globalidade da fileira florestal: o número de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço representa cerca de 91% e 88% das empresas da subfileira da madeira e do mobiliário, respetivamente.

Tabela 72 – Distribuição do número de empresas da subfileira da madeira segundo a dimensão da empresa (em classes de número de trabalhadores)

Madeira	Empresas (%)				
	2008	2009	2010	2011	2012
Menos de 10 pessoas	90,2%	90,8%	90,8%	91,1%	91,1%
10 – 49 pessoas	8,8%	8,3%	8,2%	7,9%	8,0%
50 – 249 pessoas	0,9%	0,9%	0,9%	0,9%	0,9%
250 e mais pessoas	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,0%
n.º					
Total	6.354	5.984	5.506	5.247	4.794

Fonte: INE (2014)

O decréscimo do número de empresas entre 2008 e 2012 para estas duas subfileiras foi o mais acentuado em termos nominais e relativos, com decréscimos de 24,6% (1.560 empresas) e 23% (1.440 empresas).

Tabela 73 – Distribuição do número de empresas da subfileira do mobiliário segundo a dimensão da empresa (em classes de número de trabalhadores)

Mobiliário	Empresas (%)				
	2008	2009	2010	2011	2012
Menos de 10 pessoas	86,0%	86,5%	86,3%	86,4%	88,1%
10 – 49 pessoas	12,5%	12,1%	12,3%	12,0%	10,4%
50 – 249 pessoas	1,5%	1,4%	1,3%	1,5%	1,4%
250 e mais pessoas	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
	n.º				
Total	6.248	5.845	5.404	5.158	4.808

Fonte: INE (2014)

A subfileira da pasta, papel e cartão é, de forma inequívoca, a que apresente características mais distintas, com o número de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço a representar somente cerca de 65%, muito inferior aos valores das restantes subfileiras. As restantes classes por número de trabalhadores apresentam valores muito superiores, inclusive nas empresas de grande dimensão.

Tabela 74 – Distribuição do número de empresas da subfileira da pasta, papel e cartão segundo a dimensão da empresa (em classes de número de trabalhadores)

Pasta, Papel e Cartão	Empresas (%)				
	2008	2009	2010	2011	2012
Menos de 10 pessoas	67,1%	67,3%	65,9%	64,8%	65,3%
10 – 49 pessoas	25,8%	24,6%	25,1%	25,9%	25,4%
50 – 249 pessoas	6,1%	7,0%	7,8%	7,9%	7,6%
250 e mais pessoas	1,1%	1,1%	1,2%	1,4%	1,7%
	n.º				
Total	559	532	501	495	461

Fonte: INE (2014)

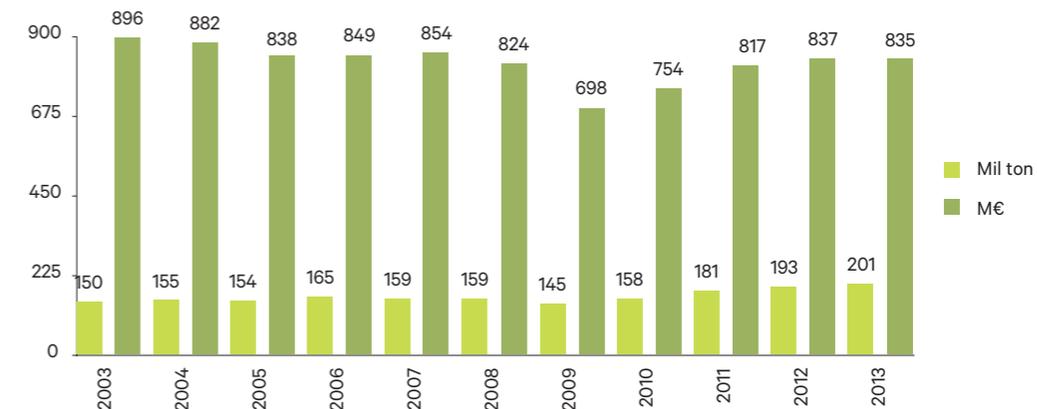
O redução do número de empresas entre 2008 e 2012 para foi também acentuado em termos nominais e relativos, com decréscimos de 17,5% (98 empresas).

3.2 Principais mercados e quotas de mercado por tipos de produto⁴

3.2.1 Subfileira da cortiça

A subfileira da cortiça apresenta uma tendência de redução dos valores de exportação entre 2003 e 2009 (embora este seja um ano atípico para a generalidade das atividades económicas), evidenciando a partir de 2010 uma recuperação que parece ter estagnado nos anos de 2012 e 2013. No âmbito do período 2003–2013 a subfileira da cortiça aumentou as suas exportações em massa (+34%, cerca de 52.000 toneladas) mas reduziu o seu valor (-7%, cerca de 61 milhões de euros).

Figura 15 – Exportações portuguesas de cortiça em massa (milhares de toneladas) e em valor (milhões de Euros) no período 2003–2013



Fonte: APCOR (2014)

⁴ De acordo com informação fornecida pelo INE (2014) os dados referentes a 2012 são provisórios e os de 2013 são preliminares.

Em 2013, as exportações de cortiça apresentaram uma redução de valor de 0,2% face ao ano anterior, evidenciando a estagnação no valor atrás referida, mas aumentaram as exportações em massa em 4,2%.

O desempenho do produto rolha (na sua globalidade) é determinante para esta subfileira, uma vez que representa cerca de 69% do total do valor das suas exportações.

Tabela 75 – Exportações por tipo de produto de cortiça em 2011, 2012 e 2013 em massa (milhares de toneladas) e em valor (milhões de euros)

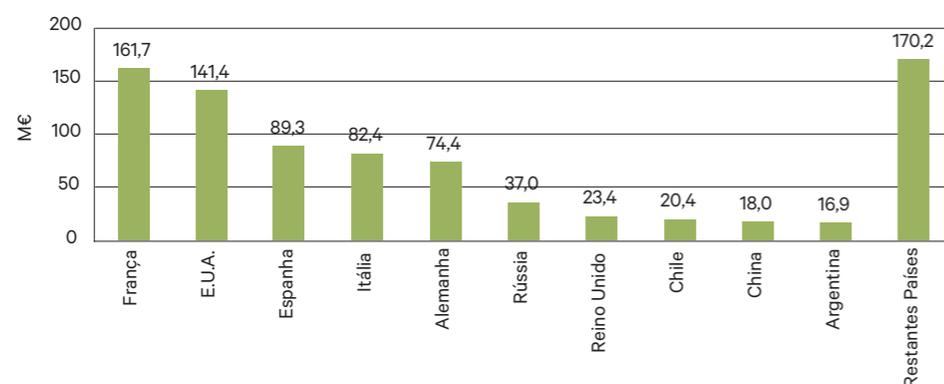
Tipo de Produto	2011			2012			2013		
	Massa (mil ton)	Valor (M€)	%	Massa (mil ton)	Valor (M€)	%	Massa (mil ton)	Valor (M€)	%
Rolhas cilíndricas de cortiça natural	13,0	339,1	42%	12,4	327,4	39%	11,9	324,5	39%
Outras rolhas de cortiça	31,6	230,7	28%	31,1	240,9	29%	31,5	246,7	30%
Materiais de construção	125,5	215,7	26%	134,3	233,9	28%	136,8	233,3	28%
Outros	10,6	31,6	4%	15,3	34,7	4%	21,1	30,8	4%
Total	180,7	817,0	100%	193,1	836,8	100%	201,2	835,1	100%

Fonte: INE (2014)

As outras rolhas de cortiça foram a única tipologia de produto que em 2013 apresentou crescimento em valor, 5,8 milhões de euros, o que representa um acréscimo de cerca de 2,4% face ao ano anterior. Destaque também pela negativa para as rolhas de cortiça natural que, entre 2011 e 2013 apresentaram uma quebra no valor das suas exportações em cerca de 14,6 milhões de euros (-4,3%).

Quanto aos dez principais destinos das exportações, verifica-se, não obstante a existência de um número muito considerável de países para onde se exporta cortiça, que o valor das exportações está maioritariamente concentrado em cinco países – França, EUA, Espanha, Alemanha, Itália – que representam 65,8% do valor das exportações.

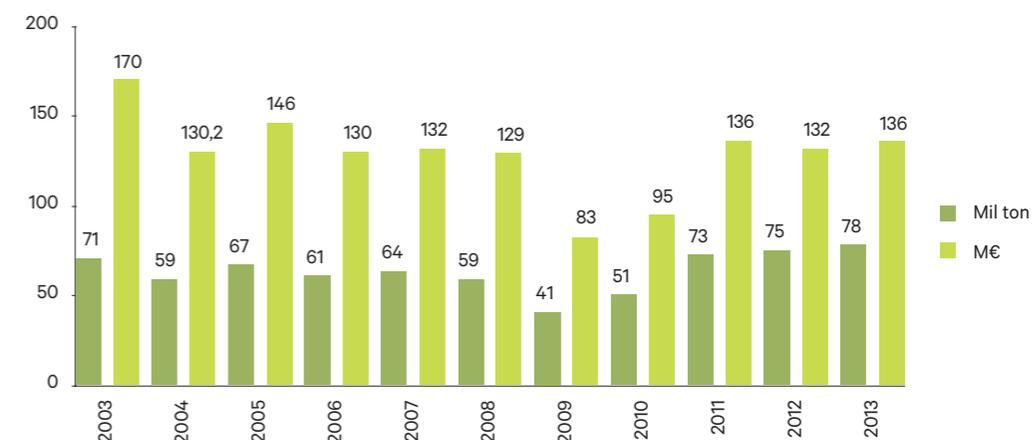
Figura 16 – Exportações portuguesas de cortiça por país de destino em 2013 (milhões de euros)



Fonte: INE (2014)

Relativamente às importações e após um período de alguma estabilização entre 2006 e 2008, o ano de 2009 apresentou uma quebra acentuada nas importações em valor (-33%), decorrente da crise económica mundial. Com a retoma económica ocorrida em 2010, aumentaram também as importações face a 2009, as quais estabilizaram (em valor e em massa) entre 2011 e 2013.

Figura 17 – Importações Portuguesas de cortiça 2003–2013 em massa (milhares de toneladas) e em valor (milhões de euros)



Fonte: APCOR (2014)

O conteúdo das importações, maioritariamente centradas na cortiça natural, reflete o comportamento de País líder na transformação da cortiça. O produto mais relevante, em massa ou valor, é a cortiça natural em bruto, que em 2013 representa 75% do total do valor das importações. Este produto registou um aumento das importações em valor de cerca de 17,4% e um aumento de 15,6% em massa (um aumento de cerca de 10.000 toneladas) face a 2011.

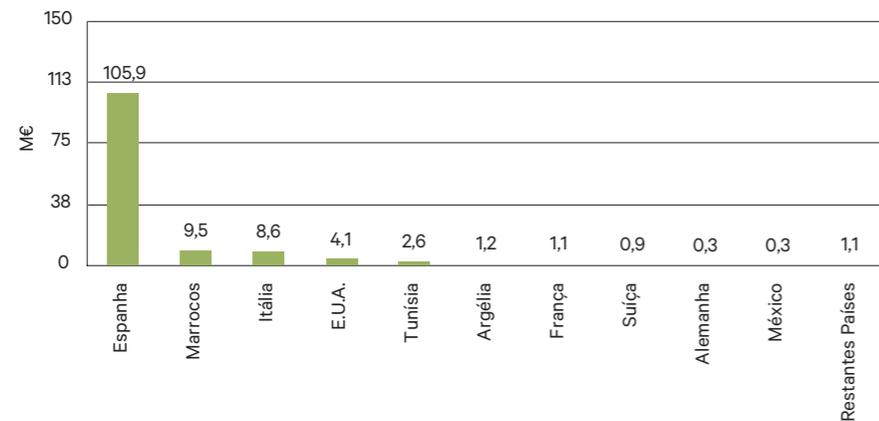
Tabela 76 – Importações por tipo de produto de cortiça em 2011, 2012 e 2013 em massa (milhares de toneladas) e em valor (milhões de euros)

Tipo de Produto	2011		2012		2013	
	Massa (mil ton)	Valor (€)	Massa (mil ton)	Valor (€)	Massa (mil ton)	Valor (€)
Cortiça natural, em bruto ou simplesmente preparada e desperdícios	63,6	91,1	68,4	89,8	73,6	102,2
Semi-manufacturas	6,2	17,8	3,6	11,8	2,7	11,0
Obras em cortiça natural	1,5	21,1	1,5	22,2	1,1	16,6
Obras em cortiça aglomerada e suas obras	1,6	6,2	1,8	8,3	1,0	5,8
Total	72,9	136,3	75,2	132,2	78,4	135,5

Fonte: INE (2014)

A análise relativamente à origem das importações revela a natural importância da Espanha como país produtor de cortiça (78,2% do valor global). Nos restantes países, ainda que com uma reduzida expressão nas importações, salientam-se países produtores (Marrocos e Tunísia) e países com capacidade de transformação instalada (Itália e EUA).

Figura 18 – Importações Portuguesas de cortiça por país de destino em 2013 (milhões de euros)

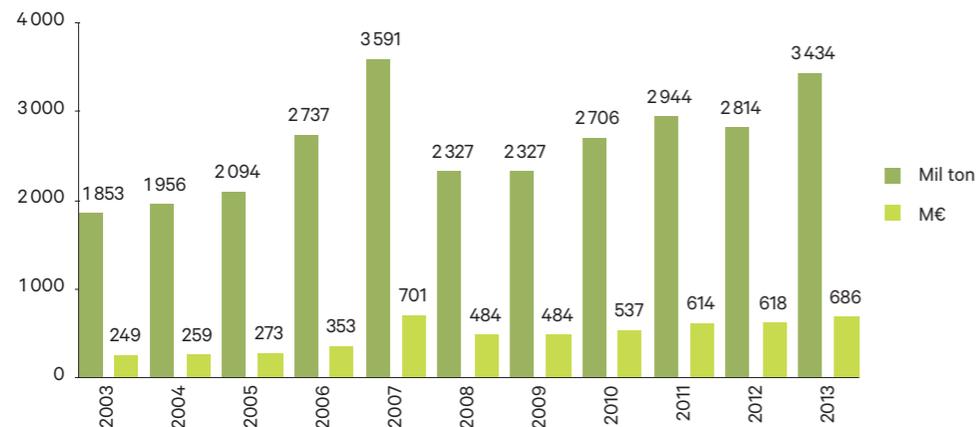


Fonte: APCOR (2014)

3.2.2 Subfileira da madeira

As exportações da subfileira da madeira retomaram a tendência de crescimento bruscamente interrompida em 2008, onde, para além da difícil conjuntura económica, o ano de 2008 representou também a introdução de restrições por parte da Comissão Europeia ao transporte de madeira, casca e vegetais susceptíveis provenientes de Portugal, decorrentes do agravamento da situação do Nematodo da Madeira do Pinheiro.

Figura 19 – Exportações Portuguesas de madeira em 2003–2013, em massa (milhares de toneladas) e em valor (milhões de euros)



Fonte: INE (2014)

O ano de 2013, com 686 milhões de euros e 3.434 milhares de toneladas apresentou valores em valor e em massa próximos dos registados em 2007, o que representou aumentos de cerca de 11% e de 22% face a 2012.

Tabela 77 – Exportações por tipo de indústria da madeira em 2011, 2012 e 2013 em massa (milhares de toneladas) e em valor (milhões de euros)

Tipo de Indústria	2011		2012		2013	
	(mil ton)	(M€)	(mil ton)	(M€)	(mil ton)	(M€)
Madeira em estilhas, serradura, desperdícios e resíduos de madeira (incluindo pellets e briquetes)	633,3	78,8	690,3	87,2	939,7	117,0
Carpintaria	90,7	150,4	96,4	159,6	89,3	160,3
Painéis	479,1	176,8	491,3	185,6	530,4	198,7
Serração	1.727,4	204,6	1.520,3	183,2	1.864,2	208,1
Outros	13,1	3,3	15,2	2,8	10,4	1,8
Total	2.943,7	613,9	2.813,5	618,3	3.434,0	685,8

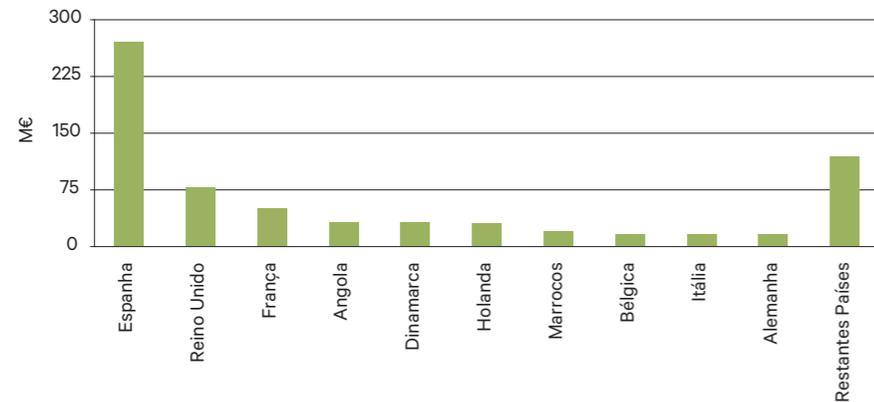
Fonte: INE (2014)

O desempenho dos principais tipos de indústria desta subfileira em 2013 apresentou as seguintes tendências comparativamente a 2011:

- Madeira em estilhas, serradura, desperdícios e resíduos de madeira (incluindo pellets e briquetes), provavelmente muito impulsionado pelo aumento da capacidade industrial instalada de pellets, apresenta um aumento das exportações em valor muito significativo, cerca de 48% (+ 38 milhões de euros);
- Carpintaria, com um aumento de 7% em valor (+9,8 milhões de euros);
- Painéis, com um aumento das exportações em valor (+ 12%, cerca de 22 milhões de euros) e em massa (+11%) também com relevância;
- Serração, foi a indústria que apresentou um crescimento mais moderado, com um aumento das exportações em valor de 2% (+3,5 milhões de euros), mantendo-se no entanto como a mais relevante desta subfileira (representa 30% do valor total das exportações em 2013);

Relativamente aos principais destinos das exportações da subfileira da madeira, a Espanha, permanece como o principal destino, representando 40% do valor total das exportações. Destaque também para o Reino Unido (11% do valor), a França (8% do valor) e Angola (4,8%). Saliente-se que cerca de 75% das exportações está concentrado em sete países.

Figura 20 – Exportações Portuguesas de madeira por país de destino em 2013 (milhões de euros)

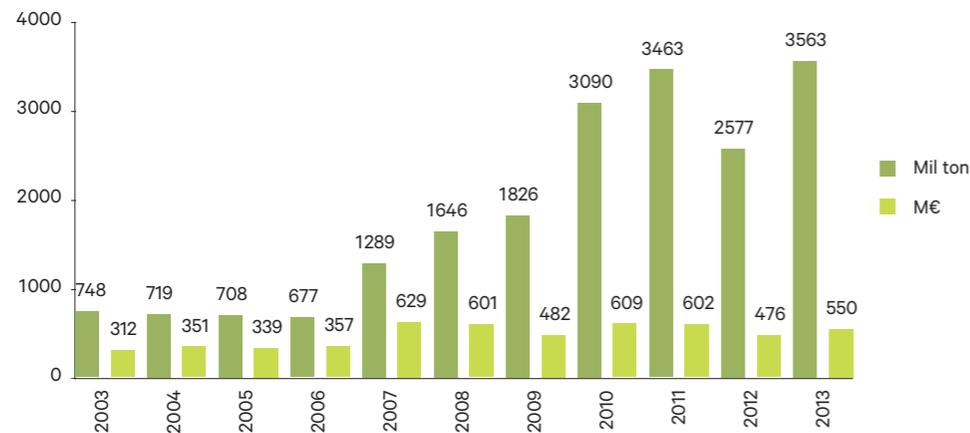


Fonte: INE (2014)

As importações de madeira apresentam uma tendência clara de aumento em volume, iniciada em 2007, e que tem vindo a acentuar-se.

Saliente-se o facto de 2013 apresentar o valor mais elevado de importações em volume (2.563 milhares de toneladas), um acréscimo de 376% face a 2003; registe-se também o aumento das importações em valor, que não sendo tão significativo, representou cerca de 77% (+ 239 milhões de euros).

Figura 21 – Importações portuguesas de madeira em 2003–2013, em massa (milhares de toneladas) e em valor (milhões de euros)



Fonte: INE (2014)

Atendendo às importações por tipo de indústria salienta-se, em particular as serrações, responsáveis por 68% do volume e 48% do valor das importações em 2013, seguindo-se a indústria dos painéis, que representam (2013) 27% do valor das importações e 9,5% do volume das importações.

No período em análise fica evidente, em 2012, o decréscimo global das importações em todos os tipos de indústrias, e a recuperação do valor e volume das importações ocorrido

em 2013. A única exceção é a indústria da carpintaria, que apresentou quebras sucessivas, em valor e em volume.

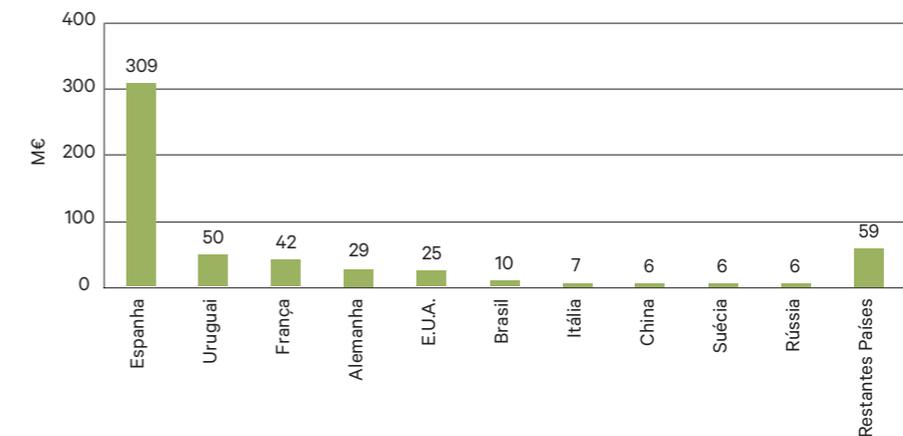
Tabela 78 – Importações por tipo de indústria da madeira em 2011, 2012 e 2013 em massa (milhares de toneladas) e em valor (milhões de euros)

Tipo de indústria	2011		2012		2013	
	(mil ton)	(M€)	(mil ton)	(M€)	(mil ton)	(M€)
Madeira em estilhas, serradura, desperdícios e resíduos de madeira (incluindo pellets e briquetes)	1.135	100	489	46	727	64
Carpintaria	50	89	38	66	32	60
Painéis	330	169	286	143	339	150
Serração	1.901	233	1.707	211	2.431	266
Outros	48	12	57	9	33	11
Total	3.463	602	2.577	476	3.563	550

Fonte: INE (2014)

A origem das importações da subfileira da madeira em 2013 revela uma elevada concentração do consumo em Espanha, particularmente no que concerne ao volume, que representa 72% do total. Uruguai (9%), França (7,7%), Alemanha (5,3%) e EUA (4,6%) representam em conjunto 26,6% do valor total das importações.

Figura 22 – Importações Portuguesas de madeira por país de origem em 2013 (milhões de euros)



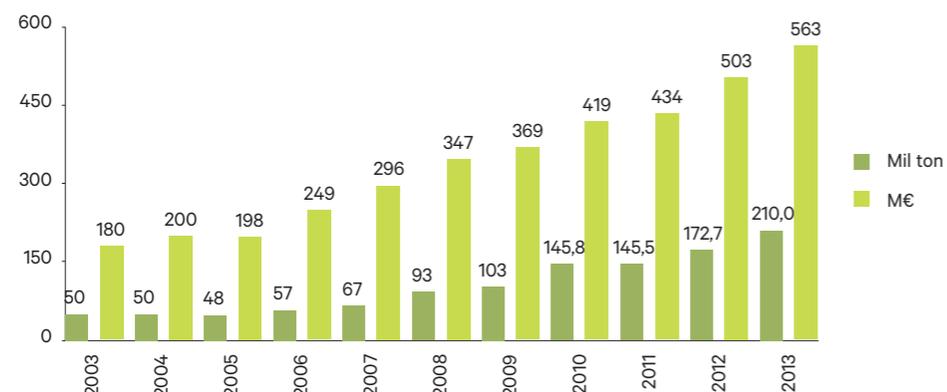
Fonte: INE (2014)

3.2.3 Subfileira do mobiliário de madeira

As exportações de mobiliário de madeira mantêm a forte tendência de crescimento não tendo, inclusive, sofrido qualquer quebra significativa. Em 2013, e comparativamente a 2012, registou-se um claro reforço das exportações em volume (+22%), e em valor (+12%), tendo sido o ano de maior valor de exportações, 563 milhões de euros.

A evolução entre 2003 e 2013 é por isso muito positiva com um aumento do valor das exportações de 212 % (+383 milhões de euros).

Figura 23 – Exportações portuguesas de mobiliário de madeira 2003–2013, em massa (milhares de toneladas) e em valor (milhões de euros)



Fonte: INE (2014)

Dentro do mobiliário, no que concerne ao comportamento das exportações nos últimos três anos, é possível salientar:

- Com exceção dos outros móveis de madeira, todos os restantes tipos de produtos apresentaram um crescimento do valor das exportações;
- Móveis de madeira, do tipo utilizado em salas de jantar e de estar, são o produto com maior preponderância (representam cerca de 42% do total do valor destas exportações) e os que apresentaram maior crescimento em termos nominais (+70,6 milhões de euros) face a 2011;
- Móveis de madeira, do tipo utilizado em quartos de dormir, com um crescimento de 37% face a 2011 (+29 milhões de euros);
- Móveis de madeira, do tipo utilizado em cozinhas, são o produto com maior crescimento de valor das exportações em termos relativos (77%, cerca de 12,7 milhões de euros).

Tabela 79 – Exportações por tipo de produto da subfileira do mobiliário em 2011, 2012 e 2013, em massa (milhares de toneladas) e em valor (milhões de euros)

Tipo de Produto	2011		2012		2013	
	(mil ton)	(M€)	(mil ton)	(M€)	(mil ton)	(M€)
Assentos com armação de madeira, estofados	6,2	42,1	6,7	48,6	7,2	52,2
Assentos com armação de madeira, não estofados	0,6	4,2	0,6	5,4	0,8	6,5
Móveis de madeira, do tipo utilizado em escritórios	2,9	15,2	3,7	19,1	3,5	18,2

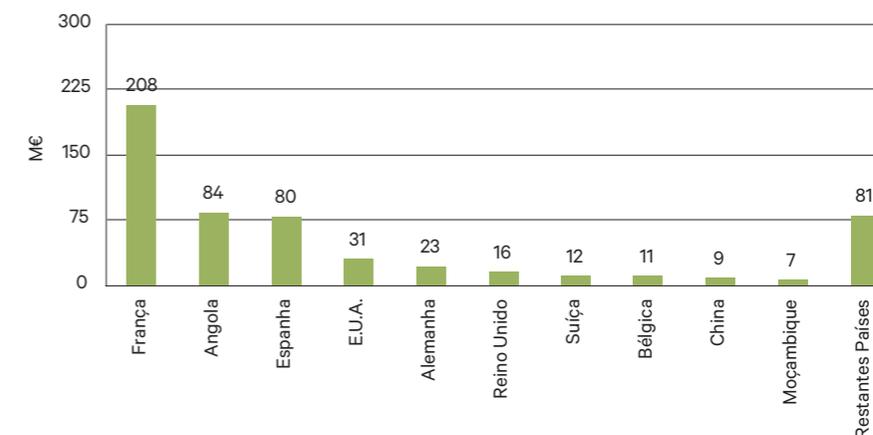
Móveis de madeira, do tipo utilizado em cozinhas	4,3	16,4	5,1	22,8	5,7	29,1
Móveis de madeira, do tipo utilizado em salas de jantar e de estar	57,3	165,3	71,4	198,3	100,8	235,9
Móveis de madeira, do tipo utilizado em quartos de dormir	29,1	79,4	47,7	104,4	48,8	108,8
Outros móveis de madeira	43,6	109,5	34,6	94,4	41,6	107,8
Construções pré-fabricadas de madeira	1,4	2,1	3,0	10,1	1,5	5,0
Total	145,5	434,3	172,7	503,1	210,0	563,5

Fonte: INE (2014)

Quanto aos destinos das exportações do mobiliário de madeira em 2013, é possível identificar as seguintes constatações:

- Os dez principais destinos das exportações representam 86% do valor total das exportações;
- A nível individual, o destaque vai para a França (37%), Angola (15%) e Espanha (14%), que em conjunto representam 66% do valor total das exportações;
- Destaque para Angola que já representa 84 milhões de euros em exportações.

Figura 24 – Exportações Portuguesas de mobiliário de madeira por país de destino em 2013 (milhões de euros)



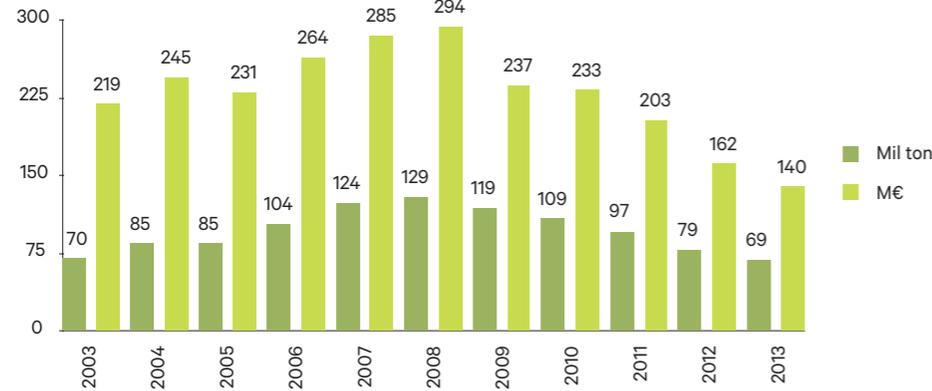
Fonte: INE (2014)

As importações de mobiliário de madeira nos últimos dez anos mantiveram os dois padrões de comportamentos distintos:

- aumento crescente do valor e volume das importações até 2008, ainda que com algumas oscilações ligeiras;
- tendência acentuada de quebra das importações face a 2009.

Em 2013 o valor das importações foi de cerca de 140 milhões de euros, uma redução de 53% face a 2008.

Figura 25 – Importações portuguesas de mobiliário de madeira 2003–2013, em massa (milhares de toneladas) e em valor (milhões de euros)



Fonte: INE (2014)

A redução do valor das importações de mobiliário de madeira é extensível a todos os produtos, com especial incidência nos móveis de madeira (de uma forma geral) e assentos com armação de madeira estofados.

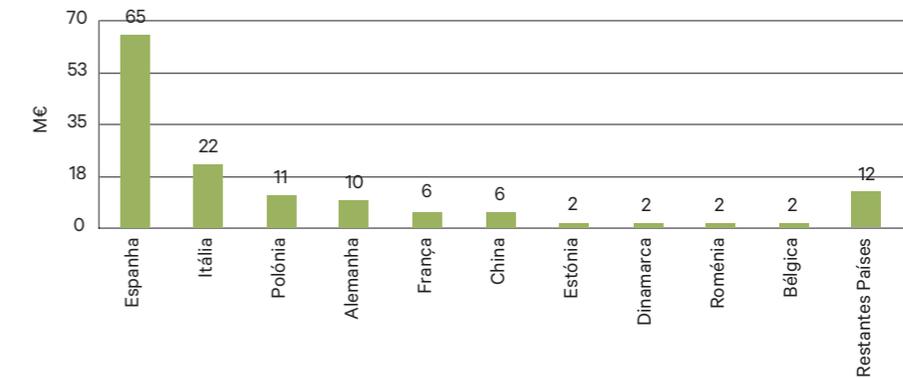
Tabela 80 – Importações por tipo de produto da subfileira do mobiliário em 2011, 2012 e 2013 em massa (milhares de toneladas) e em valor (milhões de euros)

Tipo de Produto	2011		2012		2013	
	(mil ton)	(M€)	(mil ton)	(M€)	(mil ton)	(M€)
Assentos com armação de madeira, estofados	8	31	5	21	4	18
Assentos com armação de madeira, não estofados	2	7	2	6	1	6
Móveis de madeira, do tipo utilizado em escritórios	3	10	3	9	3	9
Móveis de madeira, do tipo utilizado em cozinhas	8	20	7	14	6	14
Móveis de madeira, do tipo utilizado em salas de jantar e de estar	12	27	9	21	7	17
Móveis de madeira, do tipo utilizado em quartos de dormir	16	27	13	22	9	17
Outros móveis de madeira	44	78	39	66	36	58
Construções pré-fabricadas de madeira	2	5	1	2	1	2
Total	97	203	79	162	69	140

Fonte: INE (2014)

Quanto à origem das importações, o destaque vai por completo para a Espanha, com valores de importação de 65 milhões de euros (47% do total no ano de 2013). Seguem-se a Itália, a Polónia e Alemanha, embora com valores menos representativos (em conjunto, cerca de 30% do valor total das importações em 2010).

Figura 26 – Importações portuguesas de mobiliário de madeira por país de origem em 2013 (milhões de euros)

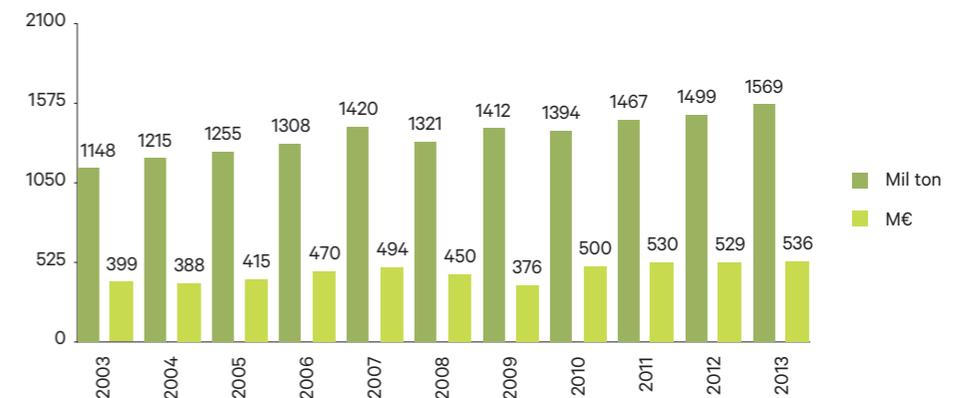


Fonte: INE (2014)

3.2.4 Subfileira do papel e cartão

As exportações de papel e cartão têm mantido a forte tendência de crescimento iniciada em 2000. Em 2013, e comparativamente a 2012, registou-se um reforço das exportações em volume (+3,2%), e em valor (+6,1%), tendo sido o ano em que foi ultrapassada a barreira dos 1.700 milhões de euros.

Figura 27 – Exportações portuguesas de papel e cartão 2003–2013 em massa (milhares de toneladas) e em valor (milhões de euros)



Fonte: INE (2014)

Para a subfileira papel e cartão, no que concerne ao comportamento das exportações entre 2011 e 2013, é possível salientar:

- O papel e cartão de escrita e impressão é o principal produto exportado, representando 68% do valor total das exportações desta subfileira em 2013, com um crescimento face a 2011 de 5,2% (+57 milhões de euros);
- Os papéis de usos domésticos e sanitários foram único produto que apresentou um decréscimo no valor das exportações, ainda que pouco significativo (- 5,9%);

- O papel e cartão kraft e os papéis para embalagens de produtos e outros cartões, apresentaram crescimento em termos relativos equivalente (+4%), representando, em conjunto, cerca de 16%;

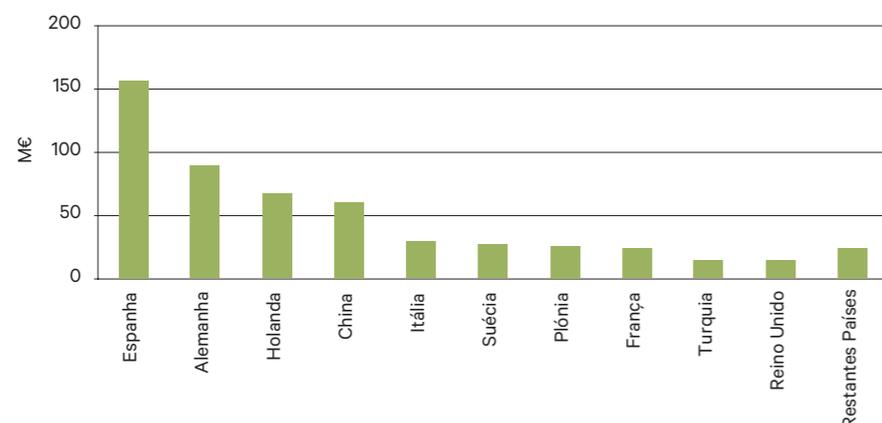
Tabela 81 – Exportações por tipo de produto na subfileira do papel e cartão, em 2011, 2012 e 2013 em massa (milhares de toneladas) e em valor (milhões de euros)

Tipo de Produto	2011		2012		2013	
	(mil ton)	(M€)	(mil ton)	(M€)	(mil ton)	(M€)
Papel e cartão de escrita e impressão	1.464	1.104	1.448	1.105	1.467	1.161
Papéis de usos domésticos e sanitários	11	11	14	12	11	10
Papel e cartão kraft, em rolos ou folhas	283	150	274	144	272	156
Papéis para embalagens de produtos e outros cartões	77	114	87	133	81	119
Outros papéis e cartões	142	213	154	212	210	257
Total	1.978	1.592	1.978	1.606	2.040	1.704

Quanto aos destinos das exportações de papel e cartão em 2013, é possível constatar:

- Os dez principais destinos das exportações representam 78,7% do valor total das exportações;
- A nível individual, o destaque vai para a Espanha, Alemanha e a França, que em conjunto representam 47% do valor total das exportações;
- Destaque para Angola que já representa 4,1% do valor das exportações (70 milhões de euros).

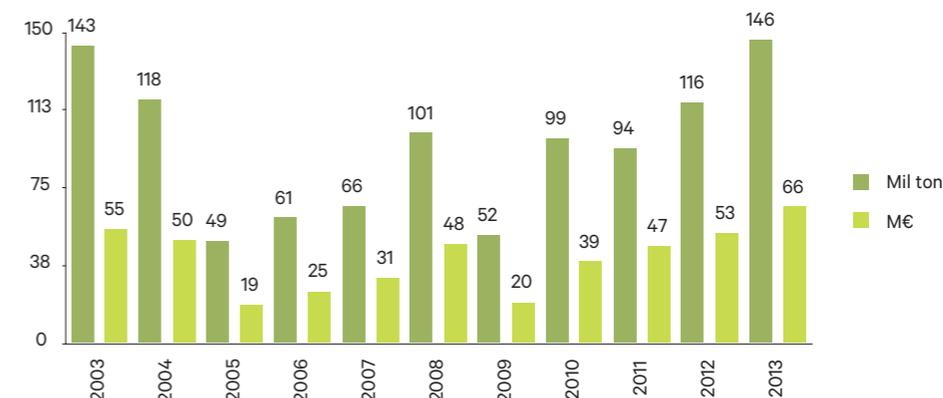
Figura 28 – Exportações portuguesas de papel e cartão por país de destino em 2013 (milhões de euros)



Fonte: INE (2014)

As importações de papel e cartão nos últimos dez anos apresentam uma tendência de crescimento até 2010, momento a partir do qual se inicia uma redução do valor das importações, só invertida no último ano. Em 2013 as importações de papel atingiram cerca 959 milhões de euros, o que representa um aumento de 2,8% (+ 26 milhões de euros).

Figura 29 – Importações portuguesas de papel e cartão 2003–2013 em massa (milhares de toneladas) e em valor (milhões de euros)



Fonte: INE (2014)

Na subfileira papel e cartão, no que concerne ao comportamento das importações nos últimos três anos, destaca-se uma redução generalizada nos diversos produtos, com exceção do valor das importações do papel, cartão, pasta de celulose e mantas de fibras de celulose, que aumentaram em cerca de 15,8% o valor das suas importações. Este foi também, em 2013, o principal tipo de produto importado (188 milhões de euros) representando cerca de 20% do valor total das importações.

Importa salientar que as importações neste âmbito correspondem sobretudo ao papel não produzido em Portugal.

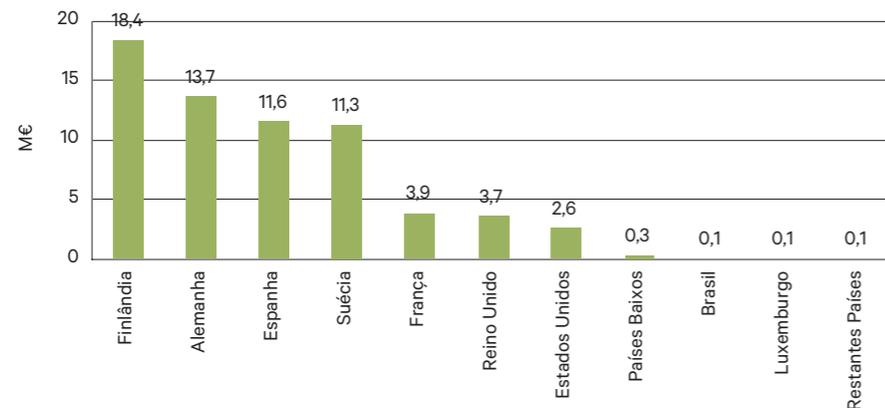
Tabela 82 – Importações por tipo de produto na subfileira do papel e cartão, em 2011, 2012 e 2013 em massa (milhares de toneladas) e em valor (milhões de euros)

Tipo de Produto	2011		2012		2013	
	(mil ton)	(M€)	(mil ton)	(M€)	(mil ton)	(M€)
Papel de jornal	66,9	35,7	56,2	28,8	55,8	27,5
Papel e cartão de escrita e impressão, não revestidos	61,8	56,2	59,3	50,5	56,5	49,4
Papel e cartão de escrita e impressão, revestidos, sem pasta mecânica	76,2	62,8	74,0	57,0	69,6	54,0
Papel e cartão de escrita e impressão, revestidos, com pasta mecânica	143,6	119,8	143,4	110,6	141,6	108,5
Papel, cartão, pasta de celulose e mantas de fibras de celulose	64,6	162,8	67,9	174,4	72,2	188,4
Papéis de usos domésticos e sanitários	119,9	244,2	85,4	110,5	83,0	108,9
Papel e cartão kraft, em rolos ou folhas	95,9	78,2	93,0	72,0	96,8	73,5
Papéis para embalagens de produtos e outros cartões	49,8	78,0	56,8	83,3	54,8	85,2
Outros papéis e cartões	322,6	263,6	325,7	245,3	358,7	263,3
Total	1.001	1.101	962	932	989	959

Fonte: INE (2014)

Relativamente aos principais países fornecedores salienta-se a Espanha, com valores de importação de 542 milhões de euros (57% do total no ano de 2013). Seguem-se a Alemanha, a França e a Itália, embora com valores muito menos representativos (em conjunto, cerca de 23% do valor total das importações em 2013).

Figura 30 – Importações portuguesa de papel e cartão por país de destino em 2013 (milhões de euros)



Fonte: INE (2014)

3.2.5 Subfileira da pasta de papel

As exportações portuguesas de pasta apresentam, de uma forma geral, uma tendência de crescimento em volume e em valor. Em 2013, ainda que com um crescimento pouco significativo do valor das exportações (1,3%) e do volume (4,7%), face a 2012, foi o ano que registou maior valor de exportações de pasta, cerca de 536 milhões de euros. Entre 2003 e 2013 o valor das exportações de pasta registou um aumento significativo de 34% (+137 milhões de euros).

Figura 31 – Exportações portuguesas de pasta de papel 2003–2013 em massa (milhares de toneladas) e em valor (milhões de euros)



Fonte: INE (2014)

Relativamente aos tipos de produtos exportados o destaque vai para a pasta de eucalipto branqueada ao sulfato que é de forma muito expressiva o principal produto de pasta exportado:

- Um valor de exportação em 2013 (435 milhões de euros) que representa 81% das exportações totais de pasta;
- Um volume de exportação em 2013 (1078 milhares de toneladas) que representa 69% das exportações totais de pasta.
- Um aumento face a 2011 de 21% do valor das exportações (+76 milhões de euros) e de 31% do volume das exportações.

Tabela 83 – Exportações por tipo de produto na subfileira da pasta de papel, em 2011, 2012 e 2013 em massa (milhares de toneladas) e em valor (milhões de euros)

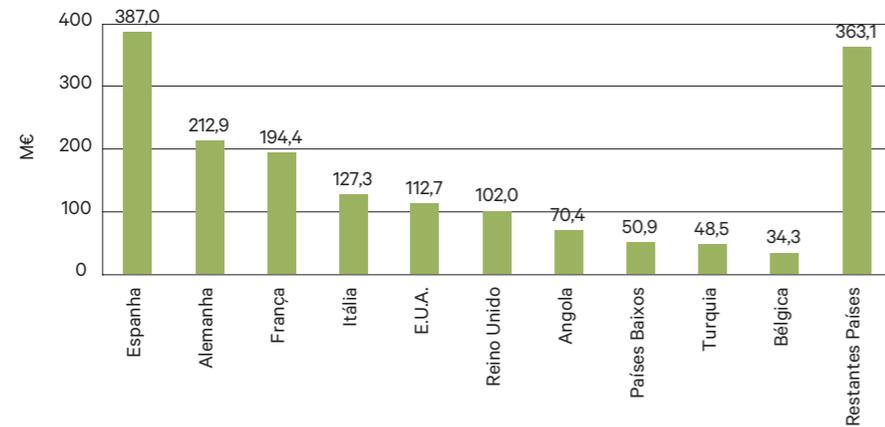
Tipo de Produto	2011		2012		2013	
	Massa (mil ton)	Valor (M€)	Massa (mil ton)	Valor (M€)	Massa (mil ton)	Valor (M€)
Pasta de Eucalipto Branqueada ao Sulfato	822	359	981	414	1.078	435
Pasta de Eucalipto Branqueada ao Sulfito	105	54	92	55	91	52
Outras pastas	80	47	9	4	0	1
Papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas)	460	70	417	55	401	49
Total	1.467	530	1.499	529	1.569	536

Fonte: INE (2014)

Quanto aos principais destinos de exportação de pasta é possível salientar relativamente ao ano 2013:

- Espanha foi o principal consumidor das exportações portuguesas de pasta para papel;
- Cerca de 72% das exportações de pasta (em volume) estão concentradas em 4 países: Espanha, Alemanha, Holanda e China;
- Clara predominância de exportação para países europeus: dos dez principais destinos, oito são de países europeus;
- A China foi o quarto destino em termos de valor e volume de exportações.

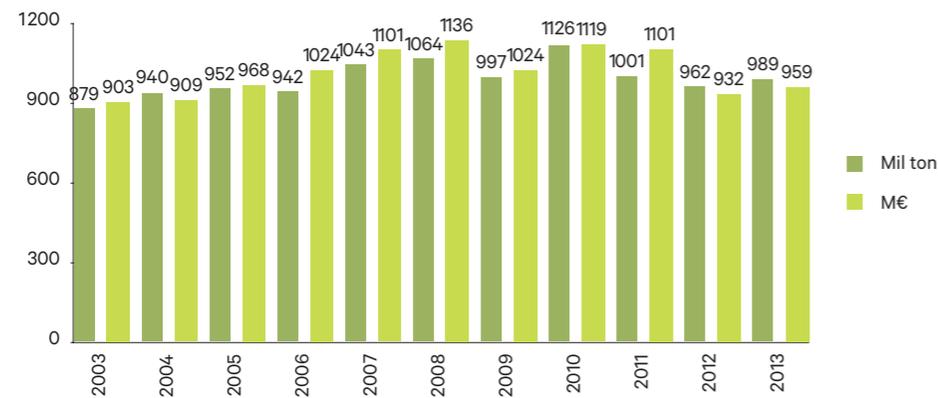
Figura 32 – Exportações portuguesas de pasta de papel por país de destino em 2013 (milhões de Euros)



Fonte: INE (2014)

Na análise às importações de pasta para papel nos últimos dez anos é possível salientar a clara tendência de aumento retomada em 2009, e que fez com que em 2013 se importasse 66 milhões de euros de pasta, o valor mais elevado ocorrido entre 2003 e 2013. Também o volume das importações apresentou o seu valor mais elevado em 2013.

Figura 33 – Importações portuguesas de pasta 2003–2013 em massa (milhares de toneladas) e em valor (milhões de euros)



Fonte: INE (2014)

A análise aos principais tipos de produtos importados nos três últimos anos revela que a pasta de pinho branqueada ao sulfato e a pasta de eucalipto branqueada ao sulfato foram os principais tipos de pasta importados, representando, em conjunto, cerca de 79% do volume total importado e 87% do valor das importações (57 milhões de euros).

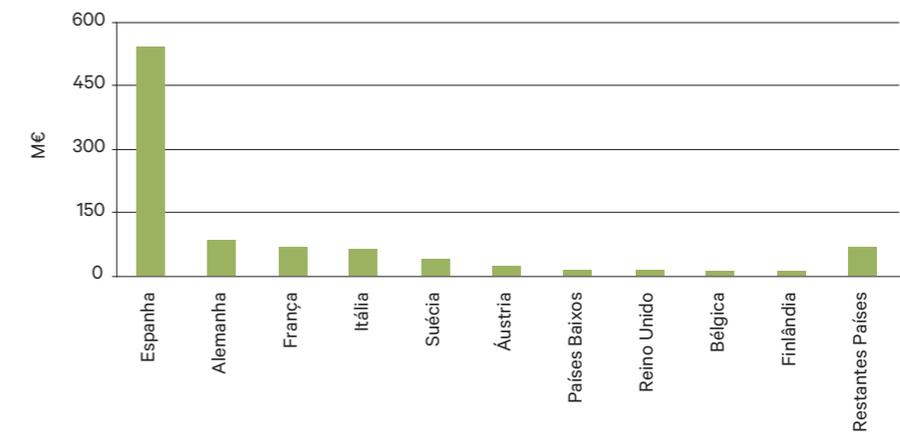
Tabela 84 – Importações por tipo de produto na subfileira da pasta de papel, em 2011, 2012 e 2013 em massa (milhares de toneladas) e em valor (milhões de euros)

Tipo de Produto	2011		2012		2013	
	Massa (mil ton)	Valor (M€)	Massa (mil ton)	Valor (M€)	Massa (mil ton)	Valor (M€)
Pasta de Eucalipto Branqueada ao Sulfato	12,7	6,5	15,4	7,3	25,1	12,7
Pasta de Pinho Branqueada ao Sulfato	65,0	35,2	82,8	40,7	90,8	44,9
Pasta de madeira obtida pela combinação de processos mecânicos e químicos	0,0	0,1	1,6	0,7	5,7	2,5
Outras pastas	2,1	1,4	1,0	0,8	1,7	1,2
Papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas)	14,3	3,8	15,3	3,7	23,0	4,7
Total	94	47,0	116,04	53	146	65,9

Fonte: INE (2014)

Quanto aos países de origem das importações de pasta, e relativamente ao ano de 2013, constata-se que Finlândia, Alemanha, Espanha e Suécia representam cerca de 84% do valor global das importações.

Figura 34 – Importações Portuguesas de pasta por país de origem em 2013 (milhões de euros)



Fonte: INE (2014)

4

A investigação no domínio da fileira florestal



4.1

Unidades de investigação e desenvolvimento (I&D)

A FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia está neste momento a proceder à avaliação das unidades de investigação científica e de desenvolvimento tecnológico, incluindo as unidades de I&D que beneficiam do estatuto de Laboratório Associado, com o objetivo de reforçar o papel das Unidades de I&D como um pilar fundamental na consolidação de um sistema de I&D moderno e competitivo.

Nesta fase (consulta do website da FCT a 29 de junho de 2014) está concluída a 1.ª fase deste processo, no qual foram avaliados 322 candidaturas.

Estão atualmente constituídos 26 Laboratórios Associados, não existindo, no entanto, nenhum cuja área científica principal seja a Engenharia Florestal/Silvicultura, contudo diversas destas entidades desenvolvem projetos nesta linha de investigação. No entanto é de salientar que a Rede de Investigação em Biodiversidade e Biologia Evolutiva (InBIO) tem como unidade constituinte deste Laboratório Associado o Centro de Ecologia Aplicada “Professor Baeta Neves” (em parceria com o Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos) e como instituição parceira o Instituto Superior de Agronomia – Universidade Técnica de Lisboa, entidades com actividade na área científica da Engenharia Florestal/Silvicultura.

Assim, tal como referido no Relatório de Caracterização da Fileira Florestal 2010 (AIFF, 2010), encontram-se apenas disponíveis os resultados relativos à última avaliação efetuada (2007–2008), a qual incidiu sobre 383 Unidades de I&D integradas no financiamento da FCT. As unidades de I&D avaliadas estão distribuídas por 25 áreas científicas principais, que vão desde a Ciência e Engenharia de Materiais até à Sociologia, Antropologia, Demografia, e Geografia. No que concerne a este estudo, a título de exemplo, apresentam-se os resultados obtidos para as unidades de I&D diretamente relacionadas com a área científica Engenharia Florestal/Silvicultura (integradas na área científica geral Ciências Agrárias) classificadas com *Bom* ou *Muito Bom*.

Tabela 85 – Unidades de I&D da área científica Engenharia Florestal/Silvicultura

Unidade de I & D	Instituição	N.º Total de Investigadores
Centro de Ecologia Aplicada Prof. Baeta Neves	Instituto Superior de Agronomia – Universidade Técnica de Lisboa	33
Centro de Estudos de Recursos Naturais, Ambiente e Sociedade – CERNAS [AGR-Centro-Coimbra-681]	Escola Superior Agrária de Coimbra – Instituto Politécnico de Coimbra	117
Centro de Estudos Florestais	Instituto Superior de Agronomia – Universidade Técnica de Lisboa	102
Centro de Investigação de Montanha	Escola Superior Agrária de Bragança – Instituto Politécnico de Bragança	69
Centro de Investigação e de Tecnologias Agro-Ambientais e Biológicas	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	95
Instituto de Ciências Agrárias Mediterrânicas – ICAM	Universidade de Évora	157

Fonte: FCT (2007)

No domínio florestal, não estando abrangidos pelo Programa de Financiamento Plurianual da FCT, salientam-se ainda três organismos com responsabilidades em I&D: o Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P. (INIAV), o RAIZ – Instituto de Investigação da Floresta e Papel e o CTCOR – Centro Tecnológico da Cortiça.

O Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P. (INIAV) é o Laboratório de Estado do Ministério da Agricultura e do Mar (MAM), que desenvolve atividades de investigação nas áreas agronómica e veterinária.

O INIAV foi criado em 2012, ficando com as atribuições relacionadas com a investigação agrária (do L-INIA) e veterinária (do L-LNIV) do antigo Instituto Nacional dos Recursos Biológicos I.P. (INRB). É um instituto público integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio, organizado em quatro Unidades Estratégicas de Investigação e Serviços, uma das quais, Sistemas Agrários e Florestais e Sanidade Vegetal, integra as atividades de investigação, desenvolvimento, experimentação e inovação em vários domínios, destacando-se os domínios dos Sistemas Florestais e da Sanidade Vegetal Agrícola e Florestal, mais diretamente relacionados com o setor.

Tabela 86 – Unidade de I&D da área científica Engenharia Florestal/Silvicultura sob a tutela do Estado

Unidade de I & D	Instituição	N.º Total de Investigadores
Unidade de Sistemas Agrários e Florestais e Sanidade Vegetal – Domínio Sistemas Florestais	INIAV	36

Fonte: INIAV, I.P. (2014)

O RAZ é um organismo privado, sem fins lucrativos, que tem como sócios o grupo Portucel Soporcel, a Universidade de Coimbra, a Universidade de Aveiro e o I.S.A. – Instituto Superior de Agronomia. Possui como objetivo reforçar a competitividade dos setores florestal e papelero, através da investigação, do apoio tecnológico e da formação especializada. Na área da I&D desenvolve as suas atividades na componente florestal e tecnológica.

O CTCOR é um organismo sem fins lucrativos (pessoa coletiva de utilidade pública), reconhecido pelo governo português como centro de competência, e tem cerca de 200 associados. O CTCOR tem 70% de fundos privados, sendo o restante valor assegurado através de vários organismos públicos. Desenvolve investigação nas seguintes áreas: qualidade ambiente, energia, inovação técnica e tecnológica, estratégia, higiene e segurança no trabalho.

4.2 Investimento global em I&D

A partir dos resultados obtidos através dos inquéritos⁵ realizados na última década (periodicidade anual a partir de 2008 e bienal de 1982 a 2007) a entidades com atividades de I&D, foram identificados alguns resultados para o setor empresas, agregando a informação disponível nos CAE 02 (Silvicultura e exploração florestal), 16 (Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; fabricação de obras de cestaria e de espartaria), 17 (Fabricação de pasta, de papel, cartão e seus artigos) e 31 (Fabricação de mobiliário e de colchões).

⁵ O Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN) é a base de informação estatística oficial sobre recursos humanos e financeiros afetos a atividades de investigação e desenvolvimento (I&D) em Portugal. É uma operação estatística censitária, sustentada na recolha de dados por indivíduo, unidade ou organismo com atividades de I&D, enquadradas nos setores Empresas ou Instituições – abrange unidades do Estado, Ensino Superior e Instituições Privadas sem Fins Lucrativos – IPSFL (Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais / Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior).

Tabela 87 – Despesas em I&D, a preços correntes, no setor empresas da fileira florestal (CAE 02, 16, 17 e 31) (milhares de euros), por ano

Indicador	2003	2005	2007	2008	2009	2010	2011
Total Empresas Portugal	338.038 €	462.015 €	1.010.790 €	1.295.099 €	1.311.070 €	1.266.296 €	1.216.346 €
Empresas Fileira Florestal	13.314 €	8.818 €	28.123 €	23.728 €	16.925 €	20.817 €	26.689 €
Empresas Fileira Florestal em % Total	3,9%	1,9%	2,8%	1,8%	1,3%	1,6%	2,2%

Fonte: DGEEC (2012)

Da análise da Tabela 87 resultam algumas constatações:

- As empresas da fileira florestal, após uma redução acentuada do investimento em I&D nos anos de 2008 e, particularmente, 2009, muito provavelmente devido aos impactos da crise económica e financeira, inverteram essa tendência em 2010 e 2011, tendo neste último ano apresentado o segundo valor mais elevado da década.

Analisando as despesas em I&D, por tipo de investigação (Tabela 88), é possível constatar que as empresas da fileira florestal têm direcionado os seus investimentos para o Desenvolvimento Experimental, dando prioridade à utilização de conhecimentos existentes, obtidos por investigação e/ou experiência prática, com vista à fabricação de novos materiais ou produtos, à instalação de novos processos, sistemas ou serviços, ou à melhoria significativa dos já existentes. Esta opção representou cerca de 73% do investimento total em I&D realizado pelas empresas entre 2003 e 2011 e cerca de 78% se analisarmos só o ano de 2011.

Tabela 88 – Despesas em I&D, a preços correntes, no setor empresas da fileira florestal (CAE 02, 16, 17 e 31) (milhares de euros), por tipo de investigação

Ano	Tipo de investigação		
	Investigação fundamental	Investigação aplicada	Desenvolvimento experimental
2011	350 €	5.497 €	20.842 €
2010	2.957 €	4.367 €	13.493 €
2009	504 €	3.164 €	12.549 €
2008	455 €	7.240 €	16.032 €
2007	1.141 €	5.708 €	21.274 €
2005	84 €	1.788 €	6.946 €
2003	263 €	3.097 €	9.954 €
Total	5.755 €	30.861 €	101.091 €

Fonte: DGEEC (2012)

4.3 Áreas de I&D

As ações de I&D realizadas nos últimos anos no âmbito da fileira florestal, têm abrangido diversas áreas científicas e recorrido a vários programas.

No âmbito do QREN (2007–2013), o SI I&DT – Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico nas Empresas, apoia projetos de investigação e desenvolvimento tecnológico (I&DT) e de demonstração tecnológica, individuais ou em co-promoção, liderados por empresas ou, no caso de projetos de I&DT Coletiva, promovidos por associações empresariais, representando os interesses e necessidades de um conjunto significativo de empresas. Intervém igualmente, ao nível da capacitação e reforço de competências internas de I&DT e da valorização de resultados de I&DT junto das empresas.

Os resultados obtidos até à data (consulta online no portal do QREN – lista de projetos aprovados até 12 de junho de 2014) permitem avaliar as iniciativas em I&D da Fileira Florestal concretizadas até ao momento através deste programa de financiamento:

- 2,4% do número total de projetos aprovados;
- 2,7% do volume total de investimento aprovado.

Tabela 89 – Projetos I&DT QREN aprovados, em número e em valor (euros)

Projetos I&DT QREN da Fileira Florestal Aprovados	Número	Investimento Total (€)	Investimento Privado (€)
Total I&DT (todos os CAE)	1.790	1.216.207.931 €	559.668.898 €
Fileira Florestal	76	33.321.011 €	13.365.099 €
Projetos da Fileira Florestal Aprovados (em % do total)	4,2%	2,7%	2,4%

Fonte: QREN (2014)

Efetuando a análise por subfileira (Tabela 90), constata-se que é a subfileira da cortiça que possui maior volume de investimento em I&D, com cerca de 16,5 milhões de euros (49,5% do total da fileira florestal). É ainda de salientar o facto das Atividades de Silvicultura e Exploração Florestal representarem 12,8% do volume de investimento dos projetos I&D QREN da fileira florestal.

Tabela 90 – Valor global (Euros) dos projetos I&DT QREN da fileira florestal aprovados

Projetos I&DT QREN da Fileira Florestal Aprovados	Investimento Total (€)	Investimento Privado (€)	Montante (em % do Total)
Fileira Florestal	33.321.011	13.365.099	100,0%
Subfileira da Pasta e Papel	9.622.981	3.702.388	28,9%
Subfileira da Cortiça	16.498.354	6.630.087	49,5%
Subfileira da Madeira e Mobiliário	2.945.295	1.511.281	8,8%
Atividades de Silvicultura e Exploração Florestal	4.254.381	1.521.343	12,8%

Fonte: QREN (2014)

O investimento privado associado a estes projetos do SI I&DT do QREN representa cerca de 40,1% do investimento total, aproximadamente 13,4 milhões de euros.

A subfileira do eucalipto/pasta e papel tem também realizado fortes investimentos em I&D (Tabela 91), designadamente na área da gestão florestal, na qualidade da madeira para a produção de pasta e papel e na produtividade dos povoamentos de eucalipto, apresentando um investimento médio de cerca de 2,8 milhões de euros desde 2003.

Tabela 91 – Investimento em I&D da subfileira do eucalipto (euros)

Ano	Investimento I&D (€)
2003	2.574.000,00 €
2004	2.368.000,00 €
2005	3.038.000,00 €
2006	2.712.000,00 €
2007	2.589.000,00 €
2008	2.875.000,00 €
2009	2.803.000,00 €
2010	2.500.000,00 €
2011	2.955.000,00 €
2012	3.456.000,00 €

Fonte: CELPA (2012)

Uma pesquisa realizada a partir dos projetos apoiados pela FCT entre 2003–2013 para a fileira florestal, identificando espécies, produtos, processos, gestão, etc., diretamente relacionados com esta Fileira, permite obter uma perceção da abrangência das áreas científicas, do número de projetos desenvolvidos e do montante investido por área científica. Da análise da Tabela 92, salienta-se:

- Projetos de I&D que abrangem 12 áreas científicas;
- Volume de investimento em I&D na fileira florestal de 19 milhões de euros (para fundos com origem FCT);
- A área científica com maior número de projetos (86) e verba de financiamento (cerca de 11,6 milhões de euros) é a das Ciências Florestais;

- Das restantes áreas científicas destacam-se, pela sua relevância em termos de número de projetos e montante, a Genómica Florestal, o Ambiente e a Biodiversidade, Ecologia e Conservação.

Tabela 92 – Número de projetos FCT, distribuição por área científica e montante (euros)

Áreas Científicas	N.º de Projetos FCT (2003-2013)	Distribuição de Projetos FCT (2003-2013)/Área Científica (%)	Montante (€)	Montante/Área Científica (%)
Ambiente	12	7,6%	1.596.230	8,4%
Biodiversidade, Ecologia e Conservação	7	4,5%	915.710	4,8%
Ciências e Engenharia dos Materiais	3	1,9%	345.172	1,8%
Ciências e Tecnologias do Ambiente	7	4,5%	618.192	3,2%
Ciências Florestais	86	54,8%	11.644.115	61,1%
Ciências Sociais	2	1,3%	288.492	1,5%
Economia e Gestão	1	0,6%	51.460	0,3%
Engenharia Civil e Minas	5	3,2%	469.657	2,5%
Engenharia Mecânica	8	5,1%	675.974	3,5%
Engenharia Química	5	3,2%	498.726	2,6%
Genómica Florestal	20	12,7%	1.899.613	10,0%
Bioengenharia, Biotecnologia e Bioquímica	1	0,6%	49.966	0,3%
Total	157	100%	19.053.307 €	100%

Fonte: FCT (2014)

Nota: a designação das áreas científicas é adaptada com base na da FCT.

Analisando agora a dinâmica da fileira florestal na angariação de investimento para I&D através da FCT (Tabela 93), e considerando só o período 2003–2013 (processo de aprovação do investimento concluído para todas as áreas), é possível constatar que:

- Os projetos da fileira florestal aprovados representam 2,4% do n.º total de projetos aprovados pela FCT;
- O investimento em I&D aprovado para a fileira florestal representa 2,7% do investimento total.

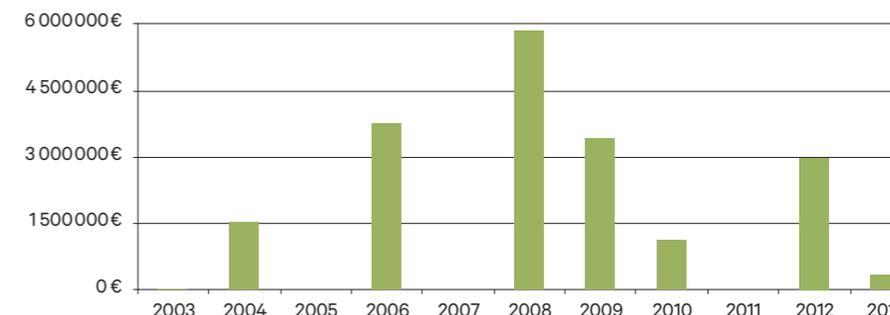
Tabela 93 – Projetos FCT aprovados (2003–2013), em número e em valor (euros)

Projetos FCT Aprovados (2003-2013)	Número	Montante (€)
Projetos FCT Aprovados (todas as áreas científicas)	6.499	697.852.240 €
Projetos da Fileira Florestal Aprovados	157	19.053.307 €
Projetos da Fileira Florestal Aprovados (em % do total)	2,4%	2,7%

Fonte: FCT (2014)

A análise à distribuição do investimento em I&D aprovado para a fileira florestal por ano permite constatar a elevada irregularidade na distribuição do mesmo ao longo deste período:

- Um valor médio anual de I&D aprovado para a fileira florestal de 2,3 milhões de euros;
- Três anos sem qualquer investimento aprovado (2005, 2007 e 2011) e o ano de 2003 com um valor residual (30.000 €);
- Um único ano (2008) com um investimento aprovado de 5,8 milhões de euros (cerca de 30% do total no período).

Figura 35 – Valor anual, em euros, dos projetos FCT da Fileira Florestal aprovados (2003–2013)


Fonte: FCT (2014)

Observando o investimento em I&D através da FCT por subfileira florestal (Tabela 94), e considerando só os projetos exclusivos de cada uma, verifica-se que a subfileira do sobreiro é a que tem aprovado maior volume de investimento, com cerca de 20,4% do total. Saliente-se também que o investimento em I&D direcionado para temáticas específicas das três principais subfileiras (cortiça; pasta, papel e cartão; e madeira e mobiliário) representa 44,7% do investimento total neste período.

Tabela 94 – Valor global (euros) dos projetos FCT da fileira florestal aprovados (2003–2013)

Projetos FCT da Fileira Florestal Aprovados (2003-2013)	Montante (€)	Montante (em % do Total)
Projetos da Fileira Florestal Aprovados	19.053.307 €	100,0%
Subfileira do Eucalipto	2.440.741 €	12,8%
Subfileira do Sobreiro	3.894.108 €	20,4%
Subfileira do Pinheiro Bravo	2.179.811 €	11,4%

Fonte: FCT (2014)

De acordo com o Diagnóstico do Sistema de Investigação e Inovação: desafios, forças e fraquezas rumo a 2020 (FCT, 2013), desenvolvido com o objetivo de contribuir para a definição posterior de uma Estratégia de Especialização Inteligente do país e das suas regiões, a estrutura da distribuição do financiamento da FCT por área científica não tem tido variação nos últimos anos. As “Ciências da Engenharia e Tecnologias” têm sido o domínio

que mais apoio tem recebido da FCT, quer no financiamento institucional do setor público, nomeadamente através das Unidades de I&D e Laboratórios Associados (36%), bem como no apoio a ideias através dos projetos de I&D (30%), sendo as “Ciências Agrárias”, onde se inclui grande parte do financiamento para a fileira florestal, e “Humanidades” os domínios com menor peso. As Ciências Naturais e as Ciências Sociais foram as áreas com maior ênfase na formação avançada dos recursos humanos.

Outra importante fonte de financiamento para a I&D na fileira florestal, em particular para a componente de desenvolvimento experimental e demonstração, foi a Acção 8.1 do PO AGRO, que decorreu entre 2000–2006, com uma taxa de participação de 100%.

O apoio a 301 projetos de desenvolvimento experimental e demonstração, desenvolvidos em parcerias institucionais distribuídas por todo o território de Portugal Continental, contribuiu para a modernização do setor agro-rural, quer através do desenvolvimento tecnológico, quer da transferência e difusão de novas tecnologias compatíveis com o ambiente e apropriadas aos diferentes sistemas agroflorestais do País e às atividades e produtos específicos regionais (Relatório Final de Execução do PO AGRO). Salientam-se as conclusões constantes deste relatório relacionadas com as três principais subfileiras:

- O reconhecimento da importância dos montados e do valor económico associado à cortiça traduziu-se em inúmeros estudos, nomeadamente sobre as vantagens da sua gestão apoiada em inventário florestal e modelos de crescimento e produção ou sobre técnicas de produção do sobreiro. O trabalho realizado permitiu a instalação de pomares por via clonal e seminal de árvores selecionadas no que respeita à qualidade da cortiça e à tolerância à secura. Conseguiu-se também uma melhoria da informação disponível em bases de dados sobre a caracterização tecnológica das cortiças portuguesas e sobre a caracterização dos povoamentos de montado de sobreiro.
- A melhoria da competitividade dos produtos florestais portugueses foi analisada do ponto de vista do planeamento e gestão das operações de exploração florestal sustentável e transporte de rolaria de madeira e da valorização dos resíduos florestais dela resultante.
- De modo a rentabilizar a produção de plantas de pinheiro bravo de qualidade em viveiro e sua posterior plantação, definiram-se normas para a aplicação de meios de luta contra agentes patogénicos e de produção e instalação de plantas.

Os projetos da fileira florestal na globalidade dos projetos da Acção AGRO 8.1 (Tabela 95) representaram cerca de 14,3% em número e cerca de 16,2% do investimento (6,9 milhões de euros).

Tabela 95 – Projetos AGRO 8.1 aprovados, em número e em valor (euros)

Indicador	Número	Montante (€)
Total AGRO 8.1 Aprovados (todas as áreas científicas)	301	42.809.700 €
Fileira Florestal	43	6.929.807 €
Projetos da Fileira Florestal Aprovados (em % do total)	14,3%	16,2%

Fonte: PO AGRO (2009)

Relativamente ao investimento por subfileira florestal (Tabela 96), constata-se que a subfileira do sobreiro é a que atingiu maior volume de investimento, com cerca de 27,3% do total. Destaque também para o facto de o investimento directa e exclusivamente relacionado com as três principais subfileiras (excluindo investimento de projetos de natureza geral, como os incêndios florestais, ou de outras subfileiras, como o pinhão) representar cerca de 60% do investimento total.

Tabela 96 – Valor global (euros) dos projetos AGRO 8.1 da fileira florestal aprovados

Projetos AGRO 8.1 da Fileira Florestal Aprovados	Montante (€)	Montante (em % do Total)
Fileira Florestal	6.929.807	100,0%
Subfileira do Eucalipto	667.173	9,6%
Subfileira do Sobreiro	1.891.644	27,3%
Subfileira do Pinheiro Bravo	1.596.705	23,0%

Fonte: PO AGRO (2009)

Ainda de acordo com o Diagnóstico do Sistema de Investigação e Inovação: desafios, forças e fraquezas rumo a 2020 (FCT, 2013), no que concerne à produção do conhecimento, a área da floresta foi identificada como uma das áreas com potencial emergente, medido pelo crescimento acentuado recente do número de publicações.

De 2000 para 2010, a alteração mais significativa na estrutura da produção científica portuguesa por área é o posicionamento das Ciências Médicas e da Saúde em primeiro lugar, quanto ao número de publicações. Em quinto lugar encontram-se as Ciências Agrárias, a qual possui seis domínios que se encontram entre os 100 domínios com mais publicações portuguesas de 2000 a 2010; no âmbito destes 6 domínios, a ‘Floresta’ com 18%, enquadra-se em terceiro lugar.

4.4 Desempenho em inovação

4.4.1 Investimento em inovação

No âmbito do investimento em inovação, salienta-se o Sistema de Incentivos à Inovação do QREN (2007-2013) que apoia projetos de investimento de inovação produtiva promovidos por empresas, a título individual ou em cooperação.

Os resultados obtidos até à data (consulta online no portal do QREN – lista de projetos aprovados até 12 de junho de 2014) permitem avaliar as iniciativas em inovação da Fileira Florestal concretizadas até ao momento através deste programa de financiamento (Tabela 97):

- 5,8% do número total de projetos aprovados;
- 10,8% do volume total de investimento aprovado no âmbito deste programa de apoio do QREN.

Tabela 97 – Projetos da fileira florestal aprovados no QREN para a área Inovação

Projetos Inovação QREN Aprovados	Número	Investimento Total (€)	Investimento Privado (€)
Total Inovação (todos os CAE)	5.903	5.792.376.816 €	2.964.772.170 €
Fileira Florestal	342	626.980.353 €	324.944.321 €
Projetos da Fileira Florestal Aprovados (em % do total)	5,8%	10,8%	11,0%

Fonte: QREN (2014)

A análise por subfileira evidencia que a subfileira da madeira e mobiliário foi a que realizou maior investimento, cerca de 278 Milhões de Euros, embora a subfileira da pasta e papel apresente valores de investimento equivalentes. Destaque também para as atividades de silvicultura e de exploração florestal que, ainda que de forma muito residual (0,02% do investimento total), também apresentaram projetos na área da inovação. O investimento privado dos projetos para a área Inovação do QREN representa cerca de 51,8% do investimento total.

Tabela 98 – Projetos das subfileiras florestais aprovados no QREN para a área Inovação

Projetos Inovação QREN da Fileira Florestal Aprovados	Investimento Total (€)	Investimento Privado (€)	Montante (em % do Total)
Fileira Florestal	626.980.353	324.944.321	100,0%
Subfileira da Pasta e Papel	263.859.785	156.445.016	42,1%
Subfileira da Cortiça	84.164.306	49.270.972	13,4%
Subfileira da Madeira e Mobiliário	278.810.923	119.191.999	44,5%
Atividades de Silvicultura e Exploração Florestal	145.339	36.334	0,02%

Fonte: QREN (2014)

4.4.2 Rede PME Inovação COTEC

A Rede PME Inovação COTEC é uma iniciativa da COTEC Portugal – Associação Empresarial para a Inovação, criada para o desenvolvimento de competências das PME e para o seu crescimento baseado em inovação. Esta rede tem por objetivos:

- promover o reconhecimento público de um grupo de PME que, pela sua atitude e actividade inovadoras, constituem exemplos de criação de valor para o País;
- estabelecer a cooperação em rede entre os Associados da COTEC Portugal e as PME da Rede;
- fornecer apoio específico em fases de crescimento, nomeadamente na atração de investimento relevante e no suporte à sua internacionalização.

A adesão à Rede PME Inovação COTEC, sendo efetuada com base num conjunto de critérios de pré-seleção, e sendo uma iniciativa de carácter voluntário, constitui, por si só, mais um indicador da dinâmica de inovação nas PME.

A análise ao conjunto das empresas que atualmente integram esta rede (consulta on-line no portal www.cotecportugal.pt realizada a 29-06-2014) permitiu identificar 13 empresas da fileira florestal, o que representa 5,8% do total das empresas aderentes (Tabela 99) e um crescimento de 6 empresas face a 2011. Esta representação setorial no âmbito da Rede PME Inovação COTEC é significativa face aos restantes setores (excluindo as TIC – tecnologias de informação, setor predominante na rede desde a sua fundação).

Tabela 99 – Representatividade da fileira florestal na Rede PME Inovação COTEC

Setor	Número de Empresas	Número de Empresas (% do total)
TIC	81	35,8%
Equipamento Industrial	19	8,4%
Agricultura e Alimentar	15	6,6%
Plásticos e Moldes	15	6,6%
Fileira Florestal	13	5,8%
Eletrónica	11	4,9%
Biotecnologia, Farmacêutica e Medicina	10	4,4%
Calçado	8	3,5%
Construção civil	6	2,7%
Consultoria	6	2,7%
Metalomecânica	5	2,2%
Produção de Energia	5	2,2%
Têxteis e Vestuário	5	2,2%
Engenharia de Materiais	4	1,8%
Ambiente	3	1,3%
Química e Tintas	3	1,3%
Design	2	0,9%
Eletrrodomésticos	2	0,9%
Engenharia Aeroespacial	2	0,9%
Publicidade e Marketing	2	0,9%
Borracha	1	0,4%
Cerâmica	1	0,4%
Climatização	1	0,4%
Construção de Embarcações	1	0,4%
Higiene e Cosmética	1	0,4%
Iluminação	1	0,4%
Produção de capacetes	1	0,4%
Produtos de limpeza	1	0,4%
Serviços Financeiros	1	0,4%
Total	226	100%

Fonte: COTEC (2014)

5

A fileira florestal e as políticas públicas



5.1

Esforço financeiro do Estado e fundos comunitários na fileira

Diversas medidas de apoio e desenvolvimento à fileira florestal têm sido disponibilizadas através dos vários Quadros Comunitários de Apoio (QCA), possibilitando o fomento do investimento florestal. Os quadros seguintes apresentam, para o período 2000–2013, o investimento e o número de projetos aprovados para esta fileira.

Tabela 100 – Projetos aprovados e executados (n.º) e investimentos total aprovado e privado (euros) dos programas de apoio ao investimento à produção florestal (2000–2013)

Programa de Apoio ao Investimento	N.º Projetos Aprovados	N.º Projetos Executados	Investimento Total Aprovado *	Investimento Privado **
Programa AGRO				
Acção 3.1 – Apoio à Silvicultura	4.617	4.229	168.982.100 €	33.796.420 €
Acção 3.2 – Apoio ao Restabelecimento do Potencial de Produção Silvícola	265	236	19.557.600 €	3.911.520 €
Acção integrada 3.1 /3.2	393	354	24.268.800 €	4.853.760 €
RURIS				
Florestação Terras Agrícolas	2.907	2.885	69.292.000 €	24.045.430 €
Programa AGRIS				
Subacção 3.1 – Instalação de organizações de produtos florestais	99	n.d	22.149.537 €	6.374.982 €
Subacção 3.3 – Apoio à prestação de serviços florestais	9	n.d	919.601 €	112.192 €
Subacção 3.4. – Prevenção de riscos provocados por agentes bióticos e abióticos	294	n.d	98.869.338 €	34.470.599 €
Subacção 3.5. – Valorização e conservação dos espaços florestais de interesse público	0	n.d	0 €	0 €
AIBT Pinhal Interior				
AIBT Pinhal Interior	324	n.d	44.641.934 €	6.130.882 €

PRODER (a 31/12/2013)				
Acção 1.3.1 – Melhoria Produtiva dos Povoamentos	1.203	n.a.	153.327.000 €	80.184.000 €
Acção 1.3.2 – Gestão Multifuncional	143	n.a.	8.551.000 €	4.434.000 €
Subacção 2.3.1.1 – Defesa da Floresta Contra Incêndios	480	n.a.	55.533.000 €	10.624.000 €
Subacção 2.3.1.2 – Minimização de Riscos Bióticos Após Incêndios	4	n.a.	346.000 €	80.000 €
Subacção 2.3.2.1 – Recuperação do Potencial Produtivo	207	n.a.	31.832.000 €	13.910.000 €
Subacção 2.3.2.2 – Instalação de Sistemas Florestais e Agroflorestais	483	n.a.	21.325.000 €	3.898.000 €
Subacção 2.3.3.1 – Promoção do Valor Ambiental dos Espaços Florestais	530	n.a.	28.548.000 €	4.206.000 €
Subacção 2.3.3.2 – Reconversão de Povoamentos com Fins Ambientais	22	n.a.	3.405.000 €	1.449.000 €
Subacção 2.3.3.3 – Proteção contra Agentes Bióticos Nocivos	763	n.a.	149.842.000 €	49.242.000 €
Total			901.389.910 €	281.722.785 €

Fonte: Programas AGRO (2009), RURIS (2009), CCDRN (2007), CCDRC (2007), CCDRLVT (2007), CCDRALG (2007), PRODER (2013)

* Os valores do Programa AGRO são relativos a investimento executado.

** Os valores do investimento privado para o Programa AGRO são estimativas realizadas com base na taxa de participação base (80%).

A análise ao investimento florestal direcionado para a produção florestal realizado através de programas de apoio no período 2000–2013 revela um total de 901.389.910 euros. Cerca de 50% deste investimento foi realizado já através do PRODER, apesar de só em 2010 se ter iniciado a aprovação das candidaturas das ações florestais. O investimento privado da totalidade destes projetos representa cerca de 31% do investimento total; considerando só o PRODER, o investimento privado representa já 37% do investimento total.

Salienta-se ainda que em 2012, a reprogramação financeira do PRODER significou uma redução total face à dotação inicial de 32,8% (cerca de 114 Milhões de euros de despesa FEADER). A justificação desta reprogramação, muito penalizadora para o investimento florestal, foi que “Apesar dos ajustamentos introduzidos nas medidas florestais em 2010 e 2011, simplificando, reduzindo as limitações no acesso e aumentando os montantes e níveis de apoio, a capacidade evidenciada ao nível da concretização das intervenções indicia claramente que a dotação consignada a estas medidas não será integralmente utilizada.”

No âmbito do PRODER, as ações que tiveram maior investimento foram a ação 1.3.1 – Melhoria Produtiva dos Povoamentos e a subacção – 2.3.3.3 Proteção contra Agentes Bióticos Nocivos, evidenciando uma clara orientação do investimento para as florestas já existentes e para a sanidade florestal, em detrimento da arborização.

Tabela 101 – Investimento (euros) em arborização e beneficiação nos programas de apoio ao investimento à produção florestal (2000–2013)

Programa de Apoio ao Investimento	Arborização Executada (ha)				Beneficiação Executada (ha)			
	Total	Eucalipto	Pinheiro Bravo	Sobreiro	Total	Eucalipto	Pinheiro Bravo	Sobreiro
Programa AGRO	54.233	850	22.413	12.502	184.607	98	32.181	122.076
Florestação Terras Agrícolas	48.033	48	2.834	25.169	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
PRODER**	13.962	n.a.	1.638	6.203	131.215	4.018	1.467	23.340
Total	116.228	898	26.885	43.874	315.822	4.116	33.648	145.416

Fonte: Programas AGRO (2009), RURIS (2009), PRODER (2013)

* Contratado até dezembro de 2013

** O PRODER possui muita área contratualizada no âmbito da acção 131 (beneficiação) que não tem espécie identificada (cerca de 64%, isto é, 83.898 ha), pelo que é expectável que exista mais área de eucalipto, pinheiro bravo e sobreiro alvo de beneficiação.

A análise às ações de arborização e de beneficiação florestal permite destacar as seguintes conclusões:

- Uma arborização total de 116.228 hectares, dos quais cerca de 62% são das espécies das três principais subfileiras;
- O sobreiro, quer na arborização quer na beneficiação, é a principal espécie utilizada;
- A reduzida área arborizada com eucalipto;
- A importância da Florestação de Terras Agrícolas, uma medida de “set aside” e não de “política florestal” no saldo final da arborização (41,4%) no período considerado;

Relativamente aos Prestadores de Serviços Florestais (Tabela 102), o volume de investimento realizado através dos diferentes programas de apoio (AGRO, AGRIS, PRIME, PRODER e QREN) totaliza cerca de 96,3 milhões de euros.

Tabela 102 – Projetos aprovados e executados (n.º) e investimentos total aprovado e privado (euros) nos programas de apoio ao investimento aos prestadores de serviços florestais (2000–2013)

Programa de Apoio ao Investimento	N.º Projetos Aprovados	N.º Projetos Executados	Investimento Total Aprovado	Investimento Privado
Programa AGRO				
Ação 3.3 – Apoio à produção de plantas e sementes	15	15	1.352.600 €	n.d.
Ação 3.5 – Exploração florestal, comercialização e transformação de material lenhoso e gema de pinheiro	n.d.	n.d.	21.907.139 €	n.d.

Programa AGRIS				
Subação 3.2. – Apoio à constituição e instalação de prestadores de serviços florestais	7	n.d.	228.384 €	112.192 €
PRIME				
Prime	11	n.d.	3.895.916 €	2.549.436 €
PRODER (a 31/12/2013)				
Ação 1.3.3. Modernização e Capacitação das Empresas Florestais	n.d.	n.d.	64.514.000 €	40.063.194 €
QREN (a 12/06/2014)				
I&DT	5	n.d.	4.254.381 €	3.228.903 €
Inovação	7	n.d.	145.339 €	36.334 €
Sistema de Incentivos de Apoio Local a Microempresas (SIALM)	1	n.d.	10.030 €	2.500 €
Total			96.307.789 €	45.992.559 €

Fonte: Programas AGRO (2009), PRIME (2007), CCDRN (2007), CCDRC (2007), CCDRLVT (2007), CCDRALT (2007), CCDRALG (2007), PRODER (2013), QREN (2014)

* O valor do investimento privado é uma estimativa com base na taxa de comparticipação média para a totalidade da acção 1.3.3.

No âmbito do QCA III destaca-se a ação 3.5 do Programa AGRO, com 21,9 milhões de euros de investimento em projetos de colheita de material lenhoso; merece, também destaque o facto de 72% do investimento no período 2000–2014 estar enquadrado no PRODER e no QREN, o que evidencia o elevado investimento entre 2008 e 2013.

No âmbito do PRODER, onde é notório o elevado montante de investimento realizado pelas empresas de prestação de serviços, de acordo com o Relatório de Execução 2013, a tipologia do investimento com maior volume de investimento contratado, é a “colheita, recolha, concentração e triagem de material lenhoso e resina” (90%), seguindo-se a “colheita, recolha, concentração e triagem de biomassa florestal” (9%).

Já no QREN, não obstante o volume de investimento ser muito inferior, salienta-se o investimento no SI I&DT, de 4,2 milhões de euros.

Relativamente aos Programas de Apoio ao Investimento à Indústria da Fileira Florestal no período 2000–2014 (Tabela 103), estes totalizaram um investimento global de 2.473.154.136 euros, do qual cerca de 50% foi executado através do QREN. O investimento privado destes projetos representa cerca de 60% do investimento total.

A análise por subfileira revela que o maior volume de investimento foi realizado pela subfileira da pasta e papel (1.165 milhões de euros, 47% do total), seguindo-se a subfileira da madeira e mobiliário (780 milhões de euros, 32% do total) e a subfileira da cortiça (525 milhões de euros, 21% do total).

Tabela 103 – Projetos aprovados e executados (n.º) e investimentos total aprovado e privado (euros) nos programas de apoio ao investimento à indústria da fileira florestal (2000–2014)

Programa de Apoio ao Investimento	N.º Projetos Aprovados	N.º Projetos Executados	Investimento Total Aprovado	Investimento Privado
PRIME				
Subfileira da Pasta e Papel	58	n.d.	568.525.109 €	452.484.932 €
Subfileira da Cortiça	67	n.d.	311.725.329 €	250.027.261 €
Subfileira da Madeira e Mobiliário	295	n.d.	255.680.902 €	157.714.782 €
Subtotal PRIME			1.135.931.340 €	860.226.975 €
Programa AGRO				
Subfileira da Cortiça	23	18	48.152.300 €	n.d.
Subfileira da Madeira e Mobiliário	n.d.	n.d.	12.163.061 €	n.d.
Subtotal AGRO			60.315.361 €	n.d.
PRODER Acção 1.3.3. Modernização e Capacitação das Empresas (a 31/12/2013)				
Subfileira da Cortiça	n.d.	n.d.	28.116.000 €	17.460.036 €
Subfileira da Madeira e Mobiliário	n.d.	n.d.	16.199.000 €	10.059.579 €
Subtotal PRODER 1.3.3			44.315.000 €	27.519.615 €
QREN (a 12/06/2014)				
Qualificação PME				
Subfileira da Pasta e Papel	18	n.a.	322.196.497	266.573.699
Subfileira da Cortiça	33	n.a.	10.213.168	5.559.364
Subfileira da Madeira e Mobiliário	208	n.a.	208.115.628	121.748.389
Inovação				
Subfileira da Pasta e Papel	62	n.a.	263.859.785	156.445.016
Subfileira da Cortiça	70	n.a.	84.164.306	49.270.972
Subfileira da Madeira e Mobiliário	203	n.a.	278.810.923	119.191.999
I&DT				
Subfileira da Pasta e Papel	14	n.a.	9.622.981	3.702.388
Subfileira da Cortiça	46	n.a.	16.498.354	6.630.087
Subfileira da Madeira e Mobiliário	11	n.a.	2.945.295	1.511.281
SIAC QREN				
Subfileira da Pasta e Papel	3	n.a.	1.665.654	409.322
Subfileira da Cortiça	5	n.a.	26.671.647	5.381.730
Subfileira da Madeira e Mobiliário	10	n.a.	6.445.965	1.858.205
Outros	4	n.a.	1.382.232	323.599
Subtotal QREN			1.232.592.435	738.606.051
Total Subfileira da Pasta e Papel			1.165.870.026 €	879.206.035 €
Total Subfileira da Cortiça			525.541.104 €	311.487.684 €
Total Subfileira da Madeira e Mobiliário			780.360.774 €	400.166.451 €
Total			2.473.154.136 €	1.626.352.641 €

Fonte: Programas AGRO (2009), PRIME (2007), PRODER (2013), QREN (2014)

Considerando apenas o QREN, a subfileira que, até à data, apresenta maior volume de investimento aprovado é também a pasta e papel (49%), seguindo-se a da madeira e mobiliário (40%) e a da cortiça (11%).

Tabela 104 – Número e investimento (euros) dos projetos da fileira florestal aprovados no QREN para a Qualificação PME

Projetos Qualificação PME da Fileira Florestal Aprovados	Número	Investimento Total (€)	Investimento Privado (€)
Total Qualificação PME (todos os CAE)	4.361	2.297.096.065 €	1.458.826.708 €
Fileira Florestal	261	540.535.323 €	393.883.952 €
Projetos da Fileira Florestal Aprovados (em % do total)	6,0%	23,5%	27,0%

Fonte: QREN (2014)

A análise global da acção Qualificação PME do QREN (Tabela 104) é elucidativa quanto à dinâmica da fileira florestal, cujos projetos (6% do total) representam cerca de 23,5% (540 milhões de euros) do investimento total aprovado até ao momento.

Tabela 105 – Investimentos total e privado (euros) projetos das subfileiras florestais aprovados no QREN para a Qualificação PME

Projetos Qualificação PME da Fileira Florestal Aprovados	Investimento Total (€)	Investimento Privado (€)	Montante (em % do Total)
Fileira Florestal	540.535.323	393.883.952	100,0%
Subfileira da Pasta e Papel	322.196.497	266.573.699	59,6%
Subfileira da Cortiça	10.213.168	5.559.364	1,9%
Subfileira da Madeira e Mobiliário	208.115.628	121.748.389	38,5%
Atividades de Silvicultura e Exploração Florestal	10.030	2.500	0,00%

Fonte: QREN (2014)

Quanto à análise por subfileira (Tabela 105), verifica-se que a subfileira da pasta e papel é a que possui maior volume de investimento na Qualificação PME, com 322 milhões de euros (cerca de 59% do total da fileira florestal). O investimento privado destes projetos representa cerca de 72% do investimento total.

Ainda no âmbito do QREN merece amplo destaque o investimento efetuado pela fileira florestal no SIAC – Sistema de Incentivos de Ações Coletivas (Tabela 106), que representa cerca de 41,3% do investimento total realizado no QREN no âmbito desta medida.

Tabela 106 – Número e investimento (euros) dos projetos da fileira florestal aprovados no QREN – SIAC

Projetos SIAC QREN Aprovados	Número	Investimento Total (€)	Investimento Privado (€)
Total SIAC (todos os CAE)	134	87.508.950 €	22.094.595 €
Fileira Florestal	23	36.165.498 €	7.972.856 €
Projetos da Fileira Florestal Aprovados (em % do total)	17,2%	41,3%	36,1%

Fonte: QREN (2014)

Este excelente desempenho ao nível da captação de apoio ao investimento no âmbito do SIAC – Sistema de Incentivos de Ações Coletivas, deve-se, em grande medida, à subfileira da cortiça que com um investimento de cerca de 26 milhões de euros (Tabela 107), representa cerca de 73,7% do investimento SIAC da fileira florestal e 30,4% do investimento SIAC global do QREN.

Tabela 107 – Investimentos total e privado (euros) dos projetos das subfileiras florestais aprovados no QREN – SIAC

Projetos SIAC QREN da Fileira Florestal Aprovados	Investimento Total (€)	Investimento Privado (€)	Investimento (em % do Total)	N.º Projetos
Fileira Florestal	36.165.498,00 €	7.972.856,00 €	100,0%	23
Subfileira da Pasta e Papel	1.665.654,00 €	409.322,00 €	4,6%	3
Subfileira da Cortiça	26.671.647,00 €	5.381.730,00 €	73,7%	5
Subfileira da Madeira e Mobiliário	6.445.965,00 €	1.858.205,00 €	17,8%	10
Outros	1.382.232,00 €	323.599,00 €	3,8%	4

Fonte: QREN (2014)

No âmbito do Fundo Florestal Permanente, ainda que não esteja disponível a informação detalhada, por projecto e/ou protocolo para a globalidade deste período, etc., o volume total de despesa paga realizada entre 2004 e 2011 foi de 165 Milhões de Euros.

Tabela 108 – Despesas e Receitas (euros) do Fundo Florestal Permanente (2004–2011)

Ano	Protocolos Homologados	Candidaturas Aprovadas	Receitas	Despesas	Saldo fim do Ano
2004	n.d.	29	19.300.318 €	4.180.083 €	n.a.
2005	n.d.	86	26.805.924 €	11.284.153 €	15.521.771 €
2006	n.d.	121	25.992.640 €	13.481.034 €	43.153.612 €
2007	n.d.	82	13.470.720 €	12.892.700 €	49.951.682 €
2008	n.d.	n.d.	25.412.395 €	34.558.255 €	40.805.822 €
2009	12	n.d.	23.974.090 €	24.802.161 €	39.965.391 €
2010	26	21	23.887.549 €	41.987.628 €	21.865.313 €
2011	0	65	22.418.405 €	22.706.354 €	21.577.364 €
Total			181.262.041 €	165.892.367 €	n.a.

Fonte: IFAP (2011)

Numa comunicação no Workshop “Serviços do Ecossistema em Espaços Florestais – Contributos para uma Economia Verde em Portugal” (MAMAOT, Lisboa) ocorrido a 29 fevereiro de 2012, o IFAP apresentou a síntese das aprovações e homologações efetuadas, onde se verificou que foram apoiados pelo FFP um conjunto de 752 projetos e protocolos, no valor global de 226 Milhões de Euros, maioritariamente na área da Prevenção e Proteção da Floresta Contra Incêndios.

Tabela 109 – Projetos e protocolos aprovados no Fundo Florestal Permanente (2004–2011)

Projetos/Protocolos FFP Aprovados	Número	Montante Aprovado (€)	Montante Aprovado em % Total (€)
Prevenção e Proteção da Floresta Contra Incêndios	299	163.592.315	72%
Promoção do Ordenamento e Gestão Florestal	370	18.171.593	8%
Promoção e Sistemas de GFS e Certificação	58	37.235.239	16%
Investigação Aplicada, Experimentação e Demonstração	25	6.901.833	3%
Total	752	225.900.980	100%

Fonte: IFAP (2012)

De acordo com o Plano de Atividades do Fundo Florestal Permanente para 2014 (ICNF, 2014), atendendo às estimativas das várias fontes de receita, a dotação disponível do Fundo Florestal para 2014, representa cerca de 18,9 milhões de euros, dos quais 18,0 milhões de euros são receitas provenientes do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos, tendo como referência a média dos valores mensais das transferências da Autoridade Tributária e Aduaneira ocorridas em 2013.

Salienta-se também que o Relatório de Atividades do IFAP de 2010 referia o facto do financiamento da actividade corrente do Fundo Florestal Permanente estar muito condicionado pela evolução da receita proveniente das taxas do ISP (Imposto Sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos), a qual tem vindo a sofrer uma acentuada redução (em 2014 a receita estimada é de 18 milhões de euros quando em 2005 tinha sido de cerca de 26,5 milhões de euros).

Esta redução da receita proveniente do ISP resulta do efeito conjugado dos seguintes aspetos:

- Estrutura de taxas existentes;
- Ausência da sua atualização no tempo;
- Alteração do padrão de consumo (aumento do consumo de gasóleo e redução do consumo de gasolina).

No referido relatório vem ainda referido que: “A rigidez da despesa do Fundo Florestal Permanente anteriormente referida e a evolução das receitas, as quais dependem do padrão de consumo e da quantidade de combustíveis introduzidos no consumo, que, por sua vez, estão muito dependentes da actividade económica, sugerem que no futuro poderá eventualmente surgir um problema de sustentabilidade financeira do Fundo Florestal Permanente.”

5.2 Principais medidas de política

5.2.1 Iniciativas de Política Florestal entre 2011–2014

Plataforma de Acompanhamento das Relações nas Fileiras Florestais (PARF)

Através do Despacho n.º 8029/2014 de 19 de junho de 2014 foi criada a Plataforma de Acompanhamento das Relações nas Fileiras Florestais (PARF), que tem por missão acompanhar as relações entre os agentes das fileiras florestais, com a participação da Administração Pública, dos produtores florestais, dos prestadores de serviços e da indústria, com vista ao fomento da transparência, da equidade e do equilíbrio ao longo dessas fileiras.

Programa Operacional de Sanidade Florestal (POSF)

Foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 28/2014, de 7 de abril, que estabelece medidas e ações de prevenção e controlo, definindo as bases de intervenção para a redução dos riscos de introdução, de dispersão e de danos provocados por agentes bióticos nocivos. Define também as entidades com competências na implementação dessas medidas e ações, perspetivadas para os vários grupos de agentes bióticos nocivos e para os diferentes sistemas florestais. Determina que atribuição de apoios financeiros a integrar no âmbito dos mecanismos de financiamento que venham a ser estabelecidos para o período 2014/2020 seja enquadrada com a observância e cumprimento das medidas e ações previstas no POSF.

Zonas de Intervenção Florestal

O Decreto-Lei n.º 27/2014, de 18 de fevereiro, procedeu à terceira alteração do Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de agosto, que estabelece o regime de criação das Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), bem como os princípios reguladores da sua constituição, funcionamento e extinção, e à segunda alteração do Decreto-Lei n.º 16/2009, de 14 de janeiro, que aprova o Regime Jurídico dos Planos de Ordenamento, de Gestão e de Intervenção de Âmbito Florestal (PROF, PGF, PEIF). Esta revisão do quadro legal das ZIF teve como objetivo di-

namizar a sua criação e funcionamento e enquadrar os objetivos e medidas de política setorial, previstos para tais zonas (melhorar alguns aspetos de natureza processual que foram identificados como necessários para facilitar o seu acompanhamento e funcionamento; introduz significativas alterações nos requisitos de delimitação das ZIF, na forma e responsabilidades pela gestão, no papel da entidade gestora na administração e ainda nas obrigações dos proprietários e outros produtores florestais não aderentes).

Saliente-se ainda a publicação do Decreto-Lei n.º 65/2011, de 16 de maio, que estendeu às Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) o regime experimental da execução, exploração e acesso à informação cadastral, procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 224/2007, de 31 de maio (que aprovou o regime experimental da execução, exploração e acesso à informação cadastral, visando a criação do Sistema Nacional de Exploração e Gestão de Informação Cadastral – SINERGIC).

Bolsa Nacional de Terras

A Bolsa Nacional de Terras (Bolsa de Terras), é um instrumento criado pela Lei n.º 62/2012, de 10 de dezembro, que tem como entidade gestora o Ministério da Agricultura e do Mar, através da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR).

A bolsa de terras tem como objetivo facilitar o acesso à terra através da disponibilização de terras (quando as mesmas não são utilizadas), e através de uma melhor identificação e promoção da sua oferta. A bolsa de terras disponibiliza para arrendamento, venda ou para outros tipos de cedência as terras com aptidão agrícola, florestal e silvopastoril do domínio privado do Estado, das autarquias locais e de quaisquer outras entidades públicas, ou pertencentes a entidades privadas. A bolsa de terras disponibiliza ainda terrenos baldios, nos termos previstos na Lei dos Baldios.

Após a sua criação foi publicado um conjunto adicional de diplomas legais com vista à sua plena operacionalização, designadamente:

- Lei n.º 63/2012, de 10 de dezembro, aprova benefícios fiscais à utilização das terras agrícolas, florestais e silvopastoris e à dinamização da Bolsa de terras;
- Portaria n.º 197/2013, de 28 de maio, aprova o Regulamento de Gestão da Bolsa Nacional de Terras e o modelo de contrato de disponibilização, na bolsa nacional de terras, de prédios para utilização agrícola, florestal e silvopastoril, bem como processe à fixação da taxa por custos de gestão da Bolsa de terras;
- Resolução de Conselho de Ministros n.º 96/2013, de 30 de dezembro, estabelece o procedimento de identificação e de disponibilização de prédios do domínio privado do Estado e dos institutos públicos na Bolsa de terras;
- Decreto-Lei n.º 21/2014, de 11 de fevereiro, estabelece as formas e o procedimento de cedência dos prédios do domínio privado do Estado e do património dos institutos públicos, através da Bolsa de terras;

- Resolução de Conselho de Ministros n.º 24/2014, de 20 de março, cria o grupo de acompanhamento da Bolsa de terras e o respetivo coordenador da Bolsa de terras, para dinamização e divulgação da Bolsa de terras;
- Despacho n.º 4431/2014, de 21 de março, procede à designação do coordenador do grupo de acompanhamento da Bolsa de terras – coordenador da Bolsa de terras.

Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF)

Os trabalhos de elaboração dos PROF atualmente em vigor foram maioritariamente desenvolvidos entre janeiro de 2004 e o final de 2005, tendo sido publicados através de diversos Decretos Regulamentares entre 2006 e 2007. Em 2011, através da publicação da Portaria n.º 62/2011, de 2 de fevereiro, foram identificados os factos relevantes que justificam o início dos procedimentos de alteração e revisão dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF), tendo ainda sido suspensa parcialmente a aplicação de 21 PROF (no que concerne à definição de metas, para 2025 e 2045, de valores de percentagem de espaços florestais em relação à superfície total da região PROF). Posteriormente foram ainda publicadas a Portaria n.º 364/2013, de 20 de dezembro, que estabelece o conteúdo desenvolvido dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) e o Despacho n.º 782/2014, de 17 de janeiro, que Determina a revisão dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF).

Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas

O Decreto -Lei n.º 7/2012, de 17 de janeiro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, procedeu à criação do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF, I. P.), em resultado da fusão da Autoridade Florestal Nacional com o Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P., cujas atribuições foram naquele integradas.

Posteriormente, através do Despacho n.º 16143/2013, de 12 de dezembro de 2013, é concluído o Processo de extinção, por fusão, do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P. (ICNB) e da Autoridade Florestal Nacional (AFN) e respetiva integração no Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF).

Fundo Florestal Permanente (FFP)

A Portaria n.º 113/2011, de 23 de março, aprovou o novo Regulamento do Fundo Florestal Permanente, revogando a anterior Portaria n.º 287/2010 de 27 de maio (que aprovava o anterior Regulamento de Administração e Gestão do Fundo Florestal Permanente).

Posteriormente, a Portaria n.º 296/2013, de 2 de outubro, procedeu à segunda alteração ao Regulamento do Fundo Florestal Permanente (aprovado pela Portaria n.º 113/2011, de 23 de março) com vista à revisão do regime de administração do FFP, através da transferência das atribuições nesse domínio do IFAP para o ICNF, I. P., assim como à introdução do

reajustamento de algumas soluções pontuais, é à criação da Comissão de Apoio à Gestão Técnica e Financeira.

Regime Jurídico aplicável às Ações de Arborização e Rearborização (RJAAR)

O regime jurídico a que estão sujeitas, no território continental, as ações de arborização e rearborização com recurso a espécies florestais, foi estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, tendo sido posteriormente regulamentado através do Despacho n.º 563/2013, de 4 de outubro, do Conselho Diretivo do ICNF, I.P. (aprovação dos Modelos de Formulários de Pedidos de Autorização e Comunicação Prévia das Ações de Arborização e Rearborização, das Normas de conteúdo dos respetivos Projetos e das Fichas de Projeto Simplificado e do Modelo e conteúdo do Termo de Responsabilidade das e dos seus autores).

Registo de Operador de Madeira e Derivados

No sentido de dar resposta às disposições do Regulamento (UE) n.º 995/2010, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de outubro de 2010, que fixa as obrigações dos operadores que colocam no mercado de madeira e de produtos da madeira, tendo por objetivo combater a circulação na União Europeia de madeira extraída ilegalmente, definindo as medidas de controlo e fiscalização da sua aplicação no território nacional, foi publicado o Decreto-Lei n.º 76/2013 que cria o Registo de Operador de Madeira e de Produtos Derivados e estabelece o regime sancionatório aplicável às infrações ao referido Regulamento (UE) n.º 995/2010.

Assim, de acordo com este diploma legal, todos os operadores que coloquem madeira ou produtos derivados de madeira no mercado interno pela primeira vez estão obrigados a possuir um sistema de diligência devida.

Linhas Orientadoras e Estratégicas para o Cadastro e a Gestão Rural

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2012, de 5 de julho, aprovou as Linhas Orientadoras e Estratégicas para o Cadastro e a Gestão Rural, com o objetivo de proceder a uma revisão integrada das estratégias e das medidas de política atinentes à gestão e ao uso das terras agrícolas e florestais, dando início a uma nova fase em matéria de ordenamento e aproveitamento do território rural, dotando-o de maior coerência e capacidade de resposta, tendo em consideração que a viabilidade económica das atividades agrícolas e florestais se encontra muito condicionada pela fragmentação e dispersão de grande parte das explorações.

Nesse sentido, definiu a Estratégia para a Gestão e Reestruturação Rural (Estratégia GERAR), que tem como objetivos gerais aumentar o aproveitamento do território e o contributo da agricultura e da floresta para o incremento da riqueza nacional e do emprego rural, estimulando o investimento, a estruturação e a rentabilização das explorações, bem como a gestão sustentável dos espaços rurais. Define ainda um conjunto de objetivos específicos e de medidas de concretização, designadamente:

- Promover a identificação georreferenciada dos prédios rústicos em todo o

território rural do continente;

- Proceder à revisão do regime jurídico de estruturação fundiária;
- Assegurar que a criação da bolsa de terras promova a mobilização e gestão das terras rurais e a dinamização local do mercado fundiário;
- Reforçar a operacionalidade das zonas de intervenção florestal (ZIF), como forma optativa de gestão comum de espaços rurais;
- Estabelecer que, após a cessação da vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal celebrado com a União Europeia, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Central Europeu e a revisão das matrizes rústicas, deve ser criado um tratamento fiscal favorável à utilização produtiva do território, alterando o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis no que se refere aos prédios rústicos, de modo a favorecer quem gere a terra ou a disponibiliza e a responsabilizar quem a abandona;
- Criar o estatuto fiscal e financeiro no investimento e na gestão florestal, reconhecendo o princípio de exceção relativamente às atividades não competitivas ou de longo prazo, sujeitas a riscos exógenos, de modo a viabilizar uma gestão mínima e sustentada do território.

Código Florestal

Revogação do Código Florestal através da Lei n.º 12/2012, de 13 de março.

Nemátodo da Madeira do Pinheiro

O Decreto-Lei n.º 95/2011, de 8 de agosto, entretanto retificado através da Declaração de Retificação n.º 30-A/2011, de 7 de outubro, veio estabelecer medidas extraordinárias de proteção fitossanitária indispensáveis ao controlo do Nemátodo da Madeira do Pinheiro (NMP) *Bursaphelenchus xylophilus*, designadamente:

- Obrigatoriedade de registo de todos os operadores económicos envolvidos na exploração florestal de coníferas, bem como dos operadores económicos que procedem ao fabrico, tratamento e marcação de material de embalagem de madeira e ao tratamento de madeira de coníferas;
- Exigências específicas relativas ao abate, circulação e armazenamento de coníferas hospedeiras;
- Medidas relativas ao tratamento de madeira e material de embalagem de madeira, a par das restrições à sua circulação no território nacional e à sua expedição para outros países;

- Quadro de prerrogativas de inspeção e fiscalização, a par de um regime sancionatório, com vista a assegurar a verificação do cumprimento das exigências e a dissuasão da prática de eventuais infrações.

Fiscalidade

Nos últimos anos foram introduzidas algumas alterações no âmbito da fiscalidade florestal, das quais se salientam as mais importantes:

IVA

- Ofício-circulado n.º 30162/2014 – IVA (verba 4.1 da lista I anexa ao código do IVA (CIVA)), o qual introduz novas ações florestais sujeitas à taxa reduzida do IVA, relacionadas com a prevenção e controlo de agentes bióticos nocivos, designadamente:
 - Prospecção (marcação e referenciação de exemplares de espécies hospedeiras com sintomas de declínio, e despiste das patologias com recurso a amostragem);
 - Cortes sanitários de exemplares de espécies hospedeiras com sintomas de declínio;
 - Instalação e monitorização de armadilhas e atrativos para captura de agentes bióticos nocivos;
- Ficha Doutrinária do processo n.º 6037 que esclarece que a venda de cortiça sem transformação, independentemente de ser levada a cabo pelo produtor ou por um intermediário, é sujeita a IVA, à taxa de 6%;
- Ficha Doutrinária n.º 5616 disponibilizada em 12/dez/2013 pela Autoridade Tributária e Aduaneira, que esclarece que a venda da pinha, quer seja feita pelo próprio produtor, quer noutra fase do circuito económico, está sujeita à taxa reduzida de 6%, por enquadramento na verba 5.4 da Lista I anexa ao CIVA, nos termos da alínea a) do n.º 3 do art. 18º do CIVA;
- Lei n.º 66-B/2012, 31 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2013: deixa de existir a partir de 1 de abril de 2013 a isenção de IVA para as transmissões de bens efetuados no âmbito das explorações enunciadas na Anexo A do Código do IVA (agricultura, silvicultura ou pecuária), bem como as prestações de serviços agrícolas definidas no Anexo B, quando efetuadas com caráter acessório por um produtor agrícola que utilize os seus próprios recursos de mão de obra e equipamento normal da respetiva exploração agrícola ou silvícola, seja qual for o volume de negócios auferido, sendo aditadas à Lista I anexa ao Código do IVA as verbas 4.2 e 5, aplicando-se a taxa reduzida de IVA. São aditadas à Lista I (taxa reduzida) anexa ao Código do IVA as verbas 4.2. e 5., com a seguinte redação:

- «4.2. – Prestações de serviços que contribuem para a realização da produção agrícola, designadamente as seguintes: i) A poda de árvores, corte de madeira e outras operações silvícolas.
- 5. – As transmissões de bens efetuadas no âmbito das seguintes atividades de produção agrícola: 5.4. – Silvicultura;

IRC

- Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro, que procede à reforma da tributação das sociedades alterando o Código do IRC, o Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro, que estabelece o regime das depreciações e amortizações, e o Código do IRS. Relativamente ao Decreto Regulamentar n.º 25/2009 destaca-se a alteração do regime de depreciação das espécies arbóreas que passam a ser depreciables mesmo quando tenham uma vida útil igual ou superior a 100 anos, sendo a taxa aplicável, por opção do sujeito passivo, de 4% (25 anos) – que já era aplicável às oliveiras – ou a que resultar do regime de exploração dos bens (até 31 de dezembro 2013 não existia definição do valor da taxa específica a aplicar aos bosques e florestas, nomeadamente ao sobreiro, pinheiro manso, e outras culturas silvícolas. A percentagem de depreciação era aplicada de acordo com o regime de exploração, mas as espécies arbóreas cuja vida útil normal é igual ou superior a 100 anos não eram depreciables).

Grupos de Trabalho e Comissões

Ao longo deste período foram criados diversos Grupos de Trabalho e Comissões que visam a reflexão sobre um conjunto diversificado de temáticas, designadamente:

- Grupo de Trabalho das Culturas Energéticas;
- Grupo de Trabalho para a operacionalização do Regulamento (UE) n.º 995/2010 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de outubro de 2010, veio fixar obrigações para todos os operadores que colocam no mercado da Comunidade Europeia madeira e produtos da madeira
- Grupo de trabalho Temático “Florestas” instituído no âmbito do Grupo de trabalho Setorial “Agricultura, Florestas e Pescas” da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas;
- Grupo de Trabalho para desenvolver uma proposta de regulamento à Lei dos Baldios;
- Comissão para a Internacionalização;
- Grupo de Trabalho para a elaboração das principais linhas orientadoras do Plano de Acção Nacional de Controlo das Populações de *Gonipterus platensis* (gorgulho do eucalipto);

- Comissão Consultiva do 6.º Inventário Florestal Nacional (6.º IFN);
- Grupo de Trabalho (Exército – ICNF) com vista a instituir um Plano de Trabalho de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- Grupo de Trabalho da Resina;
- Grupo de Acompanhamento de Sanidade Florestal (GASF);
- Plataforma de Acompanhamento das Relações nas Fileiras Florestais (PARF);

No âmbito do primeiro semestre de 2014 (Tabela 110) salientam-se a determinação da revisão dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal, procedimentos legais adicionais relacionados com a Bolsa Nacional de Terras para utilização agrícola, florestal ou silvo-pastoril, a terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de agosto, que estabelece o regime de criação das Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), a aprovação do Programa Operacional de Sanidade Florestal (POSF), a homologação de diversos regulamentos (Pontos de Água, Rede Viária Florestal, Equipamentos Florestais de Recreio e de Fogo Técnico), a quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, que estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (incorporou a regulamentação do Fogo Técnico) e a criação da Plataforma de Acompanhamento das Relações nas Fileiras Florestais (PARF).

Tabela 110 – Principais Medidas Legislativas no 1.º Semestre de 2014

Medida Legislativa	Resumo
Portaria n.º 124/2014, de 24 de junho. D.R. n.º 119, Série I	Estabelece os critérios de classificação e desclassificação de Arvoredo de Interesse Público (AIP), os procedimentos de instrução e de comunicação e define o modelo de funcionamento do Registo Nacional do Arvoredo de Interesse Público (RNAIP)
Despacho n.º 8029/2014, de 19 de junho. D.R. n.º 116, Série II	Cria a Plataforma de Acompanhamento das Relações nas Fileiras Florestais, doravante designada PARF, que tem por missão acompanhar as relações entre os agentes das fileiras florestais
Despacho n.º 7511/2014, de 9 de junho. D.R. n.º 110, Série II	Homologa o Regulamento do Fogo Técnico
Lei n.º 31/2014, de 30 de maio. D.R. n.º 104, Série I	Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo (ref. florestas, biodiversidade e Áreas Protegidas)
Decreto-Lei n.º 83/2014, de 23 de maio. D.R. n.º 99, Série I	Procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, que estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI), modificando matérias relativas ao fogo técnico, à instrução do procedimento de contraordenação e à distribuição do produto das coimas
Portaria n.º 110/2014, de 22 de maio. D.R. n.º 98, Série I	Estabelece que o período crítico, no âmbito do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI), vigore de 1 de julho a 30 de setembro, no ano de 2014
Resolução da Assembleia da República n.º 41/2014, de 16 de maio. D.R. n.º 94, Série I	Recomenda ao Governo medidas integradas de sustentabilidade dos montados de sobre e azinho
Despacho n.º 5941/2014, de 7 de maio. D.R. n.º 87, Série II	Mantém durante o ano de 2014, a título excepcional, a dispensa de prestação de garantia bancária para concessão de adiantamentos dos apoios financeiros ao funcionamento de “equipas de sapedores florestais”

Despacho n.º 5802/2014, de 2 de maio. D.R. n.º 84, Série II	Regulamento de equipamentos florestais de recreio – Homologa o Regulamento das especificações técnicas relativas a equipamentos florestais de recreio inseridos no espaço rural, em matéria de defesa da floresta contra incêndios
Despacho n.º 5712/2014, de 30 de abril. D.R. n.º 83, Série II	Regulamento da Rede Viária Florestal (RVF) – Homologa o Regulamento das normas técnicas e funcionais relativas à classificação, cadastro, construção e manutenção da Rede Viária Florestal (RVF), infraestruturas integrantes das redes de defesa da floresta contra incêndios (RDFCI)
Despacho n.º 5711/2014, de 30 de abril. D.R. n.º 83, Série II	Regulamento dos Pontos de Água – Homologa o Regulamento das normas técnicas e funcionais relativas à classificação, cadastro, construção e manutenção dos pontos de água, infraestruturas integrantes das redes de defesa da floresta contra incêndios
Lei n.º 19/2014, de 14 de abril. D.R. n.º 73, Série I	Define as bases da política de ambiente
Resolução do Conselho de Ministros n.º 28/2014, de 7 de abril. D.R. n.º 68, Série I	Aprova o Programa Operacional de Sanidade Florestal (POSF)
Resolução da Assembleia da República n.º 30/2014, de 4 de abril. D.R. n.º 67, Série I	Recomenda ao Governo que proceda, com urgência, à regulamentação da Lei n.º 53/2012, de 5 de setembro, que aprova o “regime jurídico da classificação de arvoredo de interesse público” (AIP) (revogando o Decreto-Lei n.º 28 468, de 15 de fevereiro de 1938)
Decreto-Lei n.º 27/2014, de 18 de fevereiro. D.R. n.º 34, Série I	Procede à terceira alteração (e republica) ao Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de agosto, que estabelece o regime de criação das Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), bem como os princípios reguladores da sua constituição, funcionamento e extinção, e à segunda alteração do Decreto-Lei n.º 16/2009, de 14 de janeiro, que aprova o Regime Jurídico dos Planos de Ordenamento, de Gestão e de Intervenção de Âmbito Florestal (PROF, PGF, PEIF)
Decreto-Lei n.º 21/2014, de 11 de fevereiro. D.R. n.º 29, Série I	Estabelece as formas e o procedimento de cedência dos prédios do Domínio Privado do Estado e do Património próprio dos Institutos Públicos, através da Bolsa Nacional de Terras, para utilização agrícola, florestal ou silvopastoril, criada pela Lei n.º 62/2012, de 10 de dezembro (ref. ICNF)
Decreto-Lei n.º 18/2014, de 4 de fevereiro. D.R. n.º 24, Série I	Aprova a Lei Orgânica do Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)
Decreto-Lei n.º 17/2014, de 4 de fevereiro. D.R. n.º 24, Série I	Aprova a Lei Orgânica do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE) – ref. assuntos do ICNF
Despacho n.º 1583/2014, de 31 de janeiro. D.R. n.º 22, Série II	Determina o estabelecimento de um Grupo de Trabalho (Exército – ICNF) com vista a instituir um Plano de Trabalho de Defesa da Floresta Contra Incêndios
Despacho n.º 782/2014, de 17 de janeiro. D.R. n.º 12, Série II	Determina a revisão dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF)

De entre as principais medidas legislativas de 2013 (Tabela 111) destacam-se, vários procedimentos legais relacionados com a Bolsa Nacional de Terras para utilização agrícola, florestal ou silvopastoril, a criação do Registo de Operador de Madeira e de Produtos Derivado, o Regime Jurídico a que estão sujeitas, no território continental, as ações de arborização e re-arborização com recurso a espécies florestais, o estabelecimento de medidas extraordinárias de Proteção Fitossanitária destinadas a evitar a introdução e disseminação do fungo *Gibberella circinata* Nirenberg & O'Donnell, uma segunda alteração ao Regulamento do Fundo Florestal Permanente e alterações fiscais diversas. Salienta-se ainda a conclusão do processo de extinção, por fusão, do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P. (ICNB) e da Autoridade Florestal Nacional (AFN) e respetiva integração no Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P..

Tabela 111 – Principais Medidas Legislativas em 2013

Medida Legislativa	Resumo
Resolução do Conselho de Ministros n.º 96/2013, de 30 de dezembro. D.R. n.º 252, Série I	Estabelece o procedimento de identificação e de disponibilização de prédios do Domínio Privado do Estado e dos Institutos Públicos na Bolsa de Terras a que se refere o n.º 2 do Artigo 6.º da Lei n.º 62/2012, de 10 de dezembro
Portaria n.º 364/2013, de 20 de dezembro. D.R. n.º 247, Série I	Estabelece o conteúdo desenvolvido dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF)
Despacho n.º 16143/2013, de 12 de dezembro. D.R. n.º 241, Série II	Conclusão do Processo de extinção, por fusão, do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P. (ICNB) e da Autoridade Florestal Nacional (AFN) e respetiva integração no Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF), com efeitos reportados a 16 de outubro de 2013.
Lei n.º 83/2013, de 9 de dezembro. D.R. n.º 238, Série I	Procede à segunda alteração à Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2013), à alteração do Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho (Estatuto dos Benefícios Fiscais), e à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 193/2005, de 7 de novembro (Regime Especial de Tributação dos Rendimentos de Valores Mobiliários Representativos de Dívida)
Despacho n.º 15558/2013, de 28 de novembro. D.R. n.º 231, Série II	Resolve declarar os incêndios ocorridos na Serra do Caramulo e em Picões, de grande dimensão e gravidade com elevado impacto na vida social e económica nas populações das regiões afetadas, nos termos e para efeitos do disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2012, de 18 de outubro
Decreto-Lei n.º 156-A/2013, de 8 de novembro. D.R. n.º 217, Série I, 2.º Suplemento	Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, que procedeu à transposição da Diretiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de abril, relativa à Conservação das Aves Selvagens (Diretiva Aves) e da Diretiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio, relativa à Preservação dos Habitats Naturais e da Fauna e da Flora Selvagens (Diretiva Habitats), transpondo a Diretiva n.º 2013/17/UE, do Conselho, de 13 de maio (JOUE L 158, de 10-06-2013)
Despacho normativo n.º 10/2013, de 17 de outubro. D.R. n.º 201, Série II	Aplica o Despacho Normativo n.º 13/2010, de 13 de maio (publicado no DR, 2.ª Série, de 25 de maio), às Medidas do Programa de Desenvolvimento Rural para o Continente (PRODER) sujeitas a condicionalidade relacionada com a superfície de exploração agrícola (cfr assuntos florestais e Rede Natura 2000)
Despacho n.º 13209-A/2013, de 16 de outubro. D.R. n.º 200, Série II, Suplemento	Aprova as regras de atribuição e de controlo da aplicação da ajuda na luta contra o Nemátodo da Madeira do Pinheiro (NMP), nos termos da Decisão de Execução 2012/789/UE, de 14 de dezembro de 2012 (publicada em 18 de dezembro – JOUE L 348), no que respeita ao tratamento térmico de paletes de madeira e madeira serrada de coníferas
Deliberação n.º 1823/2013, de 9 de outubro. D.R. n.º 195, Série II	Altera as atribuições da Divisão de Gestão Florestal do ICNF, no sentido de eliminar a previsão da atual alínea b)
Portaria n.º 296/2013, de 2 de outubro. D.R. n.º 190, Série I	Procede à segunda alteração ao Regulamento do Fundo Florestal Permanente (FFP) aprovado pela Portaria n.º 113/2011, de 23 de março
Portaria n.º 294/2013, de 27 de setembro. D.R. n.º 187, Série I	Estabelece as medidas extraordinárias de Proteção Fitossanitária destinadas a evitar a introdução e disseminação do fungo <i>Gibberella circinata</i> Nirenberg & O'Donnell (também conhecido na forma anamorfa por <i>Fusarium circinatum</i>) em Portugal
Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2013, de 23 de setembro. D.R. n.º 183, Série I	Autoriza a realização da despesa pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF, I. P.) com a aquisição de serviços para o controlo e erradicação do Nemátodo da Madeira do Pinheiro (NMP) e do seu Inseto Vetor na Zona Tampão do território do continente, durante os anos de 2013 a 2015

Informação n.º 2013/C 272/08, de 20 de setembro. JOUE C 272	Tribunal de Contas – Relatório Especial n.º 8/2013 «Apoio do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural à melhoria do Valor Económico das Florestas»
Declaração de Retificação n.º 37-A/2013, de 16 de setembro. D.R. n.º 178, Série I, Suplemento	Retifica a Resolução do Conselho de Ministros n.º 59/2013, de 16 de setembro, que reconhece as condições excecionais dos incêndios ocorridos na Serra do Caramulo e em Picões, nos termos e para efeitos do disposto nos Artigos 99.º e 100.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2013), publicada no Diário da República n.º 178, de 16 de setembro de 2013
Resolução do Conselho de Ministros n.º 59/2013, de 16 de setembro. D.R. n.º 178, Série I	Reconhece as condições excecionais dos incêndios ocorridos na Serra do Caramulo (Concelhos de Águeda, Oliveira de Frades, Tondela e Vouzela) e em Picões (Concelhos de Alfandega da Fé, Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro e Torre de Moncorvo), nos termos e para efeitos do disposto nos Artigos 99.º e 100.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2013)
Portaria n.º 243/2013, de 2 de agosto. D.R. n.º 148, Série I	Estabelece os termos, condições e critérios de atribuição de Capacidade de Injeção na Rede Elétrica de Serviço Público bem como da obtenção da Licença de Produção e respetiva Licença de Exploração (ref. Biomassa Florestal)
Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho. D.R. n.º 138, Série I	Estabelece o Regime Jurídico a que estão sujeitas, no território continental, as ações de arborização e re-arborização com recurso a espécies florestais (revoga vários Diplomas, alguns de 1937 – o presente Decreto-Lei entra em vigor 90 dias após a sua publicação)
Portaria n.º 204/2013, de 17 de junho. D.R. n.º 114, Série I	Prorroga por mais seis meses, o prazo de execução das ações abrangidas nos Protocolos celebrados ao abrigo da Portaria n.º 287/2010, de 27 de maio, tendo por objeto o controlo da dispersão do Nemátodo da Madeira do Pinheiro (NMP)
Portaria n.º 202/2013, de 14 de junho. D.R. n.º 113, Série I	Estabelece que o Período Crítico, no âmbito do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios, vigore de 1 de julho a 30 de setembro, no ano de 2013
Decreto-Lei n.º 76/2013, de 5 de junho. D.R. n.º 108, Série I	Cria o registo de operador e estabelece o regime sancionatório aplicável às infrações ao Regulamento (UE) n.º 995/2010, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de outubro de 2010, que fixa as obrigações dos operadores que colocam no mercado madeira e produtos da madeira, doravante designado Regulamento, definindo as medidas de controlo e fiscalização da sua aplicação no território nacional
Portaria n.º 197/2013, de 28 de maio. D.R. n.º 102, Série I	Aprova o Regulamento de Gestão da Bolsa Nacional de Terras e o Modelo de Contrato de disponibilização, na Bolsa Nacional de Terras, de prédios para utilização agrícola, florestal e silvopastoril
Deliberação n.º 1122/2013, de 21 de maio. D.R. n.º 97, Série II	ICNF – Criação e atribuições de Unidades Orgânicas dos Serviços Territorialmente Desconcentrados
Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2013, de 10 de abril. D.R. n.º 70, Série I	Aprova o Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética para o período 2013–2016 e o Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis para o período 2013–2020 (ref. biomassa florestal)

As principais medidas legislativas de 2012 encontram-se na Tabela 112 e incidiram, em particular, na revogação do Código Florestal, na homologação do regulamento do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e na valorização da biomassa. Destaque ainda para duas iniciativas distintas: a instituição do Sobreiro como Árvore Nacional de Portugal e a criação da Bolsa Nacional de Terras para utilização agrícola, florestal ou silvopastoril, designada por «Bolsa de Terras», assim como de benefícios fiscais à utilização das terras agrícolas, florestais e silvopastoris e à dinamização da «Bolsa de Terras».

Tabela 112 – Principais Medidas Legislativas em 2012

Medida Legislativa	Resumo
Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro. D.R. n.º 246, Série I	Define as situações de usos ou ações considerados compatíveis com os objetivos de proteção hidrológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas em Reserva Ecológica Nacional (REN) – ref. assuntos florestais, de aquicultura e de turismo de natureza.
Decisão de Execução 2012/796/UE, public. em 19 de dezembro. JOUE L 349	Terceira participação financeira da União Europeia, em conformidade com a Diretiva 2000/29/CE do Conselho, no que diz respeito a 2006 e 2007, nas despesas efetuadas por Portugal na luta contra o <i>Bursaphelenchus xylophilus</i> (Steiner et Buhner) Nickle et al. (Nemátodo da madeira do pinheiro – NMP)
Lei n.º 63/2012, de 10 de dezembro. D.R. n.º 238, Série I	Aprova Benefícios Fiscais à utilização das terras agrícolas, florestais e silvopastoris e à dinamização da «Bolsa de Terras»
Lei n.º 62/2012, de 10 de dezembro. D.R. n.º 238, Série I	Cria a Bolsa Nacional de Terras para utilização agrícola, florestal ou silvopastoril, designada por «Bolsa de Terras»
Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro. D.R. n.º 212, Série I	Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, que estabelece o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN)
Portaria n.º 353/2012, de 31 de outubro. D.R. n.º 211, Série I	Aprova os Estatutos do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF)
Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2012, de 18 de outubro. D.R. n.º 202, Série I	Aprova procedimentos e medidas expeditos destinados a minimizar as consequências de incêndios florestais de grande dimensão e gravidade
Decisão de Execução 2012/535/UE, public. em 2 de outubro. JOUE L 266	Medidas de emergência contra a propagação na União Europeia de <i>Bursaphelenchus xylophilus</i> (Steiner et Buhner) Nickle et al. (Nemátodo da Madeira do Pinheiro – NMP)
Lei n.º 53/2012, de 5 de setembro. D.R. n.º 172, Série I	Aprova o Regime Jurídico da classificação de Arvoredo de Interesse Público (AIP) (revoga o Decreto-Lei n.º 28 468, de 15 de fevereiro de 1938) – ref. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) e Fundo Florestal Permanente (FFP)
Decreto-Lei n.º 179/2012, de 3 de agosto. D.R. n.º 150, Série I	Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 5/2011, de 10 de janeiro, que estabelece as medidas destinadas a promover a produção e o aproveitamento de biomassa de modo a assegurar o abastecimento das centrais dedicadas de Biomassa Florestal
Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2012, de 5 de julho. D.R. n.º 129, Série I	Aprova as Linhas Orientadoras e Estratégicas para o Cadastro e a Gestão Rural (ref. ICNF, SINERGIC e ZIF)
Decreto-Lei n.º 135/2012, de 29 de junho. D.R. n.º 125, Série I	Aprova a Orgânica do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF)
Portaria n.º 196/2012, de 22 de junho. D. R. n.º 120, Série I	Estabelece que o Período Crítico, no âmbito do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios, vigore de 1 de julho a 30 de setembro, no ano de 2012.
Resolução da Assembleia da República n.º 70/2012, de 10 de maio. D.R. n.º 91, Série I	Recomenda ao Governo a valorização energética da biomassa no objetivo de proteção da floresta – ref. ZIF e OPF.
Resolução da Assembleia da República n.º 69/2012, de 10 de maio. D.R. n.º 91, Série I	Recomenda ao Governo um conjunto de medidas que promovam a utilização e valorização da Biomassa Florestal como contributo para a gestão sustentável das florestas e como prevenção da ocorrência de incêndios florestais
Despacho n.º 4345/2012, de 27 de março. D.R. n.º 62, Série II	Homologação do Regulamento do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI)

Decisão de Execução 2012/175/UE, public. em 27 de março. JOUE L 89	Altera a Decisão 2006/133/CE que requer que os Estados-Membros adotem temporariamente medidas suplementares contra a propagação de <i>Bursaphelenchus xylophilus</i> (Steiner et Buhner) Nickle et al. (nemátodo do pinheiro – NMP) no que diz respeito a zonas de Portugal, com exceção daquelas em que a sua ausência é conhecida.
Resolução da Assembleia da República n.º 33/2012, de 20 de março. D.R. n.º 57, Série I	Recomenda o reforço das medidas de combate às patologias vegetais e a criação de um Conselho Científico para a monitorização de pragas e doenças na produção agrícola e florestal.
Lei n.º 12/2012, de 13 de março. D.R. n.º 52, Série I	Revoga o Código Florestal.
Recomendação 2012/90/UE, public. em 16 de fevereiro. JOUE L 43	Recomendação da Comissão Europeia, de 14 de fevereiro de 2012, em matéria de orientações para a apresentação de dados para a identificação de lotes de Materiais Florestais de Reprodução (MFR) e da informação que deve constar no rótulo ou documento do fornecedor
Resolução da Assembleia da República n.º 15/2012, de 10 de fevereiro. D.R. n.º 30, Série I	Institui o Sobreiro como Árvore Nacional de Portugal.

Na Tabela 113 listam-se as principais medidas legislativas de 2011, as quais incidiram nos Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF), no Regulamento do Fundo Florestal Permanente, no regime experimental da execução, exploração e acesso à informação cadastral (estendido às Zonas de Intervenção Florestal) e no estabelecimento de medidas extraordinárias de proteção fitossanitária indispensáveis ao controlo do Nemátodo da Madeira do Pinheiro.

Tabela 113 – Principais Medidas Legislativas em 2011

Medida Legislativa	Resumo
Declaração de rectificação n.º 1925/2011, de 19 de dezembro. D.R. n.º 241, Série II	Retificação do Despacho n.º 16448/2011, de 5 de dezembro – Alteração do período da colheita de pinhas da espécie <i>Pinus pinea</i> L. (pinheiro-manso)
Despacho n.º 16448/2011, de 5 de dezembro. D.R. n.º 232, Série II	Alteração do período da colheita de pinhas da espécie <i>Pinus pinea</i> L. (pinheiro-manso), para 2011 e 2012
Despacho n.º 14759/2011, de 31 de outubro. D.R. n.º 209, Série II	Constituição de uma Comissão Consultiva do 6.º Inventário Florestal Nacional (6.º IFN)
Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2011, de 18 de outubro. D.R. n.º 200, Série I	Determina a prorrogação, até 31 de outubro, do Período Crítico, no âmbito do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios e autoriza o reforço do dispositivo de combate a incêndios até 31 de outubro.
Declaração de Retificação n.º 30-A/2011, de 7 de outubro. D.R. n.º 193, Série I, Suplemento	Rectifica o Decreto-Lei n.º 95/2011, de 8 de agosto, do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, que estabelece medidas extraordinárias de proteção fitossanitária indispensáveis ao controlo do Nemátodo da Madeira do Pinheiro (NMP), publicado no Diário da República, n.º 151, 1.ª série, de 8 de agosto de 2011.
Portaria n.º 275-C/2011, de 4 de outubro. D.R. n.º 191, Série I, Suplemento	Prorroga, até 15 de outubro de 2011, o Período Crítico, no âmbito do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios.
Decreto-Lei n.º 95/2011, de 8 de agosto. D.R. n.º 151, Série I	Estabelece medidas extraordinárias de proteção fitossanitária indispensáveis ao controlo do Nemátodo da Madeira do Pinheiro (NMP) <i>Bursaphelenchus xylophilus</i> .

Decreto-Lei n.º 65/2011, de 16 de maio. D.R. n.º 94, Série I	Estende às Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) o regime experimental da execução, exploração e acesso à informação cadastral, procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 224/2007, de 31 de maio.
Despacho n.º 7006/2011, de 6 de maio. D.R. n.º 88, Série II	Concede à Autoridade Nacional de Proteção Civil, a título excepcional, um apoio financeiro público do Fundo Florestal Permanente (FFP) para efeitos de aluguer de aeronaves ligeiras de ataque inicial durante o Período Crítico de incêndios florestais.
Despacho n.º 6670/2011, de 28 de abril. D.R. n.º 82, Série II	Criação de um Grupo de Trabalho para a elaboração das principais linhas orientadoras do Plano de Acção Nacional de Controlo das Populações de <i>Gonipterus platensis</i> (gorgulho do eucalipto)
Portaria n.º 165/2011, de 19 de abril. D.R. n.º 77, Série I	Estabelece que o Período Crítico, no âmbito do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios, vigore de 1 de julho a 30 de setembro de 2011.
Despacho n.º 6236/2011, de 11 de abril. D.R. n.º 71, Série II	Dispensa de garantia bancária a cinco Organizações de Produtores Florestais (OPF), com o objetivo de promover a realização de atividades destinadas ao controlo da dispersão do Nemátodo da Madeira do Pinheiro (NMP) <i>Bursaphelenchus xylophilus</i>
Despacho n.º 5696/2011, de 1 de abril. D.R. n.º 65, Série II	Alteração ao Despacho n.º 16664/2010, de 3 de novembro, que criou a Comissão para a Internacionalização – ref. assuntos florestais
Declaração de Retificação n.º 10/2011, de 1 de abril. D.R. n.º 65, Série I	Retificação (apenas no PROF do Nordeste Transmontano) da Portaria n.º 62/2011, de 2 de fevereiro, que identifica os factos relevantes que justificam o início dos procedimentos de alteração e revisão dos PROF e suspende parcialmente a aplicação de 21 PROF, publicada no Diário da República, n.º 23, 1.ª Série, de 2 de fevereiro de 2011.
Despacho n.º 5600/2011, de 31 de março. D.R. n.º 64, Série II	Determina a elaboração do Plano de comunicação para a sensibilização da população para a proteção da floresta contra incêndios (2011-2013).
Portaria n.º 113/2011, de 23 de março. D.R. n.º 58, Série I	Aprova o Regulamento do Fundo Florestal Permanente (FFP).
Despacho n.º 4697/2011, de 16 de março. D.R. n.º 53, Série II	Alteração do período da colheita de pinhas da espécie <i>Pinus pinea</i> L. (pinheiro-manso)
Despacho n.º 4256/2011, de 7 de março. D.R. n.º 46, Série II	Revê a constituição do Grupo de Trabalho incumbido da apresentação da proposta de regulamentação da Lei dos Baldios.
Despacho n.º 3157/2011, de 16 de fevereiro. D.R. n.º 33, Série II	Constitui um Grupo de Trabalho que deverá desenvolver uma proposta de regulamento à Lei dos Baldios.
Resolução da Assembleia da República n.º 12/2011, de 3 de fevereiro. D.R. n.º 24, Série I	Recomenda ao Governo que promova a utilização sustentável dos solos rurais.
Portaria n.º 62/2011, de 2 de fevereiro. D.R. n.º 23, Série I	Identifica os factos relevantes que justificam o início dos procedimentos de alteração e revisão dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) e suspende parcialmente a aplicação de 21 PROF.

6 Considerações finais



A segunda edição do “Relatório de Caracterização da Fileira Florestal” representa a consolidação de um processo de caracterização integrada da Fileira florestal, iniciado em 2010, e que expõe, de forma clara, um conjunto de elementos relevantes para uma plena perceção da relevância desta fileira no contexto nacional.

A primeira edição refletiu um período difícil para a generalidade da economia portuguesa, com a queda substancial da procura agregada e dos fluxos de comércio mundiais no final de 2008 e no início de 2009, o agravamento das condições de financiamento, o aumento das restrições à concessão de crédito a famílias e empresas, entre outras consequências, e com óbvios reflexos na fileira florestal. Naquele momento, e não obstante a acumulação de desequilíbrios macroeconómicos e de debilidades estruturais terem sido evidenciados, poucos imaginariam que a fileira florestal, e as restantes atividades económicas, seriam sujeitas a desafios ainda mais exigentes.

Efetivamente, o novo período abrangido por este relatório (2011–2013) fica assinalado pela execução do Programa de Assistência Económica e Financeira acordado em maio de 2011 entre as autoridades portuguesas e a Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional.

Mais uma vez, e apesar deste enquadramento particularmente difícil, a fileira florestal conseguiu evoluir de forma favorável, reforçando o seu papel de fileira fundamental para Portugal. A título de exemplo, é de salientar o esforço de investimento muito considerável que fileira realizou, quer a nível industrial (1.232 milhões de euros através do QREN), quer a nível da produção florestal (452 milhões de euros através do PRODOR).

Atualmente, a fileira florestal representa 9,1% das exportações nacionais de bens (2013), 11% do VAB das indústrias transformadoras e um volume de negócios de 7.392 milhões de euros (valores para 2012).

6.1 Considerações prospetivas para a fileira florestal

A caracterização da fileira florestal evidencia também que, não esquecendo as inúmeras potencialidades que ainda possui, a fileira florestal enfrenta sérias dificuldades que necessita ultrapassar, e para as quais é necessário um claro envolvimento das políticas públicas e dos agentes privados. O *Estudo prospetivo para o Setor Florestal* (AIFF, 2013) identifica como principal desafio inverter a tendência de aumento das importações de matérias-primas florestais, face a um decréscimo ou a um estagnar da produção dos principais produtos resultantes das áreas florestais e agroflorestais ocupadas por eucalipto, pinheiro bravo e sobreiro.

O referido estudo preconiza uma reforma estrutural executando um conjunto de medidas de políticas organizadas em quatro eixos complementares entre si:

- Promoção e capacitação de formas de gestão agrupada, profissional e certificada;
- Incentivos ao investimento na produção e na proteção florestal;
- Desenvolvimento e integração da investigação, formação e extensão;
- Reforma estrutural do modo de governação do setor florestal no sentido de mais descentralização, mais participação, mais transparência e mais avaliação.

A informação contida neste relatório constitui assim uma caracterização da base de partida desta necessária reforma estrutural, com a qual se espera obter indicadores mais favoráveis nas futuras edições do “Relatório de Caracterização da Fileira Florestal”.

Na tabela seguinte apresenta-se um exercício de enquadramento das iniciativas de política florestal publicadas entre 2011–2014 nos eixos complementares de O Estudo Prospetivo para o Setor Florestal, e que foi efetuado tendo como princípio a aplicação destas políticas numa perspetiva a longo prazo.

Tabela 114 – Enquadramento das iniciativas de Política Florestal 2011–2014 nos eixos complementares de O Estudo prospetivo para o Setor Florestal (AIFF, 2013)

Iniciativas de Política Florestal 2011–2014	Promoção e capacitação de formas de gestão agrupada, profissional e certificada	Incentivos ao investimento na produção e na proteção florestal	Desenvolvimento e integração da investigação, formação e extensão	Reforma estrutural do modo de governação do setor florestal no sentido de mais descentralização, mais participação, mais transparência e mais avaliação
Plataforma de Acompanhamento das Relações nas Fileiras Florestais (PARF)				X
Programa Operacional de Sanidade Florestal (POSF)		X	X	
Zonas de Intervenção Florestal	X			
Bolsa Nacional de Terras	X			X
Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF)		X		
Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas				X
Fundo Florestal Permanente (FFP)	X	X		
Regime Jurídico aplicável às Ações de Arborização e Rearborização (RJAAR)		X		X
Registo de Operador de Madeira e Derivados				X
Linhas Orientadoras e Estratégicas para o Cadastro e a Gestão Rural	X			
Nemátodo da Madeira do Pinheiro		X	X	
Fiscalidade	X	X		

Bibliografia



Capítulo 1

IGCP, 2014. Gestão da Tesouraria do Estado e da Dívida Pública. Relatório Anual 2013. Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E., Lisboa, Portugal.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, 2011. Documento de Estratégia Orçamental 2011–2015. Ministério das Finanças.

GEE, 2014. Indicadores de Atividade Económica. Gabinete de Estratégia e Estudos, Ministério da Economia.

EUROSTAT, 2014. (URL: www.epp.eurostat.ec.europa.eu consulta realizada a 22/07/2014).

Banco de Portugal, 2014. (URL: <http://www.bportugal.pt/> consulta realizada a 22/07/2014).

Capítulo 2

ICNF, 2013. IFN6 – Áreas dos usos do solo e das espécies florestais de Portugal continental. Resultados preliminares. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. Lisboa.

ICNF, 2014. Regime jurídico aplicável às ações de arborização e re-arborização (RJAAR). Principais indicadores (17.10.2013 a 17.06.2014). Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. Lisboa.

DGF, 2003. Incêndios Florestais – Relatório 2002, Direção Geral das Florestas, Lisboa, Portugal.

DGRF, 2004. Incêndios Florestais – Relatório 2003, Direção Geral dos Recursos Florestais, Lisboa, Portugal.

DGRF, 2005. Incêndios Florestais – Relatório 2004, Direção Geral dos Recursos Florestais, Lisboa, Portugal.

DGRF, 2006. Incêndios Florestais – Relatório 2005, Direção Geral dos Recursos Florestais, Lisboa, Portugal.

DGRF, 2007. Incêndios Florestais – Relatório 2006, Direção Geral dos Recursos Florestais, Lisboa, Portugal.

DGRF, 2008. Incêndios Florestais – Relatório 2007, Direção Geral dos Recursos Florestais, Lisboa, Portugal.

AFN, 2009. Áreas Ardidas e Ocorrências em 2008 – Relatório, Autoridade Florestal Nacional, Lisboa, Portugal.

AFN, 2010. Áreas Ardidas e Ocorrências em 2009 – Relatório, Autoridade Florestal Nacional, Lisboa, Portugal.

AFN, 2011. Áreas Ardidas e Ocorrências em 2010 – Relatório, Autoridade Florestal Nacional, Lisboa, Portugal.

AFN, 2012. Áreas Ardidas e Ocorrências em 2011 – Relatório, Autoridade Florestal Nacional, Lisboa, Portugal.

ICNF, 2013. Áreas Ardidas e Ocorrências em 2012 – Relatório, Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, Lisboa, Portugal.

ICNF, 2013. Relatório provisório de incêndios florestais – 01 de janeiro a 15 de outubro, Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, Lisboa, Portugal.

ICNF, 2013. Programa Operacional de Sanidade Florestal, Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, Lisboa, Portugal.

ICNF, 2013. Relatório de prospeção, monitorização e controlo de organismos de quarentena, Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, Lisboa, Portugal.

DG SANCO, 2013. Relatório final da auditoria realizada em Portugal entre 8 e 18 de abril de 2013 para avaliar a situação do *Bursaphelenchus xylophilus*. Comissão Europeia, Direção-Geral da Saúde e dos Consumidores, Direção F – Serviço Alimentar e Veterinário.

ICNF, 2014. Plano de Controlo para o inseto *Gonipterus platensis*, 2.ª fase 2014–2015. Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, Lisboa, Portugal.

ICNF, 2013. Relatório de prospeção e monitorização de pragas e doenças a nível nacional. Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, Lisboa, Portugal.

ICNF, 2014. Pragas florestais – novos agentes bióticos nocivos. Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, Lisboa, Portugal.

ICNF, 2014. Associativismo Florestal (URL: <http://www.icnf.pt/portal/florestas/gf/opf/assoc-flor>). Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, Lisboa, Portugal.

ICNF, 2013. Ponto de situação nacional das ZIF. Encontro Nacional de ZIF. Seia, Portugal.

PRODER, 2010. Relatório de Execução 2010. Programa de Desenvolvimento Rural, Lisboa, Portugal.

PRODER, 2011. Relatório de Execução 2011. Programa de Desenvolvimento Rural, Lisboa, Portugal.

PRODER, 2012. Relatório de Execução 2012. Programa de Desenvolvimento Rural, Lisboa, Portugal.

PRODER, 2013. Relatório de Execução 2013. Programa de Desenvolvimento Rural, Lisboa, Portugal.

DGADR, 2014. Sistema de informação da Bolsa de Terras (SiBT) – 31/05/2014. Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Lisboa, Portugal.

AFN, 2010. Número e área (ha) dos Planos de Gestão Florestal, Autoridade Florestal Nacional. Informação não publicada.

FSC, 2014. Certificados de Gestão Florestal e de Cadeia de Responsabilidade emitidos (URL: www.fsc.org consulta em 10/06/2014).

PEFC, 2014. Certificados de Gestão Florestal e de Cadeia de Responsabilidade emitidos (URL: www.pefc.pt consulta em 10/06/2014).

ICNB, 2007. Relatório Nacional de Implementação da Diretiva Habitats 2001–2006. Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade, Lisboa, Portugal.

ICNF, 2013. Relatório Nacional de Implementação da Diretiva Habitats 2007–2012. Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, Lisboa, Portugal.

INE, 2014. Contas Económicas da Silvicultura – Base 2006 (1986–2012), Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, Portugal.

INE, 2014. Sistema de Contas Integradas das Empresas, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, Portugal.

INE, 2014. Comércio Internacional de Bens, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, Portugal.

PricewaterhouseCoopers LLP, 2007. Global Forest, Paper & Packaging Industry Survey 2007 Edition – Survey of 2006 Results. URL: www.pwc.com/fpp.

PricewaterhouseCoopers LLP, 2008. Global Forest, Paper & Packaging Industry Survey 2008 Edition – Survey of 2007 Results. URL: www.pwc.com/fpp.

PricewaterhouseCoopers LLP, 2009. Global Forest, Paper & Packaging Industry Survey 2009 Edition – Survey of 2008 Results. URL: www.pwc.com/fpp.

PricewaterhouseCoopers LLP, 2010. Global Forest, Paper & Packaging Industry Survey 2010 Edition – Survey of 2009 Results. URL: www.pwc.com/fpp.

PricewaterhouseCoopers LLP, 2011. Global Forest, Paper & Packaging Industry Survey 2011 Edition – Survey of 2010 Results. URL: www.pwc.com/fpp.

PricewaterhouseCoopers LLP, 2012. Global Forest, Paper & Packaging Industry Survey 2012 Edition – Survey of 2011 Results. URL: www.pwc.com/fpp.

PricewaterhouseCoopers LLP, 2013. Global Forest, Paper & Packaging Industry Survey 2013 Edition – Survey of 2012 Results. URL: www.pwc.com/fpp.

APA, 2014. Portuguese National Inventory Report on Greenhouse Gases, 1990–2012. Submitted under the United Nations Framework Convention on Climate Change and the Kyoto Protocol. Agência Portuguesa do Ambiente, Amadora, Portugal.

APA, 2011. Embalagens e Resíduos de Embalagens. Situação de referência 2004–2010. Agência Portuguesa do Ambiente, Amadora, Portugal.

INTERFILEIRAS, 2013. Embalagens colocadas no mercado, Reciclagem e Valorização Energética de Resíduos de Embalagem em 2011. Associação Nacional para a Recuperação, Gestão e Valorização de Resíduos de Embalagens, Lisboa, Portugal.

INTERFILEIRAS, 2014. Embalagens colocadas no mercado, Reciclagem e Valorização Energética de Resíduos de Embalagem em 2012. Associação Nacional para a Recuperação, Gestão e Valorização de Resíduos de Embalagens, Lisboa, Portugal.

AMORIM, 2014. Relatório de Sustentabilidade 2013 – Corticeira Amorim, S.G.P.S. S.A., Mozelos, Portugal.

World Economic Forum, 2014. Global Risks 2014 – Ninth Edition. Geneva, Switzerland.

APA, 2014. Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas (NIR 2014 – emissões 2012). Memorando sobre emissões de CO₂eq elaborado com base na submissão oficial para a CE (Dec. 280/2004/CE). Agência Portuguesa do Ambiente, Amadora, Portugal.

ICNF, 2014. Iniciativa Business & Biodiversity (URL: <http://iniciativabb.wix.com/icnf> consulta em 12/06/2014). Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, Lisboa, Portugal.

IPAC, 2014. Base de Dados Nacional de Sistemas de Gestão Certificados. Instituto Português de Acreditação, Lisboa, Portugal.

APA, 2014. Lista de organizações registadas no EMAS e Declarações Ambientais (URL: <http://www.apambiente.pt/index.php?ref=x41> consulta em 16/05/2014). Agência Portuguesa do Ambiente, Amadora, Portugal.

GEE, 2013. Séries cronológicas Acidentes de Trabalho 2002–2010. Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE) do Ministério da Economia, Lisboa, Portugal.

DGEG, 2014. Renováveis. Direção Geral de Energia e Geologia, Lisboa, Portugal.

DGEG, 2014. Balanço Energético 2003–2012. Direção Geral de Energia e Geologia, Lisboa, Portugal.

e2p- Energias Endógenas de Portugal, 2014. Base de Dados de Fontes Renováveis de Energia (URL: <http://e2p.inegi.up.pt/index.asp> consulta a 18/08/2014).

Capítulo 3

INE, 2014. Sistema de Contas Integradas das Empresas, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, Portugal.

INE, 2014. Comércio Internacional de Bens, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, Portugal.

Capítulo 4

FCT, 2014. Avaliação de Unidades I&D 2013 (URL: <http://www.fct.pt/apoios/unidades/avaliacoes/2013/> consulta online a 26/07/2014). Fundação para a Ciência e Tecnologia, Lisboa, Portugal.

AIFF, 2010. Relatório de Caracterização da Fileira Florestal 2010. AIFF – Associação para a Competitividade da Indústria da Fileira Florestal, Santa Maria de Lamas, Portugal.

DGEEC, 2014. Bases de Dados – Instituições com actividade de I&D (URL: <http://www.dgeec.mec.pt/np4/44/>) consulta online a 29/07/2014). Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, Lisboa, Portugal.

QREN, 2014. Projetos da Fileira Florestal aprovados no âmbito do QREN 2007–2013 até 12 de junho de 2014 (URL: www.qren.pt consulta online a 12/06/2014).

CELPA, 2012. Boletim Estatístico da Indústria Papeleira Portuguesa, Lisboa, Portugal.

FCT, 2014. Projetos da Fileira Florestal financiados pela FCT (URL: www.fct.mctes.pt consulta online a 29/06/2014). Fundação para a Ciência e Tecnologia, Lisboa, Portugal.

FCT, 2013. Diagnóstico do Sistema de Investigação e Inovação: desafios, forças e fraquezas rumo a 2020. Fundação para a Ciência e Tecnologia, Lisboa, Portugal.

Agro 8.1, 2010. Projetos da Fileira Florestal financiados pela Acção Agro 8.1, do Programa AGRO 2000–2006 (URL: www.agro8-1.net consulta online a 25/09/2010).

PO AGRO, 2010. Relatório Final de Execução QCA III 2000–2006, AGRO – Programa Operacional de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Lisboa, Portugal.

COTEC, 2014. Rede PME Inovação COTEC (URL: www.cotecportugal.pt consulta online a 29/06/2014). Associação Empresarial para a Inovação, Porto, Portugal.

Capítulo 5

ON, 2007. Programa Operacional da Região do Norte (2000–2006). Relatório de Execução 2007. CCDRN, Porto, Portugal.

PO AGRO, 2010. Relatório Final de Execução QCA III 2000–2006, AGRO – Programa Operacional de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Lisboa, Portugal.

PORALG, 2008. Programa Operacional da Região Algarve (2000–2006). Relatório de Execução 2007. CCDRALG, Faro, Portugal.

PORALT, 2008. Programa Operacional da Região Alentejo (2000–2006). Relatório de Execução 2007. CCDRALT, Évora, Portugal.

PORC, 2008. Programa Operacional da Região Centro (2000–2006). Relatório de Execução 2007. CCDRC, Coimbra, Portugal.

PORLVT, 2008. Programa Operacional da Região Lisboa e Vale do Tejo (2000–2006). Relatório de Execução 2007. CCDRLVT, Lisboa, Portugal.

PRIME, 2008. Programa de Incentivos à Modernização da Economia. Relatório de Execução 2007 do Programa de Incentivos à Modernização da Economia. Gabinete de Gestão do PRIME, Lisboa, Portugal.

RURIS, 2009. Estudo de Avaliação Final (ex-post) do Programa de Desenvolvimento Rural de Portugal Continental (2000–2006) RURIS. DGADR, Lisboa, Portugal.

QREN, 2014. Projetos da Fileira Florestal aprovados no âmbito do QREN 2007–2013 até 12 de junho de 2014 (URL: www.qren.pt consulta online a 12/06/2014).

PRODER, 2010. Relatório de Execução 2010. Programa de Desenvolvimento Rural, Lisboa, Portugal.

PRODER, 2011. Relatório de Execução 2011. Programa de Desenvolvimento Rural, Lisboa, Portugal.

PRODER, 2012. Relatório de Execução 2012. Programa de Desenvolvimento Rural, Lisboa, Portugal.

PRODER, 2013. Relatório de Execução 2013. Programa de Desenvolvimento Rural, Lisboa, Portugal.

IFAP, 2011. Relatório de Atividades do IFAP de 2010. Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas, I.P., Lisboa, Portugal.

ICNF, 2014. Plano de Atividades do Fundo Florestal Permanente para 2014. Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, Lisboa, Portugal.

IFAP, 2012. Relatório de Atividades do IFAP de 2011. Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas, I.P., Lisboa, Portugal.

IFAP, 2012. Comunicação no Workshop “Serviços do Ecossistema em Espaços Florestais – Contributos para uma Economia Verde em Portugal”. MAMAOT, Lisboa, Portugal.



